

**Vilmar Berna**

Prêmio Global 500 da ONU Para o Meio Ambiente

# **O Cidadão de Sandálias**

**Coletânea de Artigos Publicados na Imprensa Sobre Educação  
Ambiental, Ambientalismo, Comunicação Ambiental, Gestão Ambiental,  
Política Ambiental e Problemas Ambientais**

**2.000**

OBRA DO AUTOR

**Editora Paulus**

*Bicho Tem Alma?*

*Deus Existe?*

*É Possível Ser Feliz*

*Ecologia Para Ler, Pensar e Agir*

*O Desafio do Mar*

*Parábola da Felicidade*

*Por que Deus Não Acaba com a Pobreza?*

*Por Que Eu Nasci?*

*Quem Ama Também Briga?*

*Tribunal dos Bichos*

**Editora San Pablo (Venezuela)**

*Es Posible ser Feliz*

**Editora Tecnoprint**

*O Livro do Camping – O Prazer da Vida ao Ar Livre*

(Orelha do livro)

## O Cidadão de Sandálias

(entra foto do autor de sandálias)

Vilmar Berna é um cidadão teimoso, um dos mais teimosos que conheço.

Cidadão porque acredita - e convence seus interlocutores de maneira inquestionável - que a grande mudança que o Brasil precisa se inicia com o despertar da consciência de cada brasileiro a respeito de si próprio e de sua importância para o tecido social. E teimoso porque acredita nisto há muitos anos - desde o tempo em que quem não explorava os pobres, comia crianças.

Mas o Vilmar é mais do que isso. Além de falar, ele produz. E como!

Escreve livros para crianças - com fluência e elegância - e planta sementes num futuro melhor.

Edita um jornal ambiental - e consegue, com rara habilidade, a fórmula do sucesso: ser honesto intelectualmente (não abre mão de seus pontos de vista) e vitorioso economicamente (consegue sobreviver com isto).

Produz raciocínio eco e lógico para atuação parlamentar, se multiplicando como cidadão político. E ainda encontra tempo para ser uma verdadeira liderança ambiental, daquelas que a gente precisa ter, gostaria de ser e não tem coragem.

Vilmar denuncia, propõe e cobra providências. O dia inteiro. Em todos os canais. De todas as maneiras.

Do alto de suas sandálias, Vilmar mostra que influenciar pessoas é um ato de persistência, inteligência e fé. E que a mudança de comportamento é uma questão de modelos, referências, e de vontade.

Do alto de suas sandálias, Vilmar está ficando cada vez mais parecido com a causa ambiental: ele mostra que é possível ser complexo, sendo simples.

Na convivência com ele, espero aprender a calçar sandálias.

**Rogério R. Ruschel** - Presidente da Ruschel & Associados Marketing Ecológico  
Vice Presidente de Planejamento da Propeg Propaganda Membro do Conselho Editorial do  
Jornal do Meio Ambiente

## **Introdução**

**Fábio Feldmann (encomendar)**

# Índice

## Parte 1

### Capítulo 1

#### **Educação Ambiental**

1. Sobram Problemas, Faltam Cidadãos
2. Defender a Natureza Não É Só Cuidar de Plantas e Bichos
3. Educação Ambiental e Cidadania
4. A Percepção da Ecologia
5. Meio Ambiente e Educação
6. Do que São Feitos os Nossos Sonhos?
7. Educação Cidadã Para Salvar o Planeta

### Capítulo 2

#### **Ambientalismo**

1. Ética Ambiental
2. O Meio Ambiente em Três Blocos
3. ONGs de Combate, ONGs de Profissionais e os Eco-Oportunistas
4. Desafio Para Empresários e Ambientalistas
5. O Poder dos ‘Ings’
6. Cidadania Não se Profissionaliza
7. Ambientalista: Atividade de Risco no Rio de Janeiro
8. Onde Estão os Ambientalistas?

### Capítulo 3

#### **Comunicação Ambiental**

1. Comunicação Ambiental Para a Parceria
2. As Ongs, as Empresas e a Imprensa
3. As Receitas de Bolo e os Dinossauros da Grande Mídia

4. RIO+5 - Barrados no Baile

5. Caso Paiakâ: Prêmio Má Fé do Jornalismo Brasileiro

#### Capítulo 4

##### **Gestão Ambiental**

1. Não se Faz Omeletes Sem Quebrar Ovos

2. Festa de Aniversário que Ninguém Vai

3. Purpurina Verde

4. Globalização e Imagem Ambiental

5. Empresas e Audiências Públicas

#### Capítulo 5

##### **Política Ambiental**

1. Por Trás da Crise Ambiental

2. As Três Ecologias

3. Desenvolvimento Insustentável

4. Crescimento com Limites

5. Gente Demais ou Crescimento Injusto?

6. Pobre Meio Ambiente

7. Um lugar para a Ecologia, ou a Ecologia em todo lugar?

8. Maus Políticos

9. Agenda Ambiental em Véspera de Eleição

10. Não há Lixo. O que Existe é Desperdício de Recursos.

#### Capítulo 6

##### **Problemas Ambientais**

1. Biodiversidade e Cidadania

2. Por Amor às Amendoeiras

3. 'Balões Ecológicos'

4. O Diálogo Possível

5. A Ecologia da Miséria

6. Lixo Maior Problema Ambiental dos Municípios
7. Os Municípios e as Unidades de Conservação da Natureza
8. Natureza de Papel
9. Pequenas Soluções
10. Terra Planeta Água
11. Cidades Mal Planejadas
12. Doze Propostas Viáveis Para Melhorar o Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro
13. SOS Mata Atlântica Fluminense
14. Crime Anunciado Queima o Brasil
15. Reciclagem de Idéias
16. Denúncias Ambientais que Não Podem Calar
17. Uma Chance Para a Natureza
18. Povo do Aventureiro
19. Caça Ecológica – Aberração Ética
20. O Nuclear de Joelhos

## **Parte 2**

Fac-Símile de matérias de imprensa com o autor em defesa do Meio Ambiente

## **Parte 3**

Comentários de Personalidades Ligadas ao Meio Ambiente

Sobre o Autor



## Capítulo 1

# Educação Ambiental

## 1. Sobram Problemas, Faltam Cidadãos

O Brasil tem problemas e isso não é novidade para ninguém. Mas se por um lado sobram problemas, por outro, faltam cidadãos. Sabemos que sem povo não se cria nada de novo, como já diz o ditado. Mas e o povo? E os nossos jovens? Onde estão que não se levantam contra o sucateamento do patrimônio coletivo nacional, e isso não inclui apenas prédios e empresas, mas a natureza, a cultura, o conhecimento? Já não satisfaz a explicação de que a luta pela sobrevivência tem afastado as pessoas das lutas coletivas, pois isso equivaleria a dizer que os presidentes de associações de moradores ou de grupos ecológicos, por exemplo, seriam pessoas saudáveis e com situação econômica definida. E isso está bem longe da realidade. São comuns os casos de líderes comunitários desempregados ou sub-empregados, e até doentes, que nem por isso deixam de lutar pelos direitos de toda a sociedade ou de sua comunidade.

Na verdade o que falta hoje em nossa sociedade, de fato, é cidadania. No fundo, todos queremos viver num mundo melhor, mas a maioria prefere achar que esse mundo mais pacífico, justo e ecológico começa no outro, depende do vizinho, do político, da empresa. Enquanto perdurar a visão individualista de cada um cuidar de si e Deus de todos, sobrarão problemas e os poucos cidadãos engajados nas lutas coletivas terão de se conformar em assistir o mundo piorar muito mais, antes de melhorar.

Outro dia ouvi um ecologista se lamentando num momento de muito pessimismo diante da enormidade, gravidade e multiplicação dos problemas ambientais. Afirmava que a luta ecológica estava perdida e que o planeta iria mesmo acabar, incapaz de sustentar a vida, sufocado em tanta poluição e degradação ambiental.

Neste caso, afirmei, prefiro morrer lutando.

## 2. Defender a Natureza Não É Só Cuidar de Plantas e Bichos

Nós, seres humanos, também fazemos parte da natureza. Portanto, não basta apenas defender as florestas e os animais, é preciso também defender a melhoria concreta da qualidade de vida das populações humanas - sem deixar de cuidar das plantas e dos animais, claro, pois tanto nossa vida quanto a deles, depende das inúmeras relações que existem na natureza, onde nada existe isolado um do outro.

Defender o meio ambiente preservado é fundamental para a manutenção da saúde humana. O lixo espalhado, as valas de esgoto, o ar e a água poluída, o barulho, os alimentos contaminados por venenos e aditivos perigosos, tudo isso, e muito mais provocam doenças nas crianças e adultos, além de tornar a vida mais feia e infeliz. Nenhum de nós nasceu para ser infeliz. Cuidar da natureza é também uma forma de garantir a felicidade humana, pois ninguém consegue ser feliz vivendo num lugar poluído, onde não existe árvores, pássaros, animais.

Por isso a defesa da natureza é uma questão *ética*, ou seja, um compromisso de nossa espécie com o planeta, onde cada um de nós precisa assumir posturas menos individualistas e egoístas, preocupando-se não apenas com os direitos dos outros indivíduos de nossa espécie, mas com os direitos das plantas e dos animais à vida e à liberdade.

Defender a natureza não se pode resumir apenas em buscar novo relacionamento de nossa espécie com o planeta, mas principalmente buscar um novo relacionamento entre nós próprios, seres humanos. As relações humanas são dominadas por estruturas extremamente injustas, onde uma minoria possui todas as riquezas e meios de produção, enquanto a maioria da população vive na miséria, passa fome, sem as mínimas condições de vida. As relações que causam essa superexploração dos seres humanos, são as mesmas relações que superexploram os recursos do planeta. O grau de nosso relacionamento com o planeta, os animais, as plantas, o meio ambiente, baseado na exploração ilimitada, é apenas um reflexo do nível de maturidade existente hoje nas relações humanas, baseadas na exploração da mão-de-obra humana e nas injustiças sociais.

### **3. Educação Ambiental e Cidadania**

As árvores não são derrubadas, a fauna sacrificada ou o meio ambiente poluído porque nossa espécie desconhece os impactos dessa ações sobre a natureza. Não é por falta de conhecimento que o meio ambiente é destruído, mas devido ao atual estágio de desenvolvimento existente nas relações sociais de nossa espécie.

Portanto, é ilusão pretender que a educação ambiental, por si só, seja capaz de enfrentar estes enormes desafios. Antes, enfrentando, de se pensar em educar para o meio ambiente, é preciso investigar que ambiente é esse? Quem são seus agressores? E por quê?

A população tem uma visão muito romântica da ecologia, associando-a mais em defesa do verde e, por extensão, das árvores e animais e como se a espécie humana não fizesse parte da natureza. Logo, por mais que julguem as questões ecológicas importantes, a maioria da população as considera secundárias. É mais importante lutar por moradia, alimento, emprego, escola, bons salários etc. Ecologia é assunto para as classes mais abastadas, que já resolveram esses problemas básicos de infra-estrutura e podem viver em bairros melhores, longe da poluição, em locais arborizados.

Os ecologistas pouco contribuíram para modificar essa imagem e – na maioria dos casos – ajudaram até a reforçar essa visão romântica e alienada.. Dedicaram-se muito mais à defesa de animais e plantas que aos problemas da espécies humana. Com isso, embora sem má fé, ajudaram a associar ecologia ao meio ambiente natural, onde vivem as plantas e os animais, deixando de fora o meio ambiente urbano/rural, onde vivem os seres humanos. Sabemos no entanto, que ambos os ambientes vivem interrelacionados, logo, as lutas por melhores condições de vida travadas por sindicatos, associações de moradores e outras entidades da sociedade civil, por exemplo, são também lutas pelo ambiente, no caso, ambiente humano. A partir disso, é possível contribuir para ampliar a visão de ecologia, principalmente das populações de baixa renda, que são quem efetivamente detém o poder de transformação da realidade, uma vez que os beneficiados com a poluição ou a exploração dos recursos naturais são irão abrir assim tão facilmente de seus privilégios.

Outra questão que os educadores ambientais precisam resolver para realizarem planejamento de ensino é definir os principais responsáveis pela destruição do ambiente. É comum acusar-se a falta de conhecimento ambiental, o progresso ou a tecnologia, entre

outros fatores, como os inimigos da natureza. Isso seria verdadeiro se pessoas como conhecimento ambiental não destruíssem a natureza. Infelizmente, não é o que se vê. Os caçadores, por exemplo, possuem muito mais conhecimentos sobre ecologia, natureza e a vida silvestre que muitos ecologistas, mas usam esses conhecimentos para destruir e matar.

Com relação ao progresso é a mesma coisa. Na década de 70, governos internacionais preocupados com a rápida destruição dos recursos naturais e a poluição do planeta, defenderam a tese do crescimento zero, ou seja, congelar os níveis de progresso à época. Ora, por diversas vezes durante nossa história econômica, o Brasil teve crescimento abaixo de zero, portanto negativo, e nem por isso viu diminuindo seus problemas ambientais, muito pelo contrário. Devido à crise econômica, as empresas investiram menos em controle de poluição.

A questão tecnológica também tem sido apontada como uma das responsáveis pela destruição ambiental, uma vez que polui, degrada o meio ambiente e desperdiça recursos naturais. Ora, a tecnologia e a ciência não são neutras. Elas se submetem aos interesses dos detentores do poder naquele momento. Por outro lado, a adoção de tecnologia mais brandas e menos poluentes não asseguram uma relação menos predatória nas relações humanas, pelo menos. Um exemplo disso são quartéis de soldados norte-americanos movidos a energia solar ou biodigestores em países colonizados.

Enfim, o que podemos perceber é que a destruição da natureza não resulta da forma como nossa espécie se relaciona com ela, mas da maneira como se relaciona consigo mesma. Ao desmatar, queimar, poluir, utilizar ou desperdiçar recursos naturais ou energéticos, cada ser humano está reproduzindo o que aprendeu ao longo da história e cultura de seu povo, portanto, este não é um ato isolado de um ou outro indivíduo, mas reflete as relações sociais e tecnológicas de sua sociedade. Portanto, é impossível pretender que seres humanos explorados, injustiçados e desprovidos de seus direitos de cidadãos consigam compreender que não devam explorar outros seres vivos, como animais e plantas, considerados inferiores pelos humanos. A atual relação de nossa espécie com a natureza é apenas um reflexo do atual estágio de desenvolvimento das relações humanas entre nós próprios. Vivemos sendo explorados, aprendemos a explorar.

A educação ambiental, portanto, constitui-se num desafio. Primeiro dentro do próprio sistema educativo, historicamente domesticador, à medida que tende a incutir nas

gerações mais jovens os conceitos, valores e ideologias das gerações adultas. Depois, separando informação de formação. Não é pelo maior ou menor volume de informações vinculado pelos meios de comunicação que a população aprende a pensar criticamente e atuar em seu mundo pra transformá-lo. Muito pelo contrário. Sem uma base que permita a compreensão do que está sendo transmitido, o receptor acaba tornando-se insensível diante da poluição da informação, as palavras perdem o significado e importância, tanto faz derrubarem uma árvore ou uma floresta, tanto faz assassinar um indivíduo ou uma multidão inteira numa republiqueta qualquer. A educação, por sua vez, não se dá ao vácuo, mas inserida em seu tempo e no contexto. Deve, portanto, associar-se aos meios de comunicação para, a partir das informações veiculadas, desenvolver um processo educativo, crítico e participativo, adequado à realidade dos alunos.

Não há educação ambiental sem participação política. Logo, não é de estranhar que os governos até hoje não tenham conseguido estabelecer diretrizes e investir realmente em educação ambiental, pois é impossível estimular a participação mas não garantir os instrumentos, direitos e acesso à participação e interferência nos centros de decisões. O ensino para o meio ambiente deve contribuir principalmente para o exercício da cidadania, estimulando a ação transformadora, além de buscar aprofundar os conhecimentos sobre as questões ambientais, as melhores tecnologias, estimular mudança de comportamento e a construção de novos valores éticos menos antropocêntricos. É preciso ficar claro que a educação ambiental é fundamentalmente uma pedagogia de ação. Não basta se tornar mais consciente dos problemas ambientais, sem se tornar também mais ativo, crítico e participativo. Em outras palavras, o comportamento dos cidadãos em relação ao seu meio ambiente, é indissociável do exercício da cidadania

## **4. A Percepção da Ecologia**

É fundamental para os ecologistas falarem uma linguagem que seja percebida por todos, especialmente pelas lideranças dos movimentos comunitários, sindicais, profissionais, enfim aqueles que possuem poder de multiplicar e de produzir informações e de contribuir para o processo de transformação social. Os ecologistas podem Ter a clara percepção do que precisa ser mudado, a fim de conseguirmos uma relação mais harmônica

da espécie humana com as outras espécies e o próprio planeta, entretanto, para conseguir mudar efetivamente as coisas é preciso a participação da população, afinal, sem povo não se cria nada de novo, já diz o ditado. Caso os ecologistas insistam em usar linguagem técnicas ou conceitos ecológicos ainda não assimilados pela população, como ecossistemas, habitat, ecologia, mata atlântica, etc. além de não conquistarem para as teses ecológicas a adesão das forças vivas da sociedade, capazes de produzir mudanças, ainda terão dificuldades cada vez maiores por libertarem-se de preconceitos secundário, preocupação de elites e de segmentos da população que já resolveram seus problemas básicos de sobrevivência, no fundo, um tema desmobilizador e inoportuno para uma sociedade tão carente de tudo, como a brasileira.

Por outro lado, é preciso perceber que a população, por mais carente que seja, possui consciência ecológica, só que essa percepção é bastante romântica, associando-se mais à proteção das plantas e dos animais e menos à qualidade de vida da espécie humana, como se não fizessemos parte da natureza. Para a maioria, lutar pelo fim das valas de esgotos a céu aberto, mas condições de trabalho nas fábricas etc. não é fazer luta ecológica. Infelizmente os programas de tevê sobre questões ambientais têm contribuído muito pouco para desmistificar a ecologia. Se por um lado ajudam a divulgar e a promover a conscientização sobre o problema, por outro contribuem para a desmobilização da sociedade.

Existe uma tendência nas sociedade modernas pela separação dos assuntos uns dos outros, sob pretexto de poder estudá-los melhor. Esse é um método de análise científica que, se por um lado produz profundos conhecimentos sobre particularidades da realidade, por outro perde a visão do conjunto. Aconteceu assim com a Saúde, Educação. Transporte, Emprego etc. como se fosse questões isoladas uma s das outras. As administrações públicas e as organizações não-governamentais acabaram transpondo para a organização social essa mesma fórmula, criando-se departamentos e compartimentos estanques – e por vezes incomunicáveis – para tratar dos diversos temas da sociedade humana, o que acabou por incentivar o corporativismo e formação de verdadeiros guetos. A ecologia é um tema novíssimo, com pouco menos de duas décadas de publicidade e, ainda hoje, as organizações humanas governamentais ou não-governamentais lidam com o tema sem saberem direito como conduzi-lo. O resultado é que a ecologia e os ecologistas foram pegos também pela

tendência de nossa sociedade a compartimentalização. Se para a Saúde e a Educação, por exemplo, isso foi terrível e tem trazido seqüelas indesejáveis, para as questões ecológicas foi um verdadeiro desastre, devido o seu caráter ser mais geral que particular. Em outras palavras, o sistema apropriou-se da questão transformando a ecologia num tema técnico, quando na verdade é muito mais ético e político, penetrando em todos os outros assuntos humanos. Um dos resultados disso é a neutralização dos esforços dos ecologistas sempre que tentam penetrar em outras áreas que não a ambiental, como se fossem intrometidos em busca de ampliação de espaços de atuação política. Então, quando algum ecologista fala sobre fauna e flora, é imediatamente aceito, mas quando discute os aspectos antiecológicos da Saúde, Educação, Moradia etc. é logo criticado, como se estes assuntos não estivessem interligados. Logo não é apenas a população que percebe mal as questões ecológicas. As organizações governamentais e não-governamentais, incluindo-se aí os partidos políticos, também.

O que é preciso deixar bem claro, principalmente nestes novos tempos eram que líderes e administradores debruçam-se sobre as questões ecológicas, em função das exigências da sociedade e da Constituição, é que não é se criando departamentos, secretarias, ministérios para o meio ambiente que se resolverá a questão, se não houver igualmente uma ecologização dos temas tradicionais como Saúde, Educação, Moradia, Transporte, Emprego etc. É preciso romper com a própria tendência dos ecologistas à acomodação em seus guetos e compartimentos onde o ecológico é compreendido sem questionamentos. Os ecologistas precisam ganhar as ruas, conquistar o povo, mas antes devem rever sua linguagem. Para a população especialmente a mais carente, as questões ecológicas aparecem embutidas nos temas associados à qualidade de vida. Por exemplo, as diversas poluições, o lixo tóxico, os agrotóxicos são temas ligados à saúde, os desmatamentos e os reflorestamentos ligados à saúde e também à segurança civil, e por extensão, à moradia, as teses da descentralização econômica, de pólos industriais, de empresas poluidoras são ligadas a emprego e a salário; erosão, destruição de recursos naturais, ocupação de leitos de rios e de encostas, também associados à moradia, as ciclovias, os transportes de massa em vez de coletivos, o gás natural em vez de diesel, associados ao transporte mais confortável e barato, e assim por diante. Se os ecologistas querem a compreensão e a mobilização da sociedade para os temas ecológicos, devem antes

procurar adaptar o ecologês às carências da nossa sociedade, partindo dos temas que já dominam e conhecem para os que precisam conhecer a fim de construírem uma melhor relação, mais harmônica, menos poluidora com seu meio ambiente e os outros seres vivos do planeta. A mensagem mais importante que os ecologistas podem passar é que nada existe isolado no planeta, mas tudo está inter-relacionado entre si.. O que acontece num lugar afeta um outro. Para pior ou para melhor.

E tem mais um elemento importante que os ecologistas devem levar em consideração antes de falarem dos outros seres vivos do planeta, como as plantas e os animais. O ser humano deve ser a medida de todas as coisas, pois é a única espécie em condições de alterar profundamente seu meio ambiente. Entretanto, antes de se propor uma relação mais harmônica e menos predatória de nossa espécie com as outras, que consideramos inferiores, é preciso engajar a ecologia nas lutas contra a exposição de um indivíduo contra o outro em nossa própria espécie. Ou continuaremos contribuindo para romantizar as relações ser humano-planeta Terra, e tornar as questões ecológicas cada vez mais supérfluas, elitistas e secundárias, reservadas apenas a um pequeno grupo de iniciados, que adoram discursar sobre os próprios umbigos.

## **5. Meio Ambiente e Educação**

Em ecologia apenas transmitir conhecimentos não basta, pois a televisão já faz isso com muito eficiência, além do aluno já contar com experiências e vivências em seu dia-a-dia, com poluições de todo tipo em sua volta. A televisão, no entanto, não possui o caráter pedagógico requerido para o ensino do meio ambiente, mas isso não significa que se deva combatê-la. É mais o caso de complementá-la, lidando com as informações e conceitos veiculados para ajuda aos alunos na reflexão sobre os fatos, relacionando-os com suas realidades mais próximas. Nesse processo, os alunos ao mesmo tempo que adquirem os instrumentos intelectuais necessários para a compreensão do mundo em que vivem, motivam-se a transformá-lo, buscando solução real para os problemas apresentados, atacando suas causas. Neste sentido, se adequadamente utilizada, a televisão pode ser uma aliada, não uma adversária ao professor.



Este é um dos grandes desafios que a educação para o meio ambiente traz para o professor, mais acostumado a ser um mero transmissor de conhecimentos e seus alunos simples espectadores, cujo objetivo final é tirar boas notas nos testes. Agora o objetivo final é a transformação, uma pedagogia voltada para a ação, aqui e agora. A primeira tarefa do professor deve ser aproximar o aluno do meio ambiente, sensibilizando-o especialmente pelos problemas de sua comunidade, onde deverá ser agente transformador. Para isso, deve-se evitar o modelo inadequado de dar aulas em salas fechadas, mas procurar dar aulas ao ar livre, o mais próximo possível dos problemas ambientais que se deseja mostrar e modificar.

É preciso ainda avaliar bem o nível de informações dos alunos, pois embora seja elevado devido nos meios de comunicação, as informações são desconectadas, insuficientes, distantes da realidade do aluno e, portanto, inúteis enquanto instrumento de transformação de sua realidade. Cabe ao professor dar sentido a todo esse banco de dados aparentemente desordenado, transformando a informação em conhecimento.

Se o primeiro passo é aproximar o aluno de seu meio ambiente, o próximo é a troca de experiência e idéias, em grupo ou individualmente, sobre o que seja meio ambiente, seus problemas concretos e possibilidades de solução. Isso pode ser feito em sala de aula, em comunicação oral ou escrita, espontânea ou orientada, abrindo portas para o intuitivo, o criativo, as pesquisas, mas agora num clima de grande interesse pelos fenômenos naturais e os conceitos sobre a natureza, a idéia de ecossistema, as cadeias alimentares, os ciclos naturais, o profundo poder de interferência da espécie humana na modificação – para pior ou melhor – do seu meio ambiente. Os alunos estarão partindo do local para o global, da realidade que conhecem e dominam para a que não conhecem e desejam dominar.

É neste ponto que a educação para o meio ambiente pode resultar em práticas criadoras como pintura, cartazes, escultura, teatro, dança, mímica, expressão corporal, jogos etc. favorecendo multidões pedagógicas, onde o tema meio ambiente pode – e deve – ser tratado ao mesmo tempo por todas as disciplinas, adaptado às peculiaridades de cada uma. O fundamental é que a escola não cometa o erro de tratar o tema ambiental como assunto de uma única matéria, como ciências ou geografia, por exemplo, mas igualmente em matemática, língua portuguesa, história, estudos sociais, educação física etc.

## **6. Do que São Feitos os Nossos Sonhos?**

Os educadores ambientais têm um enorme desafio diante de si. Como educar para o meio ambiente, se as aspirações de nossos jovens são baseadas mais em valores de consumo materiais que em valores espirituais, culturais ou artísticos, por exemplo? Frei Beto, em seu artigo *Viagens Interiores* (O Globo, 13/07/98) nos chama a atenção para o que andamos vendo nas propagandas, novelas, filmes, etc. Bastam alguns minutos à frente da televisão para percebermos que defeitos como inveja, orgulho, cobiça, avareza, luxúria, gula, preguiça – bases do consumismo desenfreado que gera esgotamento dos recursos naturais e poluição do planeta, por um lado, e injustiça social e concentração de renda, por outro – foram transformados em valores a serem perseguidos, como se o planeta tivesse recursos naturais em abundância para atender ao sonho de consumo de todos. O preço que pagamos pode ser visto por todo o lado. Não só no esgotamento e na poluição do planeta, mas também na miséria.

Por trás de nossos problemas ambientais, não estão apenas a ação de poluidores, o desmantelamento dos órgãos públicos de controle ambiental, ou a falta de consciência ambiental, mas também um tipo de atitude e valores, que julga natural explorar ao meio ambiente e ao nossos semelhantes para atingir um modelo de desenvolvimento que, por si só, gera agressões ambientais e problemas sociais. Logo, não basta exigir mudança de comportamento de empresas e governos. Precisamos ser capazes de enfrentar a nós próprios, pois não haverá planeta suficiente capaz de suprir as necessidades de quem acha que a felicidade e o sucesso estão na posse de cada vez mais bens materiais.

## **7. Educação Cidadã Para Salvar o Planeta**

Todos nós desejamos viver num mundo melhor, mais pacífico, fraterno e ecológico. O problema é que as pessoas sempre esperam que esse mundo melhor, comece no outro. Por exemplo: preferem esperar que um vizinho ou amigo convide para plantar uma árvore ou começar uma coleta seletiva de lixo, em vez de tomar a iniciativa.

Tem gente que acha mais fácil ficar reclamando que ninguém ajuda, mas não se perguntam se estão fazendo a sua parte em defesa do Planeta. Uma coisa é certa, para conseguir convencer os outros a modificarem seus hábitos, precisamos modificar os nossos primeiro, não é mesmo?

Se queremos um planeta preservado, de verdade, não basta apenas lutar contra poluidores e depredadores. É preciso também nos esforçarmos para mudar nossos valores consumistas, hábitos e comportamentos que provocam poluição, atitudes predatórias com os animais, as plantas e o meio ambiente. Mas só isso não basta, pois não há coerência em quem ama os animais e as plantas mas explora, humilha, discrimina, odeia seus semelhantes. Por isso, precisamos, além de ambientalistas, nos esforçarmos para sermos mais fraternos, democráticos, justos e pacíficos com os nossos semelhantes. Você não acha?

Por outro lado, é importante não ficar esperando a perfeição individual - pois isso é inatingível. O fato de adquirirmos consciência ambiental, não nos faz perfeitos nem mais democráticos. O importante é que tenhamos o compromisso de ser melhor todo dia, procurando sempre nos superarmos.

Um sábio chinês chamado Confúncio disse, há cerca de 5 mil anos, que se alguém quisesse mudar o mundo, teria de começar por si próprio, pois mudando a si próprio, sua casa mudaria. Mudando sua casa, a rua mudaria. Mudando a rua, o bairro mudaria. Mudando o bairro, mudaria o município e assim por diante, até mudar o mundo.

Mas a luta por um meio ambiente melhor é uma luta também pela cidadania, e isso não é uma tarefa de um ou dois anos, mas um processo para a vida toda. Só que ninguém nasce democrático e cidadão. Isso se constrói aos poucos. Falar muito não significa comunicar muito. É preciso pensar antes de falar, escolher bem as palavras e exercitar falar resumindo ao máximo o pensamento, falando apenas quando o que tiver de ser dito estiver claro em nossa mente.

Também é preciso dar o exemplo pois não adianta falar uma coisa e praticar outra. A comunicação se torna vazia quando as palavras não são coerentes com a prática. Mas quem quer falar bem precisa antes de tudo saber escutar bem, aprender a ouvir o outro e não ficar pensando no que vai dizer depois que o outro parar de falar.

Ninguém é dono da verdade, precisamos uns dos outros para construirmos nossa verdade e isso só se consegue através do diálogo. Para isso precisamos estar em sintonia com relação aos objetivos do grupo - procurar debater a partir da realidade, sem complicar um diálogo, que interessa a todos do grupo por problemas pessoais ou antipatias.

Problemas de relacionamentos sempre existem, pois o fato de estarmos unidos em torno do objetivo de defender a natureza não nos torna perfeitos. Cabe fazer uma avaliação dos sentimentos, conhecendo os motivos de nossas reações diante de determinadas pessoas e não deixar que isso interfira no diálogo dentro do grupo.

## Capítulo 2

# Ambientalismo

## 1. Ética Ambiental

A recente tendência de profissionalização das ONGs (Organizações Não Governamentais) ambientalistas tem despertado questões éticas ainda não resolvidas e sequer discutidas pelas entidades. As ONGs que optaram pela profissionalização se defendem dizendo que têm o direito e o dever de assumir projetos e tarefas antes reservadas apenas a firmas de consultorias e empreiteiras. Também argumentam que os melhores quadros profissionais estão nas próprias ONGs, pois é aí que está a vontade de defender o meio ambiente.

O problema é quando a ausência de regras básicas de conduta acabam gerando conflito entre as ONGs, como o caso da remuneração de diretores. Tem ONGs que acham ilegal e antiético. Outras defendem o princípio sob o argumento de que não é justo que dirigentes criem projetos, captem os recursos após meses, anos de investimento de conhecimento e energia e de enfrentamento da burocracia, para depois contratar terceiros, descomprometidos com as lutas da ONG.

Mas tem outro caso ainda mais delicado. Pode a ONG usar dos instrumentos de pressão para criar dificuldades e impedir projetos de empresas ou governo? O senso comum indica que sim. É perfeitamente ético e lícito que os cidadãos sejam capazes de se mobilizar contra empreendimentos que, de alguma forma, possam comprometer a qualidade de vida ou o meio ambiente. Entretanto, também é correto criar tais dificuldades para negociar facilidades em troca de não pressionar mais, uma espécie de ‘cala-boca’? Facilidades do tipo participar da execução das medidas compensatórias conseguidas durante a fase da pressão?

Já é tempo das ONGs aprovarem um Código de Ética capaz de separar o joio do trigo.

## 2. O Meio Ambiente em Três Blocos

O chamado movimento ambientalista não é homogêneo, mas divide-se em três grandes blocos: o dos ambientalistas-cidadãos, ambientalistas-profissionais e ambientalistas-de-resultado. Eventualmente, os blocos podem interagir diante de algum objetivo comum, mas não é a regra. O mais comum tem sido cada setor atuar isoladamente, com objetivos, metodologias de lutas próprias e independentes.

As principais características dos integrantes do primeiro bloco são o trabalho voluntário e sem fins lucrativos, a independência de opinião, consequência do exercício da cidadania, a facilidade de acesso à mídia. A parte mais visível e conhecida são os ambientalistas de combate, que geralmente atuam através de ONGs (Organizações Não-Governamentais) ambientalistas sem fins lucrativos e das federações de ONGs ambientalistas, como as APEDEMAS (Assembléias Permanente de Entidades de Meio Ambiente). Ainda nesta mesma linha, incluem-se os ambientalistas comunitários e do movimento social, de perfil semelhante, mas que atuam em ONGs não-ambientalistas, normalmente através de diretorias de meio ambiente em associações de moradores, sindicatos, ONGs do movimento social, etc. O primeiro bloco inclui ainda os ambientalistas individuais, constituídos por multiplicadores de opinião independentes, não filiados a ONGs necessariamente, mas com grande poder de multiplicação de opinião, como jornalistas, artistas, deputados e vereadores, cientistas, etc.

O segundo bloco do segmento de meio ambiente constitui-se de ambientalistas-profissionais, que podem ser motivados também pelo exercício da cidadania ambiental, mas se diferem dos ambientalistas de combate pela ausência do caráter voluntário e sem fins lucrativos de suas atividades, o que os levam a evitar confrontos com empresas e governos dos quais podem vir a ser – ou são – prestadores de serviço. É formado por técnicos, educadores ambientais, administradores públicos e divide-se em dois setores distintos: os ambientalistas de ONGs Profissionais e ambientalistas de consultoria. Os de ONGs especializaram em projetos e modelos demonstrativos para políticas públicas e empresariais. Na fase de identificação de problemas ambientais, as ONGs profissionais podem se confundir com as ONGs ambientalistas de combate, o que têm gerado até uma certa confusão de competência e definições. Com o amadurecimento do Movimento

Ambientalista, os dois blocos talvez venham a trabalhar de maneira mais integrada, já que os problemas apontados pelos ambientalistas de combate, de um lado, podem ser solucionados pelos ambientalistas profissionais, do outro. Além disso, a atuação dos ambientalistas profissionais, através de ONGs e empresas de consultorias, também pode ser uma forma de exercício da cidadania, ao contribuir, entre outras coisas, para municiar os ambientalistas de combate com informações técnico-científicas que permita ampliar a capacidade de luta e o grau de exigência da Sociedade.

O terceiro bloco é formado pelos ambientalistas-de-resultado, geralmente alvo de críticas pelos outros dois blocos. Divide-se em dois setores: público e privado. Os ambientalistas de governo atuam geralmente como os secretários de meio ambiente de prefeituras ou são técnicos ou dirigentes em órgãos de controle ambiental, nos três níveis de governo federal, estadual e municipal, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Apesar de sensíveis à causa ambiental e muitas vezes atuarem também em ONGs, não são independentes pois se subordinam às diretrizes dos seus governos, nem sempre tão ambientalistas, além de serem movidos por outras lógicas, como a eleitoral, que promove loteamento de cargos. O setor da iniciativa privada conta com ambientalistas de empresa, que reúne empresários e administradores privados, em especial os diretores de meio ambiente das empresas. É um setor que associa os conceitos de qualidade na produção com preservação de meio ambiente, procura adequar-se às exigências da legislação e dos 'selos verdes', tipo ISO 14.000, discute formas de viabilizar o chamado desenvolvimento sustentável, debate-se entre a necessidade de compatibilizar lucros crescentes e resultados com preservação ambiental. Apesar de serem vistos com uma certa desconfiança pelos setores tradicionais dos ambientalistas de combate, este terceiro bloco pode ser aliado estratégico dentro das empresas e macro-estruturas públicas e privadas, se não em todas as lutas, pelo menos em algumas, o que já justifica o esforço para o diálogo e as parcerias.

### **3. ONGs de Combate, ONGs de Profissionais e os Eco-Oportunistas**

As ONGs (Organizações Não-Governamentais) ambientalistas de combate são aquelas cujo objetivo principal é a denúncia e o enfrentamento da poluição e degradações

ambientais. Foram as primeiras a aparecer e deram origem às APEDEMAS (Assembléias Permanentes de Defesa do Meio Ambiente) nos Estados. São constituídas, em sua maior parte, por cidadãos voluntários, mas onde se destacam mesmo um ou dois cidadãos, no máximo, o que gerou o apelido depreciativo de ING (indivíduo não-governamental). A maioria é bastante atuante, e graças a isso a situação do meio ambiente no Brasil não está pior. Mas, no meio das ONGs há também ONGs de cartório, que existem apenas em caixa postal, mas disputam poder de voto em igualdade de condições com outras ONGs realmente atuantes, o que tem gerado distorções e dificuldades na construção e fortalecimento de um projeto coletivo para o movimento ambientalista brasileiro.

Também existem as ONGs ambientalistas profissionais, que surgiram mais recentemente, diante da necessidade da Sociedade Organizada ir além da denúncia e capacitar-se para apresentar alternativas concretas de solução tecnológica e de gestão ambiental a governos e empresas. De uma certa forma, há uma divisão de trabalho entre elas não explicitada, onde as de Combate denunciam problemas e cobram políticas públicas numa ponta e, na outra, as ONGs profissionais partem dos problemas para oferecer alternativas e soluções. Não se trata de uma divisão clara para o Movimento Ambientalista, o que tem gerado confusão de atribuições, conflitos de competência e desconfianças mútuas, até em função das alianças que se formam. As ONGs de combate se aliam mais a associações de moradores, sindicatos, etc., enquanto as ONGs profissionais buscam parcerias com Governos e empresas privadas. Essa falta de definição clara de papéis, metodologias e objetivos tem contribuído para aprofundar a crise de desmobilização das APEDEMAS e do Movimento Ambientalista como um todo, favorecendo a ação dos poluidores.

O problema é quando, entretidas em suas lutas internas, as ONGs acabam deixando espaço para a penetração de eco-oportunistas, que aproveitam-se da falta de definição e de um Código de Ética Ambientalista para se capitalizarem vendendo projetos. Muitas dessas falsas ONGs são, na verdade, empresas de consultorias e execução de projetos que, ao tentar se confundirem com as ONGs, oferecem aos poluidores a falsa ilusão de que, ao contratar seus serviços e projetos, estarão limpando sua imagem ambiental ou pacificando suas relações com as ONGs. Logo os poluidores descobrirão que desperdiçaram dinheiro, mas aí o eco-oportunista já terá criado outra ONG, como uma cobra que troca de pele.



Saber a diferença, separar o joio do trigo, ainda será um longo caminho. Talvez o mais difícil seja as verdadeiras ONGs de combate e profissionais compreenderem que o inimigo não está entre elas.

## **4. Desafio Para Empresários e Ambientalistas**

De um lado, o Greenpeace, que notabilizou-se pelas ações radicais em defesa do meio ambiente. De outro, os representantes das empresas poluidoras do Rio Grande do Sul. Em vez de confronto entre grupos tradicionalmente antagônicos, o diálogo tornou possível uma nova forma de luta em defesa do meio ambiente. Desafiada pelo Greenpeace, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul firmou o compromisso público de eliminar os despejos tóxicos no ambiente, num prazo de 10 anos. Como contrapartida, o Greenpeace assumiu o compromisso de continuar mostrando à sociedade as informações sobre os resíduos das empresas.

O mais importante sobre este fato é que sinaliza uma mudança de postura entre ambientalistas e poluidores. Sugere o caminho do diálogo como instrumento de defesa do meio ambiente, sem que os ambientalistas precisem abrir mão de sua independência crítica, muito pelo contrário. Os poluidores precisam, de uma certa forma, dessa visão crítica para continuarem se aperfeiçoando, corrigindo falhas, realizando investimentos.

Trata-se de um desafio, dos mais difíceis, para ambos os lados. Os ambientalistas precisam ir além das denúncias. Devem ser capazes de propor soluções e acompanhar sua execução. Os poluidores devem saber respeitar a independência crítica dos ambientalistas, aceitando-os como parceiros e não como adversários.

## **5. O Poder dos ‘Ings’**

As ONGs (Organizações Não-Governamentais) ambientalistas, enquanto espaço de participação e atuação direta da cidadania, têm despertado a atenção dos pesquisadores e cientistas sociais. Alguns autores, por saberem que a ciência não é neutra, fazem um trabalho investigativo cuidadoso, sem pressa de resultados rápidos, com visitas a campo,

entrevistas com ambientalistas das diversas tendências e ideologias, etc., a fim de alcançar um resultado o mais próximo da realidade. Infelizmente, estão em minoria. O que temos visto com mais frequência são autores que, de dentro da academia, e longe da militância, se propõem-se a falar de uma realidade que não conhecem direito. A criação do termo ‘ING’ (indivíduo não-governamental) é um desses exemplos. É usado pejorativamente para depreciar os cidadãos que mais se destacam dentro das lutas de sua entidade. Trata-se, na melhor das hipóteses, de um desconhecimento grosseiro da lógica pelas quais se criam e se mantêm as ONGs. Mas também pode esconder outras intenções, menos ingênuas, como fazer o jogo dos poderosos, dos poluidores, que têm seus interesses contrariados pela persistência de uns poucos “ings”, que não arredam pé da luta, mesmo quando o movimento entra em refluxo.

O movimento ambientalista nunca foi uma organização de massa. Apesar dos nomes pomposos, como Institutos, Fundações, Redes, etc. As ONGs se sustentam mesmo é no trabalho de um ou outro membro mais consciente de seu papel de cidadão e que acaba se destacando e recebendo o reconhecimento da sociedade, pela persistência com a qual enfrenta os problemas ambientais, pela capacidade de superar problemas e inventar soluções. Claro que existem líderes ambientalistas individualistas, que não sabem delegar muito menos trabalhar em equipe, nunca convocam reuniões dos associados e sempre decidem tudo sozinhos. Mas a democracia é um processo e ninguém nasce sabendo ser democrático. É nas lutas, nos embates, nas disputas internas e externas que o cidadão vai se tornando líder. Isso cria divisões internas dentro das entidades e acaba gerando novas ONGs. É um processo doloroso de crescimento, pois é meio antropofágico, mas que tem sido o principal responsável pela multiplicação de novas ONGs.

Longe de serem motivos de chacotas ou conceitos depreciativos, os chamados ‘ings’ são na verdade cidadãos persistentes e conscientes, capazes de se manter numa luta pelo direito difuso de toda a sociedade, mesmo quando a própria sociedade não se dispõe a participar.

O movimento popular é cíclico, com períodos de maior ou menor mobilização, por tratar-se de um trabalho voluntário. Não é qualquer cidadão, por mais consciente que seja, que pode dispor-se ao trabalho voluntário. E é em momentos assim que os ‘ings’ se destacam, pois não deixam a luta ambientalista morrer, continuam incomodando, exigindo

o cumprimento das leis, denunciando as agressões. Graças a eles, muita agressão ambiental tem sido evitada.

## **6. Cidadania Não se Profissionaliza**

O Brasil é conhecido como um país onde existem leis que não pegam. Geralmente leis que de alguma forma beneficiariam os cidadãos, como não fumar em ônibus e locais fechados. Mas os cidadãos também têm lá sua parcela de responsabilidade, quando exigem seus direitos mas não cumprem seus deveres, como, por exemplo, o direito de viver numa cidade limpa, mas continuar jogando lixo no chão da rua, mesmo quando as lixeiras estão próximas. É como se o mundo mais democrático e ecológico que todos aspiramos começasse primeiro no outro.

Não é à toa que os cidadãos vivam constrangidos em seus direitos. Por exemplo, todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e o que mais vemos é poluição e agressões ambientais por todo o lado, muitas vezes patrocinados ou autorizados pelo próprio Estado, que deveria dar o exemplo. É natural que os cidadãos se rebelem contra isso. E as chamadas ONGs ambientalistas são a forma organizada que os cidadãos criaram para lutar por seus direitos ambientais. Esta é uma participação consciente e sobretudo voluntária, ou seja, não profissional. O que não quer dizer que um profissional não seja também cidadão. Inclusive, quando um profissional coloca seus conhecimentos técnicos à serviço das lutas pelos direitos dos cidadãos, pode ampliar a capacidade de pressão e de formulação dessas lutas.

É preciso, entretanto, não confundir movimento de cidadania, de caráter voluntário, com organizações profissionais, que visam sobretudo gerar renda, emprego, ainda que tenham por objetivo atuar no sentido de ampliar e garantir os direitos dos cidadãos. O movimento social não é, nem tem de ser um movimento profissional. Trata-se de uma ação da sociedade em defesa de seus direitos constrangidos. Se essa ação pode se dar com o auxílio de profissionais, ótimo. Se não, se dará de qualquer maneira. A democracia e os direitos dos cidadãos não pode esperar um profissional conseguir aquele emprego, verba ou aprovar um determinado projeto.

## **7. Ambientalista: Atividade de Risco no Rio de Janeiro**

A preservação do planeta começa com a preservação dos pequenos pedaços do planeta. O estado do Rio de Janeiro é um deles. Uma árvore do Rio é uma árvore do mundo. Será que estamos cuidando bem desse nosso pequeno pedaço de mundo? No dia 5 de junho, estarei em Tóquio para receber o Prêmio Global 500 da ONU Para o Meio Ambiente. É um momento importante para lembrar das responsabilidades de cada pessoa, cada país, com seu meio ambiente local. Pois não basta pensar globalmente, é preciso agir localmente, já que o todo é feito por partes, e uma forma de preservar todo o planeta é começar cuidando de suas partes. Mas essa tarefa cidadã, apesar de muito importante, anda se transformando numa atividade de muito risco aqui no Estado.

Após a RIO92, o Estado do Rio de Janeiro teve três ecologistas brutalmente assassinados. E tanto os crimes de assassinato quanto os crimes ambientais permanecem impunes até hoje. Não existe sequer pistas dos assassinos. Seu Edu, de Maricá, morreu enfrentando a máfia que transformou as areias de Itaipuaçu em buracos do tamanho de um Maracanã. Fernando, da Univerde, em São Gonçalo, enfrentando a invasão dos manguezais da Baía de Guanabara. E, por último, em 23 de fevereiro deste ano, às 11:30 da manhã, o Dr. Álvaro Marques, de 69 anos, assassinado com dois tiros de pistola 380 no centro da cidade de Angra dos Reis, onde havia acabado de protocolar no Fórum da cidade denúncia contra a ação de caçadores e invasores de mangues no litoral de Mambucaba.

E o meio ambiente que defenderam até a morte, continua agredido. Segundo os dados obtidos através dos satélites do INPE, com a ajuda das ONGs SOS Mata Atlântica e Instituto Socioambiental, o Estado do rio é o Campeão Nacional do Desmatamento da Mata Atlântica. Perdeu, nos cinco anos, entre 1990 e 1995, 140.372 hectares de Mata Atlântica. E o desmatamento continua acelerado. Nos dois anos, entre 1995 e 1997, a perda só em 40 municípios dos 91 do Estado, foi de 15.689, o equivalente a quase um campo de futebol de florestas por hora! Dados como estes apontam o Estado como o líder absoluto da destruição da Mata Atlântica no Brasil, com uma perda de 13% da cobertura florestal que tinha em 1990.

Como se não bastasse, o Rio é também a Capital Internacional do Tráfico de Animais Silvestres, segundo levantamento realizado durante dois anos pela Traffic, principal ONG

internacional que combate o tráfico de animais silvestres, com representações em 16 países. Existem no Estado cerca de 100 feiras populares que praticam este comércio ilegal. A mais famosa é a de Duque de Caxias. Apesar disso, e das cobranças freqüentes dos ambientalistas, até hoje, não existe um Centro de Triagem de Animais Silvestres apreendidos, o que significa que os animais acabam mortos nos fundos das delegacias, voltam ao tráfico pelas mãos dos próprios policiais ou são soltos de maneira inadequada na natureza. Isso sem falar da crueldade contra os animais em rodeios, laboratórios, dentro das próprias casas, que mostram uma face ainda embrutecida e insensível de nossa natureza humana.

Outro caso clássico de abandono são as chamadas áreas úmidas do Estado do Rio, integrada por rios, brejos, manguezais e pelas 100 lagoas fluminenses, que constituem o segundo maior patrimônio ambiental em ecossistemas de lagoas costeiras no Brasil, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul, por causa da extensão da Lagoa dos Patos. Áreas superimportantes, onde se iniciam as cadeias alimentares, onde nascem os mananciais que nos abastecem. As áreas úmidas são protegidas internacionalmente pela Convenção de Ramsar, assinada pelo Brasil em 02 de fevereiro de 1971. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, estabeleceu o prazo de 2 (dois) anos, a contar de sua promulgação, em 05/10/89, para a demarcação da orla e da faixa marginal de proteção dos lagos, lagoas e lagunas do Estado (artigo 27, inciso III, das Disposições Transitórias), além de diversas sentenças judiciais condenarem as autoridades a cumprir a Constituição, ainda assim, nenhuma lagoa foi demarcada até hoje. Os rios fluminenses não estão em melhor situação, e o pior deles é Paraíba do Sul, que abastece 80% da população fluminense e, apesar disso, recebe 76 mil quilos por dia de esgoto doméstico sem tratamento, além de esgoto industrial que inclui metais pesados, fenóis, cianetos, agrotóxicos, benzo-a-pireno e trialometanos cancerígenos, etc.

Segundo estimativas oficiais, as indústrias do Estado do Rio de Janeiro produzem cerca de três milhões de toneladas de lixo por ano. Apenas 30 % desse total (um milhão de toneladas), têm destino conhecido. O restante (dois milhões de toneladas), simplesmente desaparece, jogado em rios, como o Paraíba do Sul e nas baías. Veja o exemplo da Ingá Mercantil, na Baía de Sepetiba, cujo depósito de rejeitos já vazou 3 vezes nos últimos anos.

O laboratório de Biofísica da UFRJ constatou, em março de 96, teores de zinco e cádmio nos mariscos até 18 vezes acima do padrão máximo para consumo alimentar.

Cuidar do meio ambiente não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível. Trata-se de uma tarefa extremamente complexa, mas que pode se tornar bem simples se cada um começar fazendo a sua parte. Os grandes problemas são formados de pequenos problemas que poderíamos ter resolvido logo no início, se quiséssemos. Como prender logo os assassinos dos ecologistas, por exemplo.

## **8. Onde Estão os Ambientalistas?**

Muitos dos ambientalistas que, tradicionalmente, denunciavam os governos e as empresas pela falta de política ambiental, hoje, desempenham cargos nos mesmos governos e até em empresas. Tornaram-se secretários de meio ambiente de prefeituras ou técnicos de departamento ambientais em empresas. Outros ambientalistas profissionalizaram-se e, hoje, verticalizam e focalizam suas ações no desenvolvimento de projetos específicos, lançando sombras sobre as demais questões que não estejam diretamente relacionadas com o objeto de seus projetos.

O movimento ambientalista nunca foi uma organização de massa. Caracteriza-se mais pela ação de pequenos grupos e indivíduos isolados. Com a agravante de ter uma baixa renovação. Assim, quando seus melhores quadros passam a atuar para governos e empresas, ou quando a ação profissional se concentra em poucos alvos, a causa ambientalista parece que fica mais órfã. Os problemas ambientais continuam aí, cada vez mais graves. Estão faltando ambientalistas que os denunciem.

Muita gente tem se empenhado em defender a natureza. Só que ainda é pouco. É preciso que mais e mais pessoas se conscientizem da importância dessa tarefa, não só se preocupando em não deixar ninguém poluir ou destruir a natureza, como também se esforçando para modificar os hábitos e comportamentos que levam ao desperdício de recursos naturais ou prejudicam o meio ambiente.

Confúcio disse, há cerca de 5 mil anos, que se alguém quisesse mudar o mundo, teria de começar por si próprio, pois mudando a si próprio, sua casa mudaria. Mudando sua

casa, a rua mudaria. Mudando a rua, o bairro mudaria. Mudando o bairro, mudaria o município e assim por diante, até mudar o mundo.

### Capítulo 3

# Comunicação Ambiental

## 1. Comunicação Ambiental Para a Parceria

Ninguém, por mais poderoso que seja, tem o poder de salvar sozinho o Planeta. Ambientalistas, empresários, governantes, comunitários já perceberam isso e estão, cada vez mais, buscando o diálogo e a parceria. Neste cenário, as instituições e multiplicadores de opinião buscam cada vez mais a informação correta sobre o que ocorre no meio ambiente, a fim de manterem-se em dia com os acontecimentos e ao mesmo tempo estabelecer suas estratégias de ação e escolher seus parceiros.

Este esforço de obter informação é equivalente ao esforço de produzir e transmitir informações, já que a chamada Grande Mídia praticamente ignora a questão ambiental, abordando o assunto vez por outra, diante de um problema de grande impacto. Assim, por necessidade, diante da ausência de mecanismos regulares de informação, surgiu nos últimos anos um grande número de boletins, jornais e revistas sobre meio ambiente, assim como programas de rádio e televisão, e, agora mais recentemente, nos últimos três anos, centenas de sites e redes de meio ambiente na Internet.

O aparentemente enorme número de títulos impressos sobre meio ambiente apenas reflete o quanto são complexos e numerosos os interesses e os setores da sociedade envolvidos com a questão ambiental. Não é à toa que o chamado Segmento Meio Ambiente da Mídia seja tratado com quase desprezo pelas Agências de Publicidade, apesar do setor ambiental movimentar hoje milhares de dólares. São informações demais, produzidos num espaço de menos de 10 anos, que dificilmente um profissional não ligado ao setor ambiental teria condições de acompanhar.

Parte desse desprezo nasce nos próprios clientes, as empresas poluidoras, que gastam 40 milhões de dólares para implantar um filtro de desempoeiramento, por exemplo, mas não investem numa política de comunicação social que informe ao público que a empresa deixou de poluir o ar. Como o público não pode adivinhar, a imagem continua sendo de empresa ambientalmente irresponsável, o que deixa os técnicos e executivos ressentidos, achando-se injustiçados e que não vale a pena ser 'ecologicamente correto'.



Ou então, quando investem numa política de comunicação, não percebem a importância do formador de opinião ambientalista. As verbas de publicidade acabam praticamente desperdiçadas ou no público-alvo imediatamente vizinho à empresa ou no grande público, através de Agências de Publicidade sem cultura ambiental. Esquecem que o formador de opinião ambientalista é o contraponto da empresa na mídia. E é exatamente para este público que existem, hoje, mais de 100 títulos diferentes, que inclui desde empresários à busca de novos equipamentos e métodos de gestão a ambientalistas de combate que precisam se manter informados sobre a Política Ambiental.

Apesar da enorme importância, a questão ambiental não está entre as principais preocupações do grande público, conforme atestam inúmeras pesquisas de opinião. Em consequência, a Grande Mídia também passa a não incluir a questão ambiental em suas pautas de forma adequada muito menos com a periodicidade necessária. Após a RIO (ECO) 92, assistimos ao encolhimento dos espaços dedicados ao meio ambiente na Grande Mídia, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, aumentou o interesse pelo tema por parte de um público multiplicador de opinião cada vez mais significativo. Também cresceu a percepção de que a solução dos problemas ambientais e a gestão ambiental, assim como a implantação das Agendas 21 locais, os processos de licenciamentos ambientais para atividades poluidoras e a definição dos limites e modelo de crescimento locais, dependem fundamentalmente da capacidade de Governos, Empresas, Universidades estabelecerem parcerias e diálogo entre si e com as instâncias organizadas da Sociedade Civil, como as ONGs (Organizações Não-Governamentais), tanto ambientalistas quanto comunitárias, sindicais, profissionais, etc. É consenso entre todos de que só há diálogo e parcerias se houver também informação de qualidade, transparente e, sobretudo, com fluxo permanente.

A resposta de segmentos da Sociedade à diminuição do interesse da Grande Mídia com as questões ambientais tem sido o surgimento de veículos especializados em meio ambiente, como o *Jornal do Meio Ambiente (RJ)*, a *Folha do Meio Ambiente (DF)*, *Folha Verde (SP)*, *Meio Ambiente em Jornal (MG)*, as revistas *Eco-Rio*, *Ecologia & Desenvolvimento e Saneamento Ambiental*, em sua maior parte distribuídos nacionalmente e por mala direta. Isso demonstra que, apesar de não ser em número suficiente para interessar à Grande Mídia, o público interessado nas questões ambientais no Brasil é

suficientemente numeroso para admitir segmentação por área de interesse. Por isso, é importante observar que, apesar de dirigidos teoricamente ao mesmo público alvo, esses diferentes veículos especializados em meio ambiente não são concorrentes entre si, mas se complementam.

O *Jornal do Meio Ambiente*, por exemplo, tem por objetivo ser uma ponte de informação para favorecer o diálogo e as parcerias. A Revista *Eco-Rio*, optou por abordar a questão ambiental pelo lado da opinião, dando profundidade aos temas, sempre com grande competência. A *Folha Verde* optou por um público infanto-juvenil escolar, e aborda mais os aspectos educativos. E assim por diante, cada veículo tem seu público alvo específico e, em função dele, desenvolveu uma pauta própria, ocupando ‘nichos’ de mercado. As agências de publicidade ainda não perceberam tais especificidades e, mesmo quando buscam atingir o público interessado nas questões ambientais, gastam fortunas de seus clientes para anunciar na Grande Mídia, desperdiçando recursos e sem ter a garantia de atingir o público-alvo.

Também é importante ressaltar o papel da chamada mídia institucional, como os boletins e jornais de ONGs, com tiragem limitada, dirigidos ao seu público interno e outros interessados, com ótima qualidade gráfica e editorial, como, por exemplo, é o caso do *Parabólicas*, do Instituto SócioAmbiental, *Ambiente Hoje*, da Associação Mineira de Defesa Ambiental - AMDA, o jornal da Fundação SOS Mata Atlântica, o boletim do Instituto Brasil-PNUMA, o jornal *AgirAzul* (RS) da ONG PANGEA, etc. Os veículos de comunicação de ONGs, empresas e Governos, são importantes para garantir uma regularidade de informações junto aos associados e público-alvo sobre suas atividades, campanhas, etc., já que as mídias especializadas em meio ambiente não conseguem priorizar as ações das instituições em todas as suas pautas como elas gostariam.

Cada veículo novo que surge na área ambiental, cumpre uma importante função social. Não só significa aumento de postos de trabalho para profissionais especializados, como também se constitui num fator a mais de favorecimento do diálogo entre os diferentes setores da sociedade que precisam estabelecer parcerias entre si em direção a um desenvolvimento sustentável. Sem informação, não há diálogo, muito menos, parcerias.

## MÍDIAS AMBIENTAIS IMPRESSAS DE CARÁTER COMERCIAL E CIRCULAÇÃO NACIONAL

### 1. Jornais

TÍTULO E CARACTERÍSTICAS GRÁFICAS	TIRA-GEM E PERIODO CIDADE	EDITOR	PÚBLICO-ALVO					
			Multiplicadores de Opinião em meio ambiente (ONGs, etc.)	Gerentes e técnicos de meio ambiente de empresas públicas e privadas	Secretários de meio ambiente de prefeituras	Educadores ambientais	Público Geral	Outros
<b>Jornal do Meio Ambiente</b> Formato: tablóide Papel: Jornal N° Páginas: 16 Cor: 4/1 Fundado em 01/01/96	25.000 mensais	<b>Vilmar Berna</b> Tel/fax: (021) RJ 610-2272 / 7365 vilmarberna@jornal-do-meio-ambiente.com.br	<b>1</b> Mala direta gratuita (atinge todas as ONGs ambientalistas brasileiras)	<b>2</b> Mala direta gratuita e assinaturas pagas	<b>2</b> Mala direta gratuita e assinaturas pagas	<b>2</b> Mala direta gratuita e assinaturas pagas	<b>2</b> Venda em Banca (RJ)	<b>2</b> Distribuição gratuita em eventos ambientais e assinaturas pagas
<b>Folha do Meio Ambiente</b> Formato: tablóide Papel: Jornal N° Páginas: 32 Cor: 16 (4/4 ) e 16 PB Iniciou suas atividades em junho de 1989.	70.500 mensais	<b>Sisvestre Gorgulho</b> Tel.: (061) 321-3765 folhomei@zaz.com.br	<b>2</b> Agências financiadoras de projetos; ONGs.	<b>2</b> Autoridades; todos os deputados e senadores - DF	<b>2</b> Prefeitos	<b>1</b> Mala direta gratuita e assinaturas pagas (Enviado para cerca de 53 mil escolas)	<b>2</b> Venda em Banca (DF)	<b>2</b> Distribuição gratuita em eventos ambientais e assinaturas pagas  (880 jornais para o exterior - Embaixadas, 94 postos diplomaticos brasileiros no exterior)

<b>Terramérica</b> Formato: tablóide Papel: Jornal Nº Páginas: 16 Cor: 4/1	200.000 mensais	<b>Adalberto Marcondes</b> Tel/fax: (011) 814-1643 terraamerica@env olverde.com.br	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b> Circula encartado em diversos veículos da Grande Mídia de SP	<b>0</b>
<b>O Estado Ecológico</b> Formato: Standart Papel: Jornal Nº Páginas: 16 Cor: 4/4	Mensal (toda lua cheia)	<b>Hiram Firmino</b> Tel.: (031) 237- 5011 ecologic@net.em. com.br	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b> Circula encartado no Estado de Minas	<b>0</b>

Legenda: 1 - público-alvo prioritário; 2 - público-alvo secundário

## 2. Revistas de Política e Educação Ambiental

TÍTULO E CARACTERÍSTI CAS GRÁFICAS	TIRA- GEM E PERIODI CIDADE	EDITOR	PÚBLICO-ALVO					
			Multiplic adores de Opi-não em meio ambi-ente (ONGs, etc.)	Gerentes e téc-nicos de meio ambien-te de empresas pú-blicas e priva- das	Secretári- os de meio am- biente de prefeitu- ras	Educado- res ambi- entais	Público Geral	Outros
<b>Eco.21</b> Formato: 21 x 28 cm Papel: couche Nº Páginas: 50 Cor: 4/4	Bimens- tral	<b>René Capriles e Lucia Chaib</b> (021) 533-0069 eco..21@opelink.co m.br	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b> assinatura s pagas	<b>0</b>	<b>1</b> Distri-buição gratuita em even-tos ambientais e assinaturas pagas

<b>Ecologia&amp; Desenvolvimento</b> Formato: 21 x 28 cm Papel: couche Nº Páginas: 64 Cor: 4/4	Bimens-tral	<b>Beatriz Bissio</b> (021) 221-7511 etm@etm.com.br	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b> Distri-buição gratuita em even-tos ambientais e assinatura s pagas	<b>2</b> assinatura s pagas	<b>0</b>	<b>2</b> Distri-buição gratuita em even-tos ambientais
--	-------------	---	----------	----------	--	--------------------------------	----------	---

### 3. Revistas Técnicas

TÍTULO E CARACTERÍSTICAS GRÁFICAS	TIRA-GEM E PERIODICIDADE	EDITOR	PÚBLICO-ALVO					
			Multiplicadores de Opinião em meio ambiente (ONGs, etc.)	Gerentes e técnicos de meio ambiente de empresas públicas e privadas	Secretários de meio ambiente de prefeituras	Educadores ambientais	Público Geral	Outros
<b>Meio Ambiente Industrial</b> Formato: 21 x 28 cm Papel: couche Nº Páginas: 124 Cor: 4/4	Bimens-tral	<b>Júlio Tocalino Neto</b> (011)3917-2878 meioambienteind@datasemt.com.br	<b>0</b>	<b>1</b> assinatura s pagas	<b>2</b> assinatura s pagas	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Gerenciamento ambiental</b> Formato: 21 x 28 cm Papel: couche Nº Páginas: 50 Cor: 4/4	10.000 mensal	<b>Cláudio B.J. Moura</b> (011) 247-1881 bjmoura@uol.com.br	<b>0</b>	<b>1</b> assinatura s pagas	<b>2</b> assinatura s pagas	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>Saneamento ambiental</b> Formato: 21 x 28 cm Papel: couche Nº Páginas: 64 Cor: 4/4	15.000 Bimens-tral	<b>Francisco E.Alves</b> Franalves@proflin ne.com.br <b>Sérgio de Oliveira</b> soliveira@proflin e.com.br (011)814-6899	<b>0</b>	<b>1</b> assinatura s pagas	<b>2</b> assinatura s pagas	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
---	-----------------------	---	----------	-----------------------------------	-----------------------------------	----------	----------	----------

## PERFIL EDITORIAL DA MÍDIA AMBIENTAL IMPRESSA COMERCIAL DE CIRCULAÇÃO NACIONAL

### 1. Jornais

TÍTULO	PERFIL			
	Principal diferencial	Informativo	Analítico	Técnico
<b>Jornal do Meio Ambiente</b>	Veículo comercial com penetração prioritária junto às ONGs ambientalistas brasileiras, especialmente as ONGs de combate. O editor é ambientalista único jornalista no mundo laureado com o Prêmio Global 500 da ONU Para o Meio Ambiente). Sediado no Rio de Janeiro.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Folha do Meio Ambiente</b>	Veículo comercial com penetração prioritária junto aos professores e educadores ambientais. Sediado em Brasília.	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

<b>Terramérica</b>	Único veículo brasileiro comercial editado em parceria com o PNUD e PNUMA. Aprofunda um tema em cada edição mensal e circula encartado nos veículos não-ambientais de São Paulo: Correio Popular, Diário do Grande ABC, Jornal de Piracicaba e Vale Paraibano.	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>O Estado Ecológico</b>	Único veículo ambiental comercial do Estado do Minas Gerais, que circula encartado no Estado de Minas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Legenda: 1 - perfil principal; 2 - perfil secundário; 3 - perfil eventual

## 2. Revistas de Política e Educação Ambiental

<b>TÍTULO</b>	<b>PERFIL</b>			
	<b>Principal diferencial</b>	<b>Informativo</b>	<b>Analítico</b>	<b>Técnico</b>
<b>Eco.21</b>		<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Ecologia&amp; Desenvolvimento</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

**3. Revistas Técnicas**

<b>TÍTULO</b>	<b>PERFIL</b>			
	<b>Principal diferencial</b>	<b>Informativo</b>	<b>Analítico</b>	<b>Técnico</b>
<b>Meio Ambiente Industrial</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Gerenciamento ambiental</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Saneamento ambiental</b>	Único veículo comercial cuja pauta é dedicada prioritariamente às questões de saneamento no Brasil	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>



## **2. As Ongs, as Empresas e a Imprensa**

Em pouco menos de duas décadas a opinião pública mudou radicalmente de uma posição que justificava o progresso a qualquer preço, para uma opinião de que o desejável é uma espécie de progresso que leve em conta a preservação do meio ambiente. Influíram nessa mudança diversos fatores, entre os quais: a) a pressão exercida pelas ONGs (organizações não-governamentais), principalmente as ambientalistas, com o reforço de artistas e cientistas sensíveis à causa ambiental; b) a imensa capacidade de comunicação da imprensa, e a popularização de meios como a televisão.

A imprensa não gera necessariamente opinião pública, mas ao expor a informação, gera perplexidade na opinião pública, tornando-a sensível à mensagem de grupos de pressão como os ambientalistas, artistas, cientistas, políticos, por exemplo. As informações sobre os grandes acidentes ambientais ocorridos no mundo foram determinantes para a formação de uma opinião pública sensível à questão ambiental. Segundo o Major Hazard Incident Data Service, da Grã-Bretanha, até 1986 ocorreram 2.500 acidentes industriais no mundo, sendo que mais da metade (1.419) em apenas cinco anos, entre 1981 e 1986. Já os grandes acidentes ambientais, que envolveram maior número de mortes e milhões de dólares de indenização, num total de 233 acidentes, ocorreram no curto período entre 1970 e 1989. A divulgação em escala mundial destes fatos não só contribuiu para sensibilizar a opinião pública, mas também para fortalecer os movimentos ambientalistas, que se multiplicaram nesse período, além de gerar um conjunto de leis ambientais e de órgãos de controle que não existiam antes de 1970.

Hoje, as empresas são obrigadas a ver a questão ambiental com seriedade, menos pela pressão dos ambientalistas ou exigências legais e mais por outros fatores como, por exemplo: a) precisam alcançar uma certa excelência ambiental para obter selos verdes, do tipo ISO 14.000, a fim de evitar barreiras comerciais a seus produtos no exterior; b) se dependem de recursos financeiros via BNDES, por exemplo, devem adequar-se às exigências do Protocolo Verde. Empresas poluidoras ou que não cumprem acordos ambientais, têm poucas chances de obter ou manter empréstimos; c) se são multinacionais cujas matrizes estão em países como Europa e Estados Unidos, onde a opinião pública está

mais sensível às questões ambientais, precisam dar satisfações aos acionistas a fim de garantir cargos e recursos nas filiais.

As ONGs já perceberam que a imagem é um dos ‘pontos fracos’ dos poluidores. Por isso, quando os canais de diálogo com as empresas são interrompidos, inexistentes ou insuficientes, os ambientalistas procuram sensibilizar a opinião pública. Além da imprensa, as ONGs estão tendo acesso à Internet, denunciando as empresas poluidoras à opinião pública de seus países de origem, onde têm as matrizes, e junto a fontes de financiamento ou certificação internacional, como Banco Mundial e ISO. Um exemplo disso é a campanha da Lista Suja, da ONG Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), de Minas Gerais, e a Sena Suja, da ONG Defensores da Terra, no Rio de Janeiro.

A intenção dos ambientalistas não é ‘perseguir’ os poluidores, mas sim estimulá-los a priorizar recursos e ações no sentido de controlar a poluição e recuperar o passivo ambiental. Tem empresas que fazem ‘pouco caso’, agem como se não fosse com ela, qualificam a ação dos ambientalistas como ‘oba-oba’. Em outros casos, a empresa tem investido em meio ambiente, e às vezes até já superou seus principais problemas ambientais, mas esqueceu de investir no resgate de sua imagem junto à opinião pública, que continua lembrando da empresa como poluidora. Em outros casos, ainda, a empresa desperdiça recursos ao entregar a tarefa de resgate de sua imagem a agências de publicidade que não dispõem de conhecimento sobre as questões e linguagens ambientais, muito menos sobre que veículos atingem o público multiplicador de opinião ambientalista.

### **3. As Receitas de Bolo e os Dinossauros da Grande Mídia**

Apesar das questões ambientais ganharem cada vez maior importância e atenção da sociedade, estão perdendo espaço na grande mídia. Nos últimos cinco anos, após a ECO 92, cadernos, páginas e seções de meio ambiente foram extintos ou diluídos em seções do tipo ciência&saúde. A cobertura do encontro das ONGs com o Presidente, por exemplo, passou em branco na maior parte dos veículos, merecendo apenas uma ou outra menção. Apesar do batalhão de fotógrafos que registrou a reunião, apenas o jornal O Fluminense publicou foto.

O que há por trás desse pouco caso de nossa imprensa com as questões ambientais? Parece que o jornalismo brasileiro tem vergonha da especialização do profissional, talvez

para não ter de pagar mais por ela. Uma pena. Boa parte do que se publica sobre meio ambiente aborda mais o lado físico, científico, como se fosse deliberado evitar o caráter político da questão. As matérias sobre meio ambiente, atualmente, mais parecem ‘calhaus’ (termo jornalístico para matéria sem importância usada para ocupar espaço), como as receitas de bolo que, na época da Censura, eram publicadas no lugar das colunas políticas proibidas. No dia seguinte ao encontro dos ambientalistas com Fernando Henrique, por exemplo, um grande jornal carioca publicou matéria de meia página sobre dinossauros, na seção dedicada a meio ambiente e nenhuma matéria sobre o encontro das ONGs com o Presidente. E pior. Nas poucas matérias publicadas, pareceu que o importante não eram os fatos, mas a versão sobre eles, pois publicou-se informações que nem de perto foram tratadas na reunião, como a de que as ONGs pediram R\$ 470 milhões para a Rio 2004. A reclamação de uma mulher que teve seu carro arranhado pela comitiva presidencial recebeu mais atenção que a Mata Atlântica, tema do encontro.

#### **4. RIO+5 - Barrados no Baile**

Foi estranho e até irônico ver ambientalistas perplexos do lado de fora do Hotel Sheraton, onde ocorreu a RIO+5, proibidos de participar do evento, como, por exemplo, o representante da rede de ONGs da Argentina, Manuel Ludueña, entre outros. A informação sobre a organização do encontro não chegou até eles e também não se preocuparam em ligar antes. Foram traídos pelo óbvio. Imaginaram que, sendo esse um encontro da Sociedade Civil, os ambientalistas seriam participantes naturais, apesar de não ser um evento de meio ambiente, mas de Desenvolvimento Sustentável. Foi assim durante a RIO 92. Agora, cinco anos depois, ocorreu o inverso, para o espanto dos ambientalistas. O encontro da Sociedade Civil foi fechado para cerca de 500 participantes, e aconteceu num hotel cinco estrelas, em local de difícil acesso, na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro. O encontro oficial é que foi o paralelo, aberto ao público. Aconteceu no BNDES, em local de fácil acesso, no centro da cidade, onde, além de diversas palestras e workshops, uma feira de projetos ambientais apresentou as melhores práticas de governos e ONGs nestes últimos cinco anos, para a aplicação da Agenda 21. E olha que o governo do Brasil tinha todos os motivos para não se expor tanto, afinal, seus avanços para implementar o que prometeu na

RIO 92, ficaram bem abaixo da crítica e mereceu altos níveis de mentira na manifestação dos ambientalistas na porta do Sheraton. Cada vez fica mais evidente que as saudáveis diferenças entre 'ings', 'ongs' e 'king-ongs', estão sendo usadas como uma forma de exclusão, o que não contribui em nada para o fortalecimento das lutas democráticas.

## 5. Caso Paiakã: Prêmio Má Fé do Jornalismo Brasileiro

Às vésperas de comemorarmos 500 anos do Descobrimento, já imaginávamos que todas as agressões aos índios já haviam sido praticadas, até descobrirmos o caso Paiakã.

Quem ainda lembra daquela capa da *Veja*, em pleno clima da Eco 92 (a edição de 10/06 que chegou às bancas em 07 de junho, com foto do Cacique Paiakã e a manchete "*O Selvagem - O Cacique símbolo da pureza ecológica tortura e estupra uma estudante branca e foge em seguida para sua tribo*"? Na edição anterior, de 3 de junho de 92, quando todos os holofotes se concentravam no Fórum Paralelo das ONGs e nas declarações oficiais dos quase 200 chefes de Estado presentes à Eco 92, a *Veja* apresenta matéria carregada de ironias sobre o movimento ambientalista mundial, afirmando que "está na hora de corrigir erros dos estrangeiros que falam de índios, queimadas e Amazônia".

Para Tito Rosemberg, que conhecia Paiakã bem de perto, o cacique foi vítima de uma armadilha, cujos autores, até hoje ocultos, não precisavam ver Paiakã preso, bastando para eles apagar o brilho da abertura da Eco 92 e ao mesmo tempo desacreditar um ícone dos ambientalistas no mundo inteiro. Uma vez isto feito, o resto não era importante, e conseguiram seus objetivos. E o momento que escolheram para fazer isso não poderia ter sido mais próprio, tanto que a vergonhosa capa da *Veja*, talvez parte da armadilha, mesmo inconscientemente, foi para as bancas "coincidentalmente" poucas semanas antes da abertura da conferência.

Por três semanas consecutivas, a revista *Veja* condenou Paiakã e levantou dúvidas sobre os interesses dos ambientalistas na Amazônia. Tratou o Caso Paiakã como 'fato consumado', quando o inquérito policial tinha sido instaurado a apenas dois dias. O inquérito se baseava no laudo médico do Dr. Édereson Silva e afirmava, por exemplo, que a vítima teve o bico do seio arrancado com mordida. Este mesmo médico, muito influente e ligado aos políticos do local, estava sendo processado por Paiakã, pois teria resolvido por

conta própria ligar as trompas de Irekã, sem pedir autorização nem à ela nem ao seu marido (OESP, 06/03/91). A partir daí a mulher de Paiakã, que já tinha três filhas com ele, ficou sem poder ter mais filhos, e Paiakã sem ter o filho homem que precisa para seguir como chefe de sua aldeia. A partir deste incidente, Paiakã teria perdido o interesse na mulher e ela teria se tornado quase alcoólatra.

Um segundo laudo foi solicitado pelos advogados da Funai, e os médicos constataram que os seios de Sílvia Letícia estavam perfeitos. Segundo os peritos a moça apresentava apenas "lesões abrasivas e contundentes", ou seja, arranhões em todo o corpo, além de braços e joelhos ralados (JB 14/06/92).

O delegado José Barbosa de Souza, que instaurou o inquérito, disse que ouviu quatro testemunhas que assistiram o crime, mas só apresentou Hélio Silva, caseiro de Paiakã, que mentiu no depoimento. O caseiro disse que viu o cacique de pé com um pedaço de arame tentando estrangular Letícia, mas, conforme apurou o Jornal do Brasil, os médicos não encontraram qualquer sinal de estrangulamento no pescoço da vítima. Meses depois, este mesmo delegado foi preso, acusado de chefiar uma quadrilha especializada em roubar cargas de caminhão e em assassinatos (OESP, 05/11/92).

Mas a *Veja* não esteve sozinha neste episódio. Contou com a participação da *TV Globo* que, em *Jornal Nacional*, exibiu entrevista com Paiakã, onde ele culpa a bebida pelo episódio, respondendo uma pergunta suprimida na edição, disse Paiakã: "Realmente aconteceu. A gente bebendo, eu bebendo, a minha mulher bebendo, a menina que chama Letícia bebendo e as pessoas que estavam acompanhando bebendo. Tudo ocorreu por causa da bebida. Agora, eu não estou com medo nem me escondendo aqui" (OESP, 11/06/92). Em entrevista gravada em vídeo, em 11/06/92 e divulgada pelo NDI, Paiakã nega que tenha mantido relação sexual com Silvia Letícia e acusa a TV Globo de ter montado as imagens em que "confirmou" o estupro. "A Globo fez uma montagem. Ela não mostrou na televisão a pergunta que me fez. Eu confessei apenas que havia bebido muito e que houve uma briga de Irekã com a menina" (OESP, 18/06/92).

A esposa de Paiakã disse à CPI da Câmara dos Deputados que praticou agressão sexual contra Sílvia Letícia (enfiou a mão em sua vagina) por que estava enciumada e pediu à deputada Sandra Sterling que providenciasse sua acareação com Silvia Letícia (Diário Popular 17/07/92). Paiakã e Irekã prestaram depoimento no Fórum de Redenção e

mantiveram a versão de que "Sílvia Letícia não foi estuprada, mas agredida por Irekã", num acesso de ciúmes (JB e FSP 30/07/92). Quem já viu uma briga entre índias sabe como costumam ser violentas quando enciumadas e é comum agredirem a oponente que tenta seduzir o marido enfiando a mão em sua vagina.

Quase um ano depois de ser vítima do suposto estupro, Sílvia Letícia, 19 anos, casou-se com o agricultor Roberto Afonso Cruz, 21 anos (FSP, 06/05/93). Aos 21 anos, Sílvia Letícia foi presa na delegacia de Redenção, acusada de tentar passar "instrumento de fuga" para seu marido, Roberto Cruz, preso no local, condenado por homicídio (FSP, 03/07/95)

Julgado e condenado sumariamente pela *Veja e TV Globo*, talvez nem aja mais conserto para o mal que os cara-pálidas da imprensa fizeram a Paiakã agora que sua reputação foi jogada na lama, e junto com ela todo um passado de luta dos povos indígenas do Brasil. Sem falar na perda que o Brasil sofreu com o silenciar de uma voz simples mas coerente, um dos raros brasileiros nativos brilhante em suas postulações. Mas, e o papel dos profissionais de imprensa neste episódio? Até quando permanecerão impunes os jornalistas apressados que, sem investigarem direito, transformam suspeitas e indícios em provas e se dão ao direito de acusarem pessoas de bem?

Só consigo pensar num jeito: lançar a própria opinião pública contra os maus veículos e maus profissionais através de uma espécie de Prêmio para más reportagens, assim como os ambientalistas fazem com os poluidores. Lanço desde já a indicação das reportagens da *Veja* e da *TV Globo*, no episódio Paiakã, como candidatos ao Prêmio Má Fé do Jornalismo Brasileiro, para que situações deste tipo não se repitam, e se se repetirem, Prêmio Má Fé neles, a ser concedido pelos próprios jornalistas, após debates nas faculdades de comunicação com AM-PLÍS-SI-MO espaço de defesa e debates para os profissionais que participaram destas imundícies travestidas de jornalismo.

## Capítulo 4

# Gestão Ambiental

## 1. Não se Faz Omeletes Sem Quebrar Ovos

Quantas vezes os ambientalistas tiveram de engolir em seco diante de poluidores que usam essa frase, justificando as agressões ambientais que produziram para gerar empregos, impostos, moradias, etc. Como se a única maneira de gerar progresso e desenvolvimento fosse a destruição do meio ambiente da maneira em que foi feita. Nada mais falso.

Que a ‘casca do ovo precisa ser quebrada’, não resta a menor dúvida, pois não pretendemos um planeta apenas para as plantas e bichos. Mas será que precisamos quebrar a casca no meio e jogar no lixo? Se o meio ambiente deve ser explorado, isso deve ser feito com todo o cuidado, levando sempre em consideração alternativas de menor impacto, tomando medidas mitigadoras, reparadoras e compensatórias que reduzam esse impacto, que promova a recuperação do meio ambiente e compense a natureza diante dos danos realmente impossíveis de evitar. Em vez de quebrar a casca no meio e jogar fora, pode quebrar com jeitinho, só num lado, o suficiente para extrair o conteúdo, sem precisar destruir tudo e, ainda, reciclar a casca, aproveitando como fonte de cálcio ou para artesanato...

O preparo dos ovos para o omelete também pode ser com cuidados especiais. Por que usar um óleo cheio de colesterol e de baixa qualidade, se existem alternativas mais saudáveis? E, melhor ainda, quem sabe em vez de um omelete, não se opta por um ovo pochê, que não precisa de fritura? Hoje, existem tecnologias limpas que conseguem o mesmo e até melhor resultado que as tecnologias poluidoras, sem custar mais por isso. Muito pelo contrário. Poluição é desperdício do processo produtivo. Tecnologias limpas, que não produzem resíduos e poluição, significa fim de desperdícios e aumento nos lucros. E, um programa de educação ambiental para funcionários, acoplado a um programa de incentivos à produtividade limpa e a criatividade na busca de solução aos problemas ambientais da empresa podem fazer verdadeiros milagres dentro de qualquer negócio!

E quem irá avisar que o omelete está pronto? Sem uma política de comunicação adequada, a empresa gasta às vezes verdadeiras fortunas para adotar procedimentos ambientais adequados e controlar ou eliminar sua poluição, mas se não avisa a ninguém, como quer que as pessoas descubram? Às vezes até avisa, mas da forma errada, para o público errado. Depois reclama quando os ambientalistas, jornalistas, lideranças comunitárias, parlamentares continuam acusando a empresa de poluidora. Eles foram informados do contrário? A empresa divulgou seu investimentos nos veículos especializados em meio ambiente destinados ao público formador de opinião ambientalista? Ou sua agência de publicidade ou o departamento de comunicação da empresa preferiu gastar uma fortuna com anúncio em veículos da Grande Mídia, que estão longe de atingir o público que interessa?

Concluído o preparo do omelete, não adianta deixar a cozinha toda suja e desarrumada. Coletar, tratar, reciclar, transportar e dar um destino adequado aos resíduos é hoje uma necessidade imperiosa das empresas. Seja seus resíduos líquidos, gasosos ou sólidos. E, hoje, o que existe de tecnologias para fazer isso com segurança e eficiência não justifica deixar mais o fogão sujo após o preparo do omelete. Mas melhor mesmo que ter de limpar tudo após o final do trabalho é adotar procedimentos e tecnologias menos poluentes durante o processo de produção, para não ter de gastar uma fortuna no final do processo.

E quem vai comer o omelete? Quem preparou vai poder comer também? A questão ambiental se interliga com as questões econômica e social. A humanidade vem quebrando ovos há muito tempo, gerando desastres ambientais atrás de desastres, preparando omeletes que apenas engordam uma pequena minoria de privilegiados que já começam a se assustar com a 'invasão' dos famintos em países ricos, ou enclausuram-se cada vez mais em condomínios de luxo, cercado de grades, cães e seguranças 24 horas por dia. Mas até quando?



## 2. Festa de Aniversário que Ninguém Vai

Entre o momento da decisão de organizar a festa e cantar os parabéns, muito trabalho precisa ser feito. Lembra um pouco certas empresas quando decidem investir em tecnologias de despoluição. Algumas fazem isso espontaneamente, como parte de seu processo de melhoria contínua, se programam com antecedência, reservam os recursos necessários e pessoal capacitado, treinam e motivam adequadamente seus funcionários. Outras fazem pressionadas pela legislação, pelas ONGs, pela imprensa, pelos órgãos de controle ambiental do Governo. Acabam tendo de se endividar, comprar nem sempre o melhor processo ou tecnologia, trabalhar com profissionais disponíveis, nem sempre os mais competentes.

Parece muito com certas festas de aniversário em família. Tem gente que tem o cuidado de anotar na agenda com cuidado e planejar antes, reservando os recursos necessários para não ser pego de surpresa. Outros tem de correr na última hora, pressionados pela tias, avós, sogros, amigos, cônjuge, aniversariante. Guardadas as devidas proporções, não é muito diferente numa empresa. Meio tonto ainda com o esforço de encher as bolas de borracha, é preciso providenciar o gelo para as bebidas, ver se o carvão do churrasco está seco e queimará bem sem gerar muito fumaça ou fogo em excesso. Equivale à verdadeira corrida de obstáculo que é atender às inúmeras exigências de órgãos ambientais, instituições financeiras, exigências para importação de equipamentos, etc. Ainda na preparação do local, sempre há a fase de escavações e terraplanagem para construir estações de tratamento de efluentes parecem que não acabam nunca. Depois a fase das obras civis e a instalação dos equipamentos, tudo obedecendo prazos que, quando precisam ser prorrogados, é outra romaria.

A entrada da empresa no feliz mundo dos ambientalmente corretos, assim como o momento de assoprar a velinha do bolo, deveria ser uma hora de glória, mas aí vem o pior. Alguém lembrou de avisar sobre a festa? Onde estão os convidados? Quem já viveu a experiência pode contar. Com tanto trabalho mais importante a ser feito, quem iria se preocupar com divulgação? E é aí que as empresas costumam cometer seus maiores erros. Apesar de investir às vezes milhões de dólares em filtros, estações tratamento e novas tecnologias, continuam sendo vistas como poluidoras irresponsáveis diante de uma

população que não tomou o menor conhecimento dos avanços realizados. Tem empresas que gastam 40 milhões num sistema de despoeiramento, por exemplo, mas relutam em investir numa campanha de divulgação que não vai gastar nem 1% disso.

Algumas empresas até se preocupam com a questão, mas contratam agências ou trabalham com profissionais que não têm o menor conhecimento de uma Política de Comunicação Ambiental, seus diferentes públicos alvo, o interno, o comunitário, o formado por multiplicadores de opinião e o público geral, só para dar um exemplo. Cada um com motivações diferentes, linguagens específicas e, portanto, veículos diferenciados.

Só que festas de aniversários se faz todo ano, e de um ano para o outro dá para corrigir erros. Já nas empresas, não é todo dia que existem notícias ambientais positivas a serem capitalizadas para a melhoria da imagem institucional.

### **3. Purpurina Verde**

Hoje, é difícil uma grande empresa que não tenha um programa social corporativo ou que não desenvolva um ou mais projetos ambientais, mas existem problemas como, por exemplo, empresas que investem um tiquinho num ou outro projeto ambiental e faz grande alarde disso, ao passo que investe um caminhão de dinheiro no empreendimento poluidor ou degradador que promove. Ou seja, faz marketing ecológico para 'inglês ver', o que tem levado ao descrédito certas campanhas ecológicas de empresas, o que naturalmente é ruim para todas, atingindo até mesmo aquelas que trabalham seriamente e é um golpe mortal nas teses das empresas de que são capazes de se autoregular.

Na minha opinião, a seriedade de uma empresa no campo ambiental deveria ser medido pelo percentual entre o que investe em meio ambiente e o que investe em sua produção, bem dentro do espírito da resolução nº 2, de 18/04/96, do CONAMA, por exemplo, que estabelece o princípio de medidas reparadoras pelo dano causado por grande empreendimento. No artigo 2º, inclusive, diz que o montante dos recursos a serem empregados na área a ser utilizada será proporcional à alteração e ao dano ambiental a ressarcir e não poderá ser inferior a 0,50% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Este princípio deveria ser adotado voluntariamente pelas empresas ao anunciarem seus projetos ambientais dentro do espírito da RSC (Responsabilidade Social Corporativa) ou da Atuação Responsável, para não parecer purpurina verde ou simples marketing ecológico. De fato, nenhuma lei obriga empresas a manterem projetos ambientais. Entretanto, os órgãos de controle ambiental podem exigir medidas compensatórias, mitigadoras ou reparatórias em função de licenciamento de ampliação ou implantação de atividades potencialmente poluidoras. Mas aí vem outro problema. Em princípio, a nenhum Governo deveria ser permitido licenciar uma atividade se não tivesse também como demonstrar sua capacidade de fiscalizar o que está licenciando. Entretanto, não é isso que ocorre. Os governos em suas diversas instâncias, na minha opinião, irresponsavelmente, licenciam atividades e empresas aos milhares, e não dispõem de quadros de fiscais nem em número suficiente e, quase sempre, nem com a competência e a credibilidade necessárias para verificar se o que licenciaram está de acordo com as exigências. Não é à toa que existem tantas empresas poluidoras que postergam suas responsabilidades e não acontece nada com elas, e o meio ambiente anda cada vez mais degradado!

A saída pode ser uma parceria entre empresa, governo e as ONGs (Organizações Não-Governamentais), desde que se respeite as ONGs em suas especificidades. Tem muita ONG séria que acaba envolvida e utilizada por empresas pouco sérias, que contratam os serviços ou fazem parceria com as ONGs para tocar projetos ambientais que são na verdade uma espécie de 'purpurina verde' para iludir os olhos dos consumidores e clientes. As ONGs deveriam adotar um critério mais profissional antes de aceitarem certas parcerias. Afinal, não tem a menor graça uma empresa investir um pouquinho para plantar umas árvores e distribuir umas cartilhas, ao mesmo tempo que seu processo produtivo é altamente poluidor ou degradador do meio ambiente, não possui ISO 14.000, trata seu passivo ambiental como um assunto a ser distribuído para toda a sociedade, etc.

Para se protegerem, as ONGs poderiam adotar uma divisão de trabalho segundo suas naturezas: ONGs pragmáticas/de projetos/profissionais, ajudariam as empresas no desenvolvimento de projetos ambientais e as ONGs de combate/sectárias/cidadãs, ajudariam o governo na fiscalização das atividades licenciadas, numa condição de instituições técnicas, independentes, pagas pelo interessado na licença, e que acompanhariam a implementação das exigências legais e seus prazos, mantendo o órgão

licenciador permanente informado das desconformidades, para que atue apenas neste casos. Às federações de ONGs, como as APEDEMA estaduais (Assembléia Permanente de Entidades de Meio Ambiente) ou outro Fórum coletivo de ONGs, caberia estabelecer parâmetros éticos e exercer a fiscalização sobre a atuação das ONGs, para evitar a ação de 'eco-oportunistas'.

## **4. Globalização e Imagem Ambiental**

Hoje, mais do que nunca, as empresas estão cuidando de sua imagem ambiental e de seus produtos para que sejam mais ecológicos por diversas razões, nenhuma delas por que de repente ficaram mais conscientes ambientalmente, mas por exigência do 'mercado' e por pressão da sociedade e de seus consumidores.

A globalização e o agigantamento das empresas levaram as empresas a ter de cuidar de fato do meio ambiente por diversos motivos: 1) para evitar que seu produto seja sobretaxado pelo lobby dos concorrentes no exterior; 2) para se livrar de possíveis boicotes por parte de seus consumidores; 3) para evitar que pedidos de ampliação ou renovação de licença para a produção sejam negados ou dificultados por órgãos de controle ambiental que, por sua vez, sofrem pressões do parlamento e das ONGs e da própria sociedade que está cada vez mais consciente ambientalmente.

No caso de filiais no Brasil de empresas com matriz na Europa, significa ainda ter a má vontade dos investidores e acionistas da matriz na aprovação de novos projetos, quando a filial não cuida direito do meio ambiente. Muitas filiais sofrem auditorias e pressões de suas matrizes regularmente. Às vezes essas matrizes possuem exigências mais rigorosas do que a legislação ambiental do país onde está a filial. As empresas européias estão bem mais conscientes de seu papel social e ambiental que as empresas brasileiras, isso por que a sociedade européia cobra mais e pressiona mais. Empurrar, simplesmente, para o Brasil, sua tecnologia suja para ter uma Europa limpa, não funciona mais numa era de globalização, onde qualquer ambientalista interligado na internet pode enviar mensagens para concorrentes das empresas poluidoras no exterior (para que sobretaxem os produtos poluidores fabricados no Brasil) e até mesmo os acionistas europeus (para que fiquem

contrangidos com seus 'pares' brasileiros. Tem conselhos de administração de empresas européias que já contam com ambientalistas donos de ações e com poder de voto).

Os ambientalistas cada vez mais estão descobrindo estes caminhos de pressão e, quanto mais as empresas crescem, mais frágeis ficam em suas imagens institucionais.

## **5. Empresas e Audiências Públicas**

Com o surgimento da nova legislação ambiental, que exige audiência pública como uma importante etapa no processo de licenciamento de empreendimentos de potencial impacto ambiental, a adequada comunicação com o público transformou-se em ferramenta estratégica, que pode significar o sucesso ou fracasso para o investimento. Por isso, a definição prévia de públicos-alvo é garantia de eficiência e principalmente economia de esforços, energia e recursos.

Apesar de distintos entre si, os diferentes públicos-alvo devem integrar uma campanha global da empresa que seja uma espécie de espinha dorsal do seu Programa de Comunicação. O primeiro público-alvo são os próprios funcionários, compreendendo a Diretoria, o corpo técnico e os operários, com extensão aos funcionários e prestadores de serviços. Esse público pode se tornar um ótimo multiplicador de opinião da empresa, guardadas, naturalmente, as especificidades da relação Empresa-Sindicatos, principalmente quando dominadas por outros interesses que não os trabalhistas. É bom realizar seminários internos e campanhas de conscientização adequados a cada nível na empresa, conscientizando a todos sobre o novo empreendimento, sua importância tanto a nível dos trabalhadores quanto da comunidade e para o meio ambiente, a fim de que disponham dos argumentos adequados diante de questionamentos na comunidade.

O segundo público-alvo da empresa são as comunidades vizinhas ou próximas ao empreendimento. Elas costumam funcionar para a imprensa como contraponto às declarações da empresa, principalmente quando acontece algum problema, acidente, boato, etc. Não adianta adotar a política de "comprar" as lideranças da comunidade ou os políticos da região pois, com raras exceções, em momentos de crise, quando a imagem da empresa

corre risco, estas lideranças tendem a ficar contra a empresa ou não se envolvem em sua defesa com receio de contrariar a opinião pública, pois temem perder votos.

O terceiro público-alvo é o público regional, junto ao qual a empresa deve manter uma imagem positiva, de credibilidade no controle ambiental e da saúde do trabalhador, transparência de informação e canais abertos ao diálogo, ressaltando os aspectos positivos como a função sócio-ambiental do empreendimento e seu papel de ascensão da economia da região. Aqui os melhores caminhos podem ser: patrocínio a programa de rádio na região, com apelo popular; patrocínio a jornais especializados, destinados a multiplicadores de opinião; patrocínio a ações e projetos de amplo apelo comunitário e ambiental, etc. As medidas compensatórias ou reparadoras exigidas em lei ou no próprio licenciamento, podem ser objeto de parcerias com grupos ecológicos, universidades, associações de moradores, etc., com vistas ao seu planejamento e execução. Além da empresa poder se concentrar na sua atividade fim, ainda estabelece importantes parcerias com multiplicadores de opinião da região, que estarão diretamente envolvidos no empreendimento, constituindo-se numa espécie de avalista sobre o correto monitoramento ambiental e os cuidados e compromissos assumidos pela empresa no processo de licenciamento. Pode ser uma vantagem a mais para a empresa na negociação com o poder público, além de garantir pontos positivos numa audiência pública.

E, por quarto e último, o público específico, compreendido pelos jornalistas e ecologistas, devido seu alto poder de influência junto a opinião pública e de multiplicação de informação. É um público crítico, desconfiado e exigente. O melhor antídoto para esta desconfiança é a verdade e a transparência, com a circulação de documentos e informações específicas para este público e identificação de parceiros para projetos. Pode-se ainda promover visitas desse público ao empreendimento e palestras de especialistas independentes, cujas posições, apesar de críticas em relação ao empreendimento, mantêm abertas as portas aos diálogo e aprovam o empreendimento, embora com restrições e exigências, o que é melhor que posições absolutamente contrárias, que não favorecem o diálogo ou provocam um clima de confronto da comunidade com a empresa.

As audiências públicas não possuem o poder de aprovar ou desaprovar um empreendimento, pois se trata de uma fase apenas de divulgação. Isso não significa que as empresas devem subestimar o poder dos ambientalistas junto à mídia e ao Ministério

Público, tanto Estadual quanto Federal. É comum os jornalistas ouvirem os ambientalistas contrários ao empreendimento como contraponto às declarações favoráveis ao empreendimento. Se as críticas forem intensamente desfavoráveis e gerarem campanhas sistemáticas, podem influenciar a opinião pública, acabando por constranger os políticos que apóiam o projeto e até mesmo os órgãos públicos com a responsabilidade pela aprovação do empreendimento. O Ministério Público tem um importante papel em situações de confronto. Mesmo com todas as licenças aprovadas, se o Ministério Público entender que os direitos difusos da coletividade estão sendo desrespeitados, conforme denúncia dos ambientalistas, por exemplo, pode mover ação civil pública e até obter liminar que impede a implantação do empreendimento, iniciando uma batalha judicial que pode inviabilizar qualquer investimento. Toda essa exposição deixa a empresa vulnerável, principalmente quando ela tem um passivo poluidor ou de degradação ambiental a recuperar, ou quando já deixou a opinião pública formar uma consciência contrária ao empreendimento. Por isso, pode ser mais barato prevenir que remediar, começando o trabalho o quanto antes, de forma planejada, evitando acumular tudo para a audiência pública.

### Estratégias de Ação

É preciso implantar um programa de trabalho que se baseie, primeiro, em atitudes visíveis para a sociedade e sinceras da empresa com o meio ambiente, através do controle da poluição e adoção de melhores métodos e tecnologias de produção. Afinal, a mentira tem pernas curtas, e será pior para a imagem da empresa quando o público descobrir que ela prega uma coisa mas pratica outra. É aconselhável ainda que a Direção da empresa, principalmente sua Presidência, se capacite para falar de forma adequada em público e para a imprensa, compreendendo a importância de cada público-alvo, qual a melhor linguagem e informação relevante em cada caso.

Segundo, é preciso adotar um Plano de Comunicação de forma sistêmica, ou seja, envolvendo toda a empresa e não apenas um de seus setores. Pois não adianta um setor preservar e criar uma imagem de compromisso da empresa com o meio ambiente, se outros setores continuam contribuindo para a imagem de empresa poluidora, ou que se mantenha distante da opinião pública. Logo, tão importante quanto a atuação coordenada dos setores

de relações públicas, assessoria de imprensa, publicidade e propaganda, é a atuação de setores como de controle e monitoramento ambiental, engenharia de produção, etc.

Terceiro, qualquer Plano ou Campanha de Comunicação Institucional deve estar baseado no desejo sincero da empresa em se comunicar francamente com seus diversos públicos. Durante o período autoritário que vivemos no Brasil, muitas empresas adotaram o silêncio como estratégia para se proteger de problemas, o que deu certo em muitos casos. Hoje, com a abertura democrática e instrumentos de participação da sociedade como as audiências públicas, a ausência de investimentos em programas de comunicação ou, o que é pior, a não circulação da informação correta, na linguagem adequada a cada público-alvo, é a maneira mais rápida de favorecer e até estimular boatos ou notícias erradas contra o empreendimento, por maiores que sejam seus méritos ou vantagens para a comunidade. Além de favorecer lideranças políticas eleitoreiras que ficam de olho em qualquer oportunidade para aparecerem como contraponto na mídia e administradores corruptos, mestres em criar dificuldades para vender facilidades.



## Capítulo 5

# Política Ambiental

## 1. Por Trás da Crise Ambiental

Difícilmente algum político se elege sozinho. Ele precisa fazer alianças. Para garantir maioria política e atender promessas de campanha junto aos aliados, é comum governadores, prefeitos e até o Presidente da República distribuírem cargos de Governo em função de indicações políticas de deputados, senadores, juizes, etc. Os governantes justificam esse pragmatismo político com o argumento que, numa democracia, quem chega ao poder é para exercer o poder, e fará isso com seus aliados. Naturalmente, os governantes defendem-se afirmando não haver nada de mal desde que os escolhidos sejam pessoas de competência técnica, moral ilibada e movidos pela virtude do bem comum. Entretanto, entre as intenções e os gestos, a realidade tem demonstrado uma enorme distância. A política tem sido freqüentemente reinterpretada como a arte de chegar ao poder e se manter nele.

Na área ambiental, o pragmatismo político tem provocado verdadeiros desastres. Apesar de um certo apelo popular, os órgãos de governo na área ambiental não dispõem de muitos recursos, ao contrário das áreas econômicas ou de obra, por exemplo. Na hora de distribuir os cargos, as áreas fortes, com dinheiro, ficam com os amigos mais chegados do próprio partido do governante. O meio ambiente é entregue a aliados de outros partidos, que receberão os cargos, mas não os recursos. Terão de trabalhar duro se quiserem garantir uma boa administração. Com poucos recursos é quase impossível atrair e manter profissionais em número e qualidade suficientes para administrar o setor. Nessas condições, os administradores ficam em permanente estado de tensão entre a pressão das ONGs, Imprensa e Ministério Público por um lado, dos empresários por outro, e a cobrança de seus ‘padrinhos’, que querem resultados traduzidos, no mínimo, em prestígio político.

Há saída. Sempre existem soluções mas elas dependem de cidadãos mais interessados, conscientes e participativos e isso se constrói aos poucos. Nesse meio tempo, as ONGs e cidadãos ambientalistas devem exercer um papel estratégico denunciando as

agressões ambientais, os corruptos, omissos e incompetentes, além de pressionar por políticas públicas que beneficiem toda a Sociedade.

## **2. As Três Ecologias**

As lutas ecológicas têm variados aspectos, destacando-se aqui o técnico, político e o ético. Do ponto de vista técnico, existe uma real necessidade de atuar aqui e agora, com as melhores técnicas e conhecimentos, para impedir a continuação do massacre que nossa espécie empreende contra a natureza, como se ela fosse uma inimiga a ser vencida. Essa luta leva os ecologistas-técnicos a formarem alianças com o empresariado e os governos, quase sempre correndo o risco da cooptação e manipulação, o que geralmente acontece. Se por um lado há o desgaste pessoal e uma certa neutralização dos esforços técnicos tende a ser mediatista ao tentar resolver os problemas ambientais mais emergentes, o que é absolutamente necessário, mas que compromete o enfrentamento dos reais agressores do meio ambiente.

A ecologia política busca exatamente concentrar suas lutas contra a estrutura de poder político e econômico que se esconde por detrás das agressões à natureza. Essas lutas dividem-se pelo menos, em duas vertentes; a da política partidária e a da política suprapartidária, que acontece nos movimentos populares. Nesse sentido, os políticos ambientalistas dependem essencialmente das alianças com os movimentos sociais. A ecologia política, entretanto, não é neutra ideologicamente, embora seus melhores esforços venham da chamada esquerda. É preciso lembrar que as agressões ambientais estão acima da luta de classes, já que se o planeta for destruído tanto pobres quanto os ricos perecerão. Mas também não se pode esquecer que a poluição não é democrática, atingindo mais diretamente as camadas mais pobres da população, que não podem se mudar para longe das fontes de poluição, para bairros mais arborizados e com infra-estrutura. Outro fator importante é o aspecto da transformação social. As classes mais ricas estão relativamente satisfeitas com seus privilégios, ao contrário das classes mais pobres. Se o que os ecológicos desejam são mudanças, não é da parte dos ricos que se deve esperar muita coisa. Por isso a preferência dos ecologistas políticos pela esquerda, o que não quer dizer que os

regimes socialistas sejam mais preservadores do meio ambiente que os países capitalistas. Muito pelo contrário. É direito de todo cidadão conhecer os níveis de degradação ambiental a que está exposto e obter todas as informações referente a qualidade do meio ambiente em que vive, podendo se organizar livremente para defender esse direito sem ser acusado de subversivo. Os ecologistas políticos teriam muitas dificuldades nos regimes socialistas. A não ser que o regime fosse socialista e democrático de verdade Democracia é a chave principal que permite todas as lutas, inclusive a ecológica

O desafio dos ecologistas políticos portanto, é conquistar as camadas mais pobres da população para teses ambientalistas. Mas para isso é fundamental saber adequar a linguagem do ecólogo para a linguagem que o povo entenda. É difícil por exemplo, ser compreendido pela população que os ônibus devem ser movidos a gás natural, que a comida não pode estar contaminada por agrotóxicos ou a mata não deve ser destruída para a construção de barracos quando a população não dispõe sequer de ônibus no horário, comida suficiente na mesa ou moradia. Ecologia num país como Brasil, onde crianças ainda morrem de fome ou vítimas de doenças provocadas por falta de saneamento, deve ter a espécie humana como medida de todas as coisas mesmo, sendo fundamental para a preservação dos ecossistemas e da fauna e flora em particular, que os seres humanos compreendem no que isso pode ser útil para a melhoria de sua própria qualidade de vida, pois para a população nenhum ecossistema, por mais rico que seja, pode ser mais importante que a vida de uma criança, por exemplo.

E, finalmente, o aspecto ético da ecologia nos leva a questionar sobre o tipo de relacionamento que nossa espécie mantém diante das outras e do próprio planeta, considerando-se o centro da Criação, como se a natureza não passasse de uma inesgotável fonte de matérias-primas para o desenvolvimento humano sendo um direito e um dever dos seres humanos explorar essas fontes até a exaustão, como se fosse a única espécie importante sobre a Terra. É como e nossa espécie não fizesse parte da natureza e, como está fora dela, pode fazer com ela o que quiser sem que isso resulte em maiores conseqüência. O papel dos ecologista, principalmente os educadores, diante desse quadro, é restabelecer a idéia de que a espécie humana também faz parte da natureza, onde tudo está interligado entre si, e se mexemos numa coisa alteramos outra.

Diante desses três aspectos da ecologia os ambientalistas acabam escolhendo caminhos diferentes para a defesa da mesma ecologia. Existem ecologistas entre os patrões e empregados, entre as lideranças populares e os técnicos políticos de governo e universidades, ecologistas entre socialista e capitalistas. Cada qual falando uma linguagem diferente defendendo diferentes interesses. É pedir demais da compreensão da população, que ainda precisa saber distinguir dentre os vários discursos qual realmente representa o seu interesse. E se essas diferenças podem confundir a população, não causam menos estragos entre os próprios ecologistas, que, apesar de ainda pouco numerosos, já conseguiram dividir-se em subgrupos de acordo com o nível de interesses. Dessa forma, existe o subgrupo dos ecologistas do movimento popular, que vê com desconfiança os ecologistas dos governos e universidades, e rejeitam os ecologistas das empresas. Os ecologistas não divergem só quanto aos métodos, mas também quanto à ideologia Uns são capitalistas, outros socialistas, e assim por diante. Ao contrário de isso parecer um motivo de enfraquecimento, representa a democratização do tema ecológico por todas as tendências de luta da sociedade, garantindo que, sejam quais forem as forças que dominem a sociedade, a ecologia estará presente. Por outro lado, essa difusão da questão ecológica deve exigir dos ecologistas um esforço redobrado para conquistar a população, procurando falar uma linguagem que seja percebida por todos, a partir dos problemas e carências da espécie humana, e não o contrário.

### **3. Desenvolvimento Insustentável**

É natural que os ambientalistas fiquem satisfeitos ao ver dirigentes de países desenvolvidos, ditos de ‘primeiro’ mundo, levantarem a bandeira ambiental. É como se víssemos reconhecidas nossas lutas em defesa do planeta. Mas é preciso ver o que há por trás dessa súbita conversão à causa ambiental. Claro, que uma parte disso é devido à pressão da opinião pública, cada vez mais consciente dos problemas ambientais, mas não é só isso. É muito conveniente para as lideranças dos países do ‘primeiro’ mundo exigir dos países de ‘segundo’ e ‘terceiro’ mundo que cuidem do meio ambiente. E é conveniente por diversos motivos. Passam a imagem de que estão avançados no cuidado ambiental e ainda

aumentam seus lucros com a exportação de produtos para despoluição, controle e monitoramento ambiental, usam a questão ambiental como barreira comercial para sobretaxar produtos industrializados do ‘segundo’ e ‘terceiro’ mundo e, ainda lucram ao desviar a atenção da humanidade da base principal do problema: um modelo de desenvolvimento ‘vendido’ como o único possível, baseado na exploração ilimitada de recursos naturais e na super-exploração da mão de obra dos trabalhadores.

O próprio conceito de países de primeiro, segundo e terceiro mundo já revela uma falsa ideologia, quando sugere uma corrida pelo desenvolvimento, onde os melhores chegaram primeiro e cabe aos demais seguir os mesmos passos. Essa visão é irreal pois pressupõe que o planeta e a ciência serão capazes de fornecer matérias primas, absorver resíduos e encontrar soluções para os problemas do crescimento indefinidamente. Esconde o fato de que, na hipótese de todos alcançarem um mesmo padrão de consumo que um Estados Unidos, por exemplo, serão precisos diversos planetas terras de recursos naturais.

As conseqüências dessa corrida desordenada por um modelo de desenvolvimento insustentável não vai acabar com o planeta no futuro. Já está fazendo isso no presente. Um exemplo disso está na maciça extinção de espécies e ecossistema, efeito estufa, buraco na camada de ozônio, mortes prematuras nas cidades devido às poluições do ar, água, solo, etc. O planeta está acabando em cada um desses lugares, onde este tipo de progresso deixa desertos atrás de si.

O cruel é não serem oferecidas alternativas de desenvolvimento aos países de ‘segundo’ e ‘terceiro’ mundo, que permanecem na busca de um futuro improvável e, ao serem levados a buscar o mesmo padrão de desenvolvimento como um direito natural, legitimam uma situação de injustiça, onde países desenvolvidos depositam seus fardos ambientais sobre os ombros dos países em desenvolvimento, extraindo-lhe os recursos naturais e produzindo miséria, num processo que só acumula capital e gera excedente de consumo supérfluo, por um lado, e índices positivos de ecoeficiência, por outro, na medida em que o ‘primeiro mundo’ aproveita o pretexto de gerar empregos nos países em desenvolvimento para exportar suas indústrias e tecnologias sujas e obsoletas.

Lado a lado com a crise ambiental existe uma crise de justiça. Concentrar o discurso na crise ambiental é uma boa estratégia para países do primeiro mundo, grandes beneficiários e divulgadores do atual modelo predatório de desenvolvimento. É como se o

discurso ambiental fosse uma espécie de cortina de fumaça para despistar a atenção da opinião pública para a crise de justiça, evitando serem desmascarados como vilões da humanidade.

Neste cenário, está claro que os líderes, do chamado ‘primeiro’ mundo, não são os melhores porta-vozes de um novo modelo de desenvolvimento, que leve em conta não só os problemas ambientais mais também os sócio-econômicos. Neste aspecto, o papel de ambientalistas, empresários e lideranças dos países em desenvolvimento assume uma dimensão desafiadora, para que não se repitam os erros cometidos até aqui.

## **4. Crescimento com Limites**

A visão ecológica é relativamente nova. Há pouco menos de três décadas poluição era sinônimo de progresso. Hoje, a opinião pública está mais consciente e crítica. Continua querendo progresso e crescimento, mas já não aceita a falta de responsabilidade ambiental, a poluição, a destruição e desperdício de recursos naturais. Um dos problemas é definir quais os limites do crescimento. Até onde uma comunidade pode usar os recursos naturais e a biodiversidade sem comprometer a sua própria qualidade de vida ou a de seus filhos e netos?

Não há respostas prontas. Percebemos que os limites devem ser colocados caso a caso, em função das características de cada lugar. Isso pressupõe embate de idéias, possível apenas num ambiente democrático, principalmente com uma imprensa livre. Nossa geração tem um papel muito importante na história da humanidade. É a geração da transição entre duas visões distintas de mundo. Não temos todas as respostas, muito menos a solução de todos os problemas, mas já somos capazes de dizer não ao progresso sem limites e dizer sim ao progresso com responsabilidade ambiental, ainda que, às vezes, não saibamos direito que caminhos são os melhores para nos levar a esse novo desafio.

Apesar das diferentes visões de mundo, sempre acreditamos na possibilidade do diálogo, pois, no fundo, parece haver um objetivo comum: viver num mundo melhor, mais preservado, com maior qualidade de vida para todos.

## 5. Gente Demais ou Crescimento Injusto?

Ricos e pobres devem fazer a sua parte a fim de evitar o esgotamento do planeta. Não basta só exigir dos pobres controle populacional. É preciso exigir também dos ricos melhor distribuição de renda e um modelo de desenvolvimento menos predatório. O problema é que são os ricos quem fazem as regras, sustentam os organismos internacionais como a ONU, dominam os grandes meios de comunicação mundiais.

Não que o problema do crescimento populacional mundial não seja grave. Em 90, 51,5% da população mundial tinha menos de 25 anos, segundo a ONU. Ou seja, somos um planeta com 2,7 bilhões de jovens, todos querendo emprego, melhor qualidade de vida e, naturalmente, filhos. Até quando o planeta conseguirá suportar a demanda? Mas quem sabe quanto de população o planeta é capaz de suportar? O problema não está só na quantidade de indivíduos, mas na forma como esse indivíduo vem tratando o planeta. Por exemplo, uma única pessoa vivendo em 20 mil hectares no meio da floresta amazônica, ou no Pantanal, pode causar mais danos com uso do fogo e motosserra, que 2.000 pessoas com consciência ambiental num edifício de São Paulo.

Ainda segundo a ONU, existem no planeta cerca de 1,1 bilhão de pessoas vivendo em absoluta pobreza, 1 bilhão de analfabetos e cerca de 13,5 milhões de crianças com menos de cinco anos que morrem de fome a cada ano. Dados como esses levaram a Conferência Mundial Sobre População e Desenvolvimento, realizada em setembro de 1994, no Cairo, Egito, a definir um programa para o controle da população mundial nos próximos 20 anos, como se o maior perigo para o planeta fosse a explosão demográfica nos países pobres. Mas e os países ricos? Quando serão obrigados a rever seu modelo predatório e socialmente injusto de desenvolvimento, baseado em lucros crescentes, que coloca um fardo ecológico excessivo sobre países pobres e em desenvolvimento, reduzidos à condição de meros exportadores de matérias primas e em lixeira do 'primeiro mundo' desenvolvido?

Não é por um acaso que as explosões demográficas acontecem em países pobres, já que a esses povos não é dado a oportunidade de acesso a métodos anticoncepcionais e educação para o planejamento familiar. E depois, com o alto índice de mortalidade infantil provocado pelas condições insalubres da miséria, só mesmo colocando muito filho no

mundo para ver se vingam um ou dois. Basta observar os índices de população por países para constatar que, onde cresce o nível de renda, diminui o número de filhos.

## 6. Pobre Meio Ambiente

Enquanto Roraima ardia no maior desastre ecológico do Planeta, segundo especialistas da ONU, Gustavo Krause, do PFL de Pernambuco, era reconduzido ao cargo de Ministro do Meio Ambiente, para apaziguar briga interna do PFL, dono do cargo, entre os grupos do Senador Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel.

Nem a denúncia de omissão no incêndio florestal em Roraima, ou de ceder na Lei de Crimes Ambientais, impediu sua recondução. Também parece não ter sido obstáculo a constatação de que a Amazônia está sendo destruída por exércitos de pequenos ‘cupins’ e grandes madeireiras, inclusive asiáticas, ou que as verbas do meio ambiente foram descaradamente desviadas para construção de açudes e barragens eleitoreiras, que dão muito mais voto, que investir para impedir o sucateamento do IBAMA, ou o abandono das Unidades de Conservação ou o combate ao vergonhoso tráfico de animais silvestres no Brasil, etc, etc, etc.

Pobre meio ambiente, elevado à condição de moeda de troca, sem muito valor eleitoral, no jogo político que garante a governabilidade, pois, segundo a perversa lógica desse loteamento do poder entre os ‘vencedores’, além dos cargos em meio ambiente não darem voto, ainda tiram, devido às cobranças dos ambientalistas nacionais e internacionais. Os detentores destes cargos também acabam vítimas dessa própria lógica, pois os recursos só vão chegar ao meio ambiente, um setor sem muito prestígio, só depois de atender aos órgãos mais fortes politicamente. Administração holística, então, nem pensar. O meio ambiente acaba restrito quase a um *gueto* dentro da administração. Se eu estiver errado, por favor, me corrijam logo. Eu adoraria.



## **7. Um lugar para a Ecologia, ou a Ecologia em todo lugar?**

Qual é a melhor maneira de administrar os problemas ambientais num governo ou empresa? A tendência tem sido criar departamentos, diretorias, chefias, secretarias específicas para tratar do assunto. Mas esta é a melhor solução? O problema de se criar um órgão para cuidar do meio ambiente é que outros órgãos se consideram descomprometidos com as causas ambientais, e podem continuar contribuindo para a poluição e degradação ambiental.

Galileu provou que a Terra não era o centro do Universo – e sofreu por pensar diferente, na época, assim como sofrem os ecologistas, hoje, guardadas as devidas proporções, acusados de românticos, ecochatos, xiitas, radicais. A ecologia veio mostrar que nossa espécie não é a mais importante da Criação, pois dependemos tanto da natureza quanto a mais comum das bactérias. Tão simples assim. Sem planeta, não há espécie humana, justiça social, riqueza, democracia.

Romper com a tendência à compartimentalização da questão ambiental em setores da administração pública ou privada é só o primeiro passo. O seguinte, é ‘ecologizar’ a administração, incorporando a questão ambiental em todas as esferas do poder. Os atuais setores especializados em meio ambiente poderiam ter a função de coordenação e capacitação dos outros setores, para se adaptar à nova realidade. Mas até lá, ainda temos uma grande caminhada.

## **8. Maus Políticos**

O grande problema do Brasil não é a política econômica ou o Plano Real, mas a falta do Estado do Direito. Esta frase foi dita pelo sociólogo francês Alain Touraine, amigo de Fernando Henrique Cardoso, durante entrevista ao programa Roda Viva, na TV Cultura, em novembro do ano passado. Este mesmo pensamento já havia sido dirigido ao Presidente Fernando Henrique, também em novembro, através de carta do Fórum Brasileiro de ONGs

e Movimentos Sociais, conforme noticiou o boletim Parabólicas, da ONG Instituto Socioambiental.

No documento, o Fórum relata ao Presidente cerca de dez casos concretos de abusos dos mais diferentes tipos, como, por exemplo, a falta de atitude ou mesmo manifestação do Governo em defesa da legislação de proteção da Mata Atlântica, que vem sofrendo sucessivos bombardeios no Congresso e por parte de parlamentares que integram sua base de sustentação. Também foi citado a situação particularmente grave das ameaças de morte que os ecologistas catarinenses Wilgold Schaeffer e Miriam Prochnow, da ONG Apremavi, vêm sofrendo por causa da luta contra os desmatadores.

Acontecimentos como estes, segundo o Fórum, fazem parte de um contexto de intolerância por parte do Governo e de setores dominantes da sociedade, onde a tendência é desqualificar críticas das ONGs. Lutar por um meio ambiente saudável tem sido encarado não como um direito social, mas como subversão. Essa situação, segundo o Fórum das ONGs, “possibilita a setores econômicos e políticos atrasados, mas ainda poderosos, o sentimento de que o desenvolvimento do Brasil equivale aos seus interesses particulares, que podem impunemente continuar o saque dos nossos recursos e a exploração da massa pobre da população e que qualquer manifestação de cidadania deve ser considerada como ação inimiga”.

Um caso para reflexão e ação. Principalmente em ano eleitoral, afinal, os maus políticos não chegam ao Poder sozinhos, mas são eleitos por todos nós, brasileiros.

## **9. Agenda Ambiental em véspera de Eleições**

Políticos tradicionais e novas lideranças começa a lançar seus nomes para a mais de 5 mil prefeituras brasileiras. É uma boa hora para colocarem as questões ambientais na agenda política, pois sem um meio ambiente preservado, dificilmente as cidades alcançarão os padrões de qualidade de vida que os candidatos prometem e os moradores merecem ter. Logo, uma cidade ambientalmente melhor não deve ser do interesse deste ou daquele partido ou político, mas de todos.

Assim, fica aqui a proposta de que todos os políticos e candidatos, se unam em torno de uma Agenda Ambiental Para a Cidade, comum a todos os partidos, que poderiam divergir na estratégia e no enfoque na solução dos graves problemas ambientais que todo município possui, mas que seria um compromisso de todos. O diagnóstico todos já conhecem. Cabe pensarmos nas soluções. Bem, aqui vai a minha contribuição.

### **ECOLOGIZAR A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Preservar o meio ambiente das cidades não pode - nem deve - ser tarefa de uma secretaria, mas de todas. As atuais Secretaria ou Diretorias de Meio Ambiente poderiam ser transformadas em Coordenadoria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ligada direto ao Gabinete do Prefeito e que funcionaria com a principal função de ecologizar todos os órgãos, departamentos e secretarias do Governo para que todos, igualmente, fossem responsáveis pelo meio ambiente. Por exemplo, a educação ambiental seria tarefa da Secretaria de Educação, a fiscalização ambiental seria tarefa dos Fiscais de Posturas, a coleta seletiva e a reciclagem seria responsabilidade da Companhia Municipal de Limpeza, e assim por diante. Caberia à nova Coordenadoria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a função supletiva de capacitar cada departamento com cursos e reciclagem profissional, além de prestar consultoria a cada órgão no sentido de buscar a correta adequação à questão ambiental. Também seria função da Coordenadoria estimular e fazer funcionar o Conselho e o Fundo Municipal do Meio Ambiente.

### **FALTA DE SANEAMENTO É O MAIOR PROBLEMA AMBIENTAL**

O maior problema ambiental das Cidades, na minha opinião, é a carência de um sistema de saneamento adequado, o que leva não apenas à morte e contaminação de ecossistemas inteiros, mas aumentam os casos de doenças por veiculação hídrica e a mortalidade infantil. O melhor indicador ambiental de uma cidade deve ser seu índice de mortalidade infantil e do idoso. As empresas que cuidam do sistema de água e esgoto têm um enorme desafio ambiental, pois precisam levar água tratada e rede de esgoto com tratamento adequado a toda a cidade e no menor tempo possível. Por isso, não dá para se

pensar apenas no clássico sistema de coleta, transporte e tratamento, que exige grandes investimentos e concentra a poluição em emissários. É preciso pensar também em pequenos sistemas de fossa e filtro que as novas tecnologias têm tornado com eficiência de remoção de mais de 90% da poluição. O governo poderia incentivar estes pequenos sistemas com abatimento na conta de água e esgoto proporcional à poluição que o sistema conseguisse remover. Deveria ainda ser estimulado a formação de Consórcios por usuários de água por micro-bacias, à luz da nova Lei Federal sobre recursos hídricos, para garantir investimentos na recuperação dos mananciais da cidade, leia-se, investir em reflorestamento e preservação das matas existentes, pois são elas as responsáveis pelos poços e nascentes que abastecem as áreas que não recebem água encanada.

### **SALVE OS ECOSISTEMAS!**

O segundo maior problema ambiental das cidades, sem dúvida, é a destruição de seus ecossistemas, provocada principalmente pelo crescimento desordenado ou até pela falta de limites para o crescimento. Além das queimadas, provocadas por balões ou pela queima do lixo não recolhido, a grande responsável pela destruição dos ecossistemas é mesmo a necessidade de moradia da população, de todas as classes sociais. Não há solução simples ou fácil neste caso, já que não dá para se decretar o fim da natalidade ou proibir o acesso das pessoas à cidade. Assim, cada novo condomínio ou empreendimento precisa ser analisado com os rigores da lei, estabelecendo-se restrições que permitam o máximo de aproveitamento e preservação dos ecossistemas e das árvores, negociando medidas compensatórias, mitigadoras e reparadoras que levem no mínimo a repor em ecossistemas o dobro do que estiver sendo autorizado retirar, tudo num ambiente de transparência e da legalidade, com audiências públicas no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Nessas medidas compensatórias podem estar desde a recomposição do verde urbano quanto a obrigatoriedade dos interessados em investirem na efetiva implantação das Unidades de Conservação da Cidade. Mas também são importantes outras medidas como o incentivo à criação de RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) no

município, para que os atuais proprietários de áreas florestadas possam ser beneficiados com abatimento de IPTU além de outras vantagens, como linhas de créditos subsidiadas do Fundo Municipal de Meio Ambiente para investimentos em ecoturismo e preservação ambiental em suas propriedades.

## **AMIGOS AMBIENTAIS**

E, finalmente, uma Agenda Ambiental precisa incluir um amplo programa de Educação Ambiental que inclua não só a conscientização da população, mas principalmente, que estimule a cidadania participativa através dos fóruns próprios, com o Conselho Municipal de Meio Ambiente e a implantação da Agenda 21. As ONGs (Organizações Não Governamentais) Ambientalistas podem exercer papel fundamental, segundo a natureza institucional de cada uma. As ONGs ditas técnicas ou profissionais, podem ser parceiras do Governo e empresas obrigadas a cumprir medidas compensatórias, na elaboração de projetos ambientais. As ONGs ditas de combate podem ser aliadas na fiscalização das metas, prazos e efetividade dos projetos e exigências assumidas por empresas e em projetos do próprio Governo, como a implantação dos serviços de água e esgoto na cidade. Estimular o voluntariado na cidade é apenas criar canais para que o sentimento de amor e o orgulho pela Cidade, seja estimulado nos moradores e transforme em energia de criatividade e ações práticas pela melhoria da cidade.

## **10. Não há Lixo. O que Existe é Desperdício de Recursos.**

O maior problema ambiental das Cidades, na minha opinião, é a carência de um sistema de saneamento adequado, o que leva não apenas à morte e contaminação de ecossistemas inteiros, mas aumentam os casos de doenças e a mortalidade, especialmente de crianças e idosos, pois o lixo é a casa ideal de vetores transmissores de doenças como ratos, baratas, mosquitos, etc.

No caso dos resíduos sólidos, um dos itens do saneamento, tem ainda o problema da queima do lixo não coletado, que sempre acaba atingindo as matas nativas. Dessa forma,

lixo, desmatamento e mortalidade infantil andam de mãos dadas na deterioração do meio ambiente urbano.

Mas, para começo de conversa, e como forma de sugerir uma solução para o problema, no fundo no fundo, lixo não existe. O que chamamos de lixo é só matéria prima e recursos naturais misturados e fora do lugar. Se olharmos uma vasilha de lixo bem de perto veremos que ali estão papel, plástico, metal, vidro, pano, madeira, material orgânico, restos de obras, etc. Tudo isso, ao ser misturado, torna-se imprestável para reaproveitamento.

E tem o agravante de que, agora, jogar lixo no meio ambiente é crime ambiental. Os prefeitos estão correndo sério risco de serem enquadrados pelos Promotores, ONGs, órgãos de controle ambiental ou mesmo qualquer cidadão no artigo 41 do decreto federal 3.179, de 21 de setembro de 1999, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais e que considera crime, punível com multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 50 milhões de reais, "causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora". E, no inciso V, o artigo é bem explícito: "Incorre nas mesmas multas quem lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos".

E o problema é grave. Gravíssimo. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, estima-se que mais de 60% das prefeituras lancem os resíduos da cidade em lixões a céu aberto. E, mesmo as Prefeituras restantes, os sistemas de coleta, transporte e destinação final do lixo deixam a desejar em todas estas etapas.

Diante do crescimento das cidades e da consciência ambiental crescente na sociedade, não há mais 'lá fora', pois tudo está dentro do planeta. Logo, não resolve mais levar o lixo lá para fora, num canto escondido qualquer. É urgente que este assunto seja adequadamente tratado, com gestão compartilhada e tecnologias adequadas. As prefeituras podem criar mecanismos de incentivo para a Coleta Seletiva na Cidade, através, por exemplo, de abatimento na taxa de lixo, que seria separada do IPTU. Quem quisesse entregar seu lixo todo misturado pagaria 100% da taxa, mas quem entregasse separado, pagaria só 50%, ou até menos. Todos sabem que o caminho mais curto para a consciência ambiental é o bolso. Claro que deveria ser implantado junto um programa de comunicação e educação ambiental, mas o abatimento no IPTU faria uma enorme diferença.

Ainda, de quebra, os Prefeitos poderiam transformar um problema complicado numa fonte extra de geração de renda e emprego através do incentivo à formação de cooperativas de catadores e beneficiadores de materiais. Até os entulhos de obras que aterram margens de rios e entopem lixões podem ser moídos e se tornar em agregados para habitações populares. Os restos de comida, cascas de frutas e legumes, dão excelente adubo para hortas cultivadas sem agrotóxico a serem feitas em regime de cooperativa nos terrenos vazios e abandonados da cidade, cujos produtos podem contar com a garantia de compra pelas escolas da Rede Municipal para a merenda escolar.

As empresas e as ONGs poderiam incentivar a criação de um Centro de Referência e Treinamento em Reciclagem, em parceria com o CEMPRE, o SEBRAE, e outras instituições, para promover a adequação da legislação municipal, treinar e capacitar trabalhadores para o sistema cooperativado, promover a demonstração de tecnologias que facilitassem o trabalho, protegessem o meio ambiente e recuperassem as áreas degradadas dos lixões, realizassem encontros e seminários com prefeitos e técnicos responsáveis pelos serviços de lixo, etc.

Mas tudo isso só pode se tornar realidade se for coletado separado na origem. Na minha opinião, é uma ilusão pretender coletar tudo misturado e levar para uma milagrosa usina de reciclagem para ver o que pode ser aproveitado. Até hoje não vi uma única usina de reciclagem funcionando direito, pois o problema está na origem. Não dá para coletar tudo misturado, sujo, quebrado, e depois levar para uma esteira e contar com o milagre de que estes materiais conseguirão ser recuperados. A coleta seletiva poderia ser diferenciada entre grandes produtores de lixo, como empresas, produtores de lixos especiais, como hospitais e resíduos perigosos, que teriam programas diferenciados e específicos de incentivo e coleta.

## Capítulo 6

# Problemas Ambientais

## 1. Biodiversidade e Cidadania

Estamos em relação à perda da biodiversidade como aquele sujeito que se jogou do 20º andar do prédio em direção à morte certa. Ao passar pelo 15º andar, em queda livre, pensou: até aqui, tudo bem. Para os 1.500 cientistas e especialistas que elaboraram o relatório *Avaliação Global da Biodiversidade*, divulgado pelo Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente (PNUMA), os seres humanos são a principal causa da perda crescente da biodiversidade mundial. Devido à mudança ou perda de habitats já ocorridas em todo o mundo, dezenas de milhares de espécies caminham para a extinção, sem possibilidade de qualquer ação preventiva. Segundo o relatório, mesmo que outras espécies ameaçadas não sejam extintas, muitas delas irão perder populações ou sofrer graves perdas do seu potencial de variabilidade genética devido ao colapso ou à perda de habitats. Desde 1700, as terras para agricultura cresceram cinco vezes, e desde 1800, as plantações irrigadas aumentaram 24 vezes. A Mata Atlântica, ecossistema que só existe no Brasil e detém a maior biodiversidade do planeta por hectare, foi reduzida a aproximadamente 8% de sua área original. Segundo o relatório, a diversidade biológica da Terra é composta, hoje, de 13 a 14 milhões de espécies, das quais apenas 1,7 milhão, ou 13% encontram-se descritas cientificamente. E, mesmo desse pequeno percentual, a maioria nunca teve sua situação completamente levantada. Apesar disso, estamos destruindo a biodiversidade do planeta a taxas aceleradas e sem precedentes. De 1810 até agora, o número de espécies de mamíferos e aves extintas - 112 no total - superou em quase três vezes o que se perdeu entre os anos de 1600 e 1810 - 38 espécies.

A frase “pensar globalmente e agir localmente” tornou-se uma espécie de bandeira do movimento ambientalista e ilustra bem a situação. Estamos mais para pensar globalmente que agir localmente. É o velho mecanismo de achar que o mundo melhor que todos desejamos começa no outro. Esperamos, por exemplo, que os países ricos, o chamado G 7, cumpra com o envio dos recursos que prometeu para os países em desenvolvimento para a preservação da biodiversidade. Mas no Rio de Janeiro, por exemplo, pouco foi feito



para impedir o abandono das unidades de conservação, onde se concentram porções significativas do que restou da antes exuberante biodiversidade fluminense. Na época do Descobrimento, 93% do território do Estado do Rio de Janeiro, era coberto por florestas. Hoje, restam apenas cerca de 22%. Destes remanescentes, apenas 28 % estão protegidos em alguma unidade de conservação. São cerca de 104 parques ou reservas que, com raras exceções, só existem no papel, pois na prática, estão abandonados, sem fiscalização adequada, regularização fundiária ou planos diretores implantados.

O Brasil ocupa uma posição estratégica em termos mundiais devido à sua incomparável e rica biodiversidade. Se por um lado temos uma natureza exuberante, por outro carecemos de investimentos em pesquisa e na formação de mão-de-obra e estruturas que permitam o adequado aproveitamento e até mesmo a compreensão desta riqueza, o que nos tem conduzido a um tipo de garimpo muito mais predatório que o do ouro ou qualquer outro metal. O garimpo genético. Sem uma base legal adequada, o Brasil tem permitido que o saber dos índios e populações tradicionais sobre a biodiversidade seja apropriado por terceiros, sem que estes povos ou o próprio país receba uma contrapartida pelo uso dessa biodiversidade. O correto é que o conhecimento destes povos fosse respeitado e remunerado adequadamente e que as comunidades participassem conjuntamente dos projetos de pesquisa. O projeto de Lei de acesso à biodiversidade brasileira, de autoria da Senadora Marina Silva (PT/AC), tenta corrigir esta falha, mas já enfrenta pressões dos lobbys. Existe, hoje, no mundo, uma verdadeira guerra silenciosa dos países ricos, que detém a tecnologia contra os países pobres ou em desenvolvimento, que detém a biodiversidade. Durante a ECO 92 esse conflito ficou bem claro e os EUA simplesmente recusaram-se a assinar o tratado da Biodiversidade, enquanto não se reconhecesse sua propriedade sobre o conhecimento genético que possui de plantas e animais de outros países que, desnecessário dizer, foram retirados desses países sem seu consentimento, sem qualquer remuneração sobre as espécies ou sobre o saber dos povos tradicionais. A biodiversidade ficou assim reduzida à condição de armazém de fragmentos genéticos, transformados pelos laboratórios em mercadorias comercializáveis. Mais que a simples apropriação de uma espécie de planta ou bicho, é a apropriação privada da vida, que assume um valor monetário.

Talvez o mais difícil seja compreender que nossa espécie não é a dona do planeta, não pode fazer com a natureza o que quiser. Por mais especial que nossa espécie possa parecer, ela não é mais importante que qualquer outra, já que, na natureza, tudo está interrelacionado, “o que fere a Terra, fere também os filhos da Terra”, como já afirmou o cacique Seattle, em 1855, antes de inventarem o termo ecologia. E isso pode ser um duro golpe em nossa noção de importância, ao ponto de nos considerarmos à imagem e semelhança de Deus. Assim como a menos de cinco séculos tivemos de aceitar o fato de que nosso planeta não era o centro do Universo, hoje precisamos compreender que muito menos o Universo existe para nos servir. Não podemos usar e abusar do planeta, sem sofrer as conseqüências.

Resta-nos torcer para que ao final da queda do 20º andar do edifício da vida, a humanidade descubra que instalaram lá em baixo um colchão de ar capaz de suportar o peso. Até aqui, passando pela janela 5º andar, continua tudo bem.

## **2. Por Amor às Amendoeiras**

A natureza existe para nos servir, certo? Errado. Por mais importante que seja a espécie humana, não sobreviveríamos sem a natureza, logo, não podemos fazer com ela o que bem quisermos. A rigor, não é a natureza que nos pertence. Somos nós que pertencemos a ela. Nossas cidades seriam um lugar triste e feio sem a natureza, caso existisse apenas concreto, asfalto, automóveis. As árvores da cidade são um pouco dessa natureza. Elas enfeitam e tornam o ambiente mais agradável, abafam ruídos, retêm poeiras, contribuem para a troca do poluído gás carbônico dos automóveis pelo oxigênio que respiramos, abrigam os pássaros, etc.

E mais. Elas ocupam um espaço no vazio da paisagem urbana, entre os prédios e ruas, e em nossas memórias. Aos poucos, vamos nos acostumando e até mesmo crescendo junto com as árvores da rua, praça ou fundo de quintal. Sem nos darmos conta, desenvolvemos uma espécie de afeição, quase amor, pelas árvores da cidade. Não é à toa que sentimos um certo vazio no peito quando nos deparamos com aqueles troncos nus, vítimas da eficiência de alguma empresa que recebe por árvore cortada. Um verdadeiro desastre. É como se tirassem um pedaço de nossa memória, de nossa cidadania. E as

maiores vítimas tem sido as amendoeiras. Trazidas da Índia, de onde são nativas, adaptaram-se tão bem ao nosso clima que crescem quase com alegria e estão presentes em quase todas as ruas do Rio. Não é sua culpa se são plantadas em lugares errados, sob fios de energia ou telefone, junto a calçadas, prédios e muros, etc. Muito menos devem ser sacrificadas por perderem as folhas com a chegada do inverno. As amendoeiras, diferente das árvores tropicais, são caducifólias, isto é, suas folhas caducam, caem, no inverno. Dão um trabalho danado para os garis, entopem bueiros, mas são uma beleza! Antes de caírem, sua folhas mudam da cor verde para diversos tons de vermelho, cor-de-abóbora, amarelo. Pouco depois de perder todas as folhas, nascem milhares de brotos, que logo viram folhas, de um verde novinho, como se a cidade se renovasse. Pena que os apressadinhos não conseguem perceber as amendoeiras. Aliás, percebem bem pouca coisa da cidade, tão preocupados em chegar a algum lugar. São moradores, não são cidadãos. Para eles, tanto faz estar aqui ou ali, pois estão sempre de passagem. Já os cidadãos lutam por sua memória, ainda que dela faça parte as amendoeiras. Pouco importa se vieram da Índia, irrite os garis com suas folhas, dêem trabalho para pedreiros que precisam vez por outra consertar uma calçada aqui, uma rachadura ali. São nossas amendoeiras. São as árvores da cidade!

### **3. ‘Balões Ecológicos’**

Assim como existem caçadores que trocaram o rifle pela máquina fotográfica, passando de caçadores de vidas a caçadores de imagens, e ainda, pescadores que devolvem o peixe vivo à natureza, depois de medido e fotografado, garantindo assim a continuidade do esporte e do peixe, também os baloeiros podiam encontrar uma solução menos predatória para sua atividade que, apesar de ilegal, continua com cada vez maior intensidade, constituindo-se no principal fator de destruição das florestas por queimadas, principalmente em épocas de estiagem prolongada, como agora.

Pelo tamanho, sofisticação e verdadeiro esquema industrial usado pelos baloeiros na fabricação, solda e recuperação dos balões, custa acreditar que não existam soluções tecnológicas que permitam apagar a bucha do balão caso ele ameace cair. Talvez um instrumento medidor de altitude acoplado em extintores amarrados com arame junto à bucha, ou mesmo um dispositivo movido por controle remoto ou rádio para apagar a bucha

e ainda acionar sirene de alerta. Os balões são capazes de suportar este peso extra sem problemas.

Nos períodos de estiagem prolongada, os baloeiros poderiam associar-se ainda aos grupos ecologistas, como os Defensores da Terra e Clubes Excursionistas, que adotaram trilhas no Parque Nacional da Tijuca e fundaram, no sábado, dia 9, em Teresópolis, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, a Rede Fluminense de Unidades de Conservação, para ampliar este trabalho voluntário para os demais parques e reservas do Estado. Entre os objetivos das ONGs está a realização de plantões 24 horas junto às áreas mais vulneráveis ao fogo, com uso de binóculos e rádios transmissores, para dar o alerta no caso da aproximação de balões acesos ou de mudança nos ventos, que podem empurrar os balões contra as montanhas. Os baloeiros poderiam ainda criar brigadas voluntárias de incêndios florestais, mediante treinamento no Corpo de Bombeiros, para reforçarem as guarnições de combate a incêndios florestais.

A forma mais simples de não resolver o problema é proibir completamente a atividade, como ocorre hoje. Além de ineficaz, a proibição só tem servido como mais um fator de corrupção. Entre proibir totalmente os balões e permitir a atividade, desde que sob condições de segurança e preservação ambiental, parece mais sensato a segunda hipótese. Por mais destruidores e perigosos que sejam - e são - não podemos deixar de admitir que os balões, quando bem construídos, são verdadeiras obras de arte popular. O desafio é como garantir o direito dos baloeiros ao desenvolvimento de sua atividade, sem comprometer o direitos dos outros à preservação do patrimônio e o direito de todos ao meio ambiente preservado. Nada tão difícil que a tecnologia e a boa vontade de todos não seja capaz de resolver.

## **4. O Diálogo Possível**

Continuo divergindo dos defensores da energia nuclear. Acho uma opção energética de alto risco ambiental pela dimensão dos impactos no caso de um hipotético, mas não improvável acidente, já que não existe risco zero. Sei que as usinas de Angra 1 e 2 não são nenhuma potencial Chernobil, por se tratar de tecnologia diferente que, mesmo no eu pior

cenário, mesmo que alguém deliberadamente pretendesse provocar um acidente, jamais lançaria para o ar, por quilômetros, seu veneno radioativo. Claro que, se fôssemos aplicar esta mesma visão catastrófica, o risco do rompimento da barragem de uma hidrelétrica, apesar de hipotético, mas não improvável, ou da explosão de um depósito de gás natural, como o do Gasômetro do Rio de Janeiro, também causariam danos seríssimos ao meio ambiente, à vida e ao patrimônio humanos.

Mas seriam danos imediatos, e não por sucessivas gerações, como no caso de um grave acidente nuclear que chegasse ao meio ambiente.

Entretanto, o fato de não concordar, não significa que os ambientalistas tenham também que recusar-se ao diálogo. Por outro lado, este diálogo não significa aceitação, mas coerência de cobrar do setor nuclear o mesmo rigor no trato da questão ambiental que cobramos das indústrias siderúrgicas, químicas, de transporte, etc. Afinal, as empresas que compõem o setor nuclear são indústrias e, como tal, devem prestar contas à sociedade da forma como tratam seus efluentes e resíduos, protegem a saúde dos trabalhadores, recuperam área degradadas, monitoram o meio ambiente realizam uma política de comunicação transparente, assumem, postura de responsabilidade social e ambiental perante a sociedade, etc.

Ser contra, no entanto, não é motivo para impedir o diálogo entre ambientalistas e o setor nuclear, muito menos para ser antidemocrático. O diálogo pode ser uma forma inteligente de ampliar espaços democráticos, abrir os caminhos para que a sociedade brasileiro possa decidir sobre a utilização da alternativa nuclear como fonte energética para o país.

## **5. A Ecologia da Miséria**

Cuidar do meio ambiente é um desafio permanente num País como o Brasil, onde crianças ainda morrem de fome ou vítimas de doenças perfeitamente evitáveis, causadas por falta de saneamento ou poluições ambientais. O município de São Gonçalo, localizado na Região Metropolitana do Estado do rio de Janeiro, com uma população estimada de 1.3 milhão de pessoas, é bem um exemplo dessa realidade. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, em seu Plano Plurianual para cada mil criança antes de completar o primeiro ano.

Este índice de mortalidade compara-se ao das cidade do interior do Nordeste brasileiro. Acontece que São Gonçalo fica aqui no Estado do Rio de Janeiro, vizinho à cidade Maravilhosa, capital cultural do Brasil.

São Gonçalo, entretanto, não é muito diferente dos outros municípios da Região Metropolitana. Conhecer um pouco de sua realidade ambiental é como tirar uma fotografia de qualquer cidade do Estado, onde o planejamento foi substituído pelo voluntarismo e subordinado a política de investimentos que nunca levam em conta as vocações sócio-econômicas locais. Nesse quadro, o município de São Gonçalo, foi destinado a se tornar cidade dormitório de Niterói e Rio de Janeiro, a despeito de sua vocação industrial, que já colocou o município entre os mais industrializados na década de 50, chegando a ser denominado a Manchester Fluminense. Importante, também a vocação agrícola de São Gonçalo – já foi um dos maiores produtores municipais de laranja lima, sem falar em suas estâncias hidrominerais e no potencial turístico-ecológico de seu enorme manguezal, representando 12% do território .

São Gonçalo não conseguiu resistir à política pos-anos 50, que concentrou nas cidades, 94% da sua população restando apenas 6% na zona rural. Não é de se estranhar que o nosso Estado importe 80% do alimento que como. Não sobrou ninguém no campo para plantar e as terras abandonadas, ou estão virando desertos ou loteamentos. Todo esse fluxo migratório veio se concentrar nos 12 município da Região Metropolitana, que abriga hoje 80% da população de todo o Estado do Rio. São milhares de pessoas vivendo em condições sócio-ambientais de extrema penúria.

Na falta de uma política habitacional voltada para as populações de baixa renda a principal alternativa para os pobre é invadir leitos de rios, margens de lagoas e manguezais, desmatar encostas e áreas de vegetação protegida. Logo, não basta aumentar o aparelho repressor do órgãos ambientais para combater esses invasores, é preciso investir urgentemente numa política habitacional par populações de baixa renda.

Este é só um exemplo da complexidade da questão ambiental num País pobre, onde se observa que a solução para problemas ecológicos depende menos da políticas restritivas e mais de políticas de investimentos. Também se deve observar que as soluções para o meio ambiente não passam apenas pelo aparelhamento dos órgãos de meio ambiente, mas dependem muito mais de uma política geral de governo, que economize seus órgãos,

políticas e funções. É preciso evitar definitivamente, o desperdício de recursos públicos não se criando mais órgãos de proteção ambiental nas administrações públicas apenas para iludir ecologistas, enquanto dezenas de outros órgãos da mesma administração pouco se importam com o meio ambiente. O exemplo da Feema multando ônibus poluidores CTC é bastante ilustrativo.

Outro grande desafio para os administradores de nosso Estado é a necessidade urgente de conter o fluxo migratório para a Região Metropolitana, já saturada de população e atividades poluidoras que fornecem muitas medidas de controle de poluição ou planejamento do uso do solo. Torna-se necessário desenvolver uma política de investimento voltada para o interior do Estado do Rio de Janeiro, especialmente dedicada às atividades não-poluidoras, como o turismo, pesca, agricultura, indústrias de ponta e informática, sem no entanto deixar de investir na Região Metropolitana, especialmente em infra-estrutura básica para sua população. Sem dúvida, um grande desafio para um Estado como o nosso, que vem sofrendo um perverso esvaziamento econômico desde o início do século. Mas é para enfrentar esses desafios que os políticos postulam-se candidatos e são eleitos.

## **6. Lixo Maior Problema Ambiental dos Municípios**

Na sociedade compartimentalizada em que vivemos, coube aos ecologistas o papel de responsáveis pela fauna e flora. Saindo disso, qualquer outro assunto pode parecer intromissão e cara alheia. Os ecologistas, entretanto, recusam este gucto, pois os problemas ambientais acabam permeando todas as atividades humanas e de qualquer administrativas públicas. Afinal, as agressões ambientais podem ser divididas em dois grandes blocos interrelacionados entre si: o do conjunto das poluições e agressões à fauna, flora e ao planeta como um todo – onde é pacífica a atuação dos ecologistas; e o do conjunto de agressões que a espécie humana pratica entre seus próprios indivíduos – onde a atuação dos ecologistas costuma ser questionada.

Relaciona-se entre as agressões que cometemos contra nós próprios as diversas poluições do ar, das águas, do solo, dos alimentos do som, da paisagem em nossas cidades. Elas atingem diretamente a pessoa humana, sua saúde, seu bem-estar. Nesse sentido, a

defesa da ecologia é fundamentalmente uma defesa da qualidade de vida. Afinal, nossa espécie também faz parte da natureza.

Dentre os problemas ambientais mais graves enfrentados pelas prefeituras, o saneamento e o lixo são dos mais sérios, urgentes e os que causam maiores seqüelas, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde da população. Em boa parte dos municípios, o tratamento de água e as redes de esgoto são de responsabilidade do estado, o que não tira do município o dever de zelar pela saúde o bem-estar dos cidadãos. É obrigação do Município cobrar do estado o cumprimento de suas tarefas, paralelamente à elaboração de programas alternativos de abastecimento e tratamento de água e sistemas alternativos de coleta e tratamento de esgotos, enquanto não chega as obras definitivas a serem realizada pelo estado.

O lixo já é outro caso , cabendo geralmente às prefeituras a responsabilidade pela limpeza urbana, a coleta domiciliar a destinação final. Cada uma dessas fases envolve muito funcionários e equipamento, acabando por se deficitário o serviço, devido a falta de recursos.

Entretanto, mais que um problema técnico, existe uma questão filosófica com relação ao lixo que produzimos. A população considera lixo como uma coisa suja e que deve ser colocada no lugar mais longe possível, num canto qualquer distante de tudo. Acontece que lugares assim não existem, e o vazadouros e aterros sanitários acabam agredindo a natureza e a própria população.

Por outro lado, a população não colabora com a limpeza da cidade, pois costuma achar que as ruas e praças são terra de ninguém, não têm dono, e portanto pode-se jogar papel de bala de sorvete no chão sem nenhum problema. As pessoas não percebem que as ruas e praças, ao contrário do que se pensa, têm muitos donos, pois pertencem a todos os cidadãos e contribuintes da cidade.

O que os ecologistas defendem é que o lixo não é coisa imprestável a ser jogada fora num canto escuro qualquer, mas, ao contrário, ode e deve ser reaproveitado, reciclando materiais como papel, metal, vidro, plástico e produzindo composto com o material orgânico. Claro que isso envolve diversas mudanças, não só nos equipamentos, pessoas e operação do serviço, como também com relação à mentalidade da população e dos administradores públicos. Não é à toa que é tão difícil mudar as coisas. A coleta seletiva do



lixo pode ser um bom exemplo dessa nova filosofia. Após um trabalho prévio de divulgação e educação ambiental numa das rotas da coleta, a prefeitura pode coletar num dia apenas o material reciclável e, em outro, o material orgânico. O morador que não separasse o seu lixo não receberia a coleta. Aos poucos o serviço de coleta seletiva seria estendido às outras rotas até abranger todo o serviço. O material reciclável seria separado e vendido, e o material orgânico transformado em adubo. Com isso, a vida útil dos aterros sanitário seria multiplicada.

## **7. Os Municípios e as Unidades de Conservação da Natureza**

A defesa da natureza ganha cada vez mais aliados, agora nos municípios, com a tendência dos vereadores constituintes em incluírem nas leis orgânicas em elaboração, capítulos sobre meio ambiente ainda mais estrutivos que o da Nova Constituição Federal. Isso provocará efeitos também nos Executivo, com a revisão do planos diretores e das leis municipais, especialmente a Lei de Uso do solo, que aliás deveria chamar-se Lei de Uso do Meio ambiente, pois é nela que vivemos. Além disso, será necessário um cadastro poluidoras, entre outras medidas para controle da poluição e defesa do meio ambiente.

Entre estas medidas, é de grande importância a criação de unidades de conservação da natureza que projeta os ecossistemas mais representativos do município, ou suas áreas de excepcional, interesses ecológicos, de turismo, paisagístico, arqueológico, etc. Essas unidades de conservação podem ser parque florestal, reserva biológica ou área de proteção ambiental, de acordo com que indicar o diagnóstico ambiental prévio da área a ser protegida.

O Código Florestal (lei Federal n.4771/65) define em seu artigo 5º, alínea “a”, que os Parques nacionais, estaduais e municipais têm como finalidade resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Nos parques admite-se a visita com fins recreativos ou educacionais, o que já não acontece nas reservas biológicas, onde só cientistas podem entrar, mesmo assim

autorizados. Essa restrição justifica-se, pois a fauna é muito sensível a presença humana deixando de procriar, abandonando a cria e até fugindo do local.

As áreas de proteção ambiental são menos restritivas, permitindo a coexistência da natureza com núcleos urbanos, atividades econômicas, desde que sob condições especiais não prejudiciais ao meio ambiente.

Não se cria uma unidade de conservação apenas por lei ou decreto. São precisos estudos prévios de diagnóstico e zoneamento ambientais, e a elaboração de um plano de manejo para a área, que indicará os múltiplos usos possíveis e permitidos e as restrições a serem adotadas.

De todas as atividades que envolvem uma unidade de conservação, a educação ambiental é um dos mais eficientes instrumentos tanto para a divulgação da criação, limites e importância da área a ser preservada, quanto para o estabelecimento de uma parceria com a população, principalmente através de trabalhos formais e informais a serem desenvolvidos nas escolas municipais. É fundamental que a população sinta-se participante na defesa de um patrimônio natural que lhe pertence, em vez de ser expulsa ou maltratada por guardas ou fiscais mal remunerados e mal orientados para o trato com o público, despertando na população relações predatórias com a unidade de conservação.

## **8. Natureza de Papel**

Existem só no Estado do Rio de Janeiro 92 unidades de conservação da natureza, incluindo parques, reservas e áreas naturais da Federação, Estados e municípios. Constituem um rico patrimônio ambiental do povo fluminense onde a mata atlântica, restinga, manguezais, campos de altitude, entre outros, deveriam estar preservados. Infelizmente, existem apenas no papel de leis e decretos. Estas últimas testemunhas vivas da antes exuberante natureza fluminense, reduzidas hoje a verdadeiras ilhas esparsas sobre o território do Estado, estão na verdade abandonadas.

Um exemplo desse descaso com as unidades de conservação é o Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro a ser criado no Brasil, em 1937, e que até hoje não teve sua situação fundiária regularizada, não existem recursos financeiros e materiais e nem funcionários em número suficiente, muito menos teve implantado um plano diretor. Os resultados são a

caça e dos desmatamentos, queimadas, criação de gado no interior do Parque, enfim, agressões de todo tipo, e que são comuns a todas as outras unidades de conservação - sem exceção. Falta de tempo não é, pois já se passaram 54 anos, mais de meio século. Muito menos de recursos, pois desperdiçaram-se bilhões de dólares em obras faraônicas e absolutamente dispensáveis, como o complexo nuclear de Angra dos Reis. O que faltou mesmo foi interesse e respeito ao patrimônio público.

Faltaram também as reformas agrária e urbana bem como uma política habitacional voltada prioritariamente para o interesse social em vez de apenas e exclusivamente para o capital, como foi durante décadas. Sem lugar para morar ou plantar, a população tem exercido pressão insuportável sobre as unidades de conservação, especialmente aquelas localizadas em áreas urbanas, como Floresta da Tijuca, entre outras. Vistas como invasoras e indesejáveis, estas pessoas são, na verdade, vítimas. Com as populações nativas e até indígenas, que habitam há séculos as áreas naturais, tem acontecido a mesma coisa, com constrangimento de toda ordem, quando deveriam ser ouvidas sobre seus conhecimentos e práticas de lidar com os ecossistemas durante tantos anos sem destruí-los. Um saber fundamental para a atual geração cujo maior desafio é continuar crescendo, com justiça social e distribuição de riquezas, sem destruir o meio ambiente e os recursos naturais. É preciso não esquecer que nossa espécie também faz parte da natureza e, portanto, não tem sentido lutar somente pela sobrevivência das espécies animais e vegetais e seus ecossistemas sem igualmente lutar para superar o sofrimento e a miséria da vida humana que se esvaia no grande fosso da injustiça social e econômica existente entre as classes.

Seguramente, estes temas estarão na pauta das discussões na Rio-92, aqui no Rio de Janeiro. Está na hora de as autoridades tirarem nossas unidades de conservação do papel, com esforço de toda a comunidade. Mais que uma exigência ecológica, é uma questão de credibilidade. Afinal, o Mundo estará de olho em nós e certamente, ninguém levará a sério a assinatura de nossos governantes em novos acordos e compromissos, se até agora não foram capazes de cumprir com responsabilidade assumidas há mais de meio século.

## 9. Pequenas Soluções

Diante de um grande problema, devemos buscar grandes soluções, certo? Errado, pois os grandes problemas são feitos de pequenos problemas, bem mais fáceis de resolver. Um dos grandes problemas atuais é a necessidade de energia para promover o crescimento econômico e garantir a qualidade de vida das pessoas. Sabemos que a energia não brota da parede quando acionamos uma tecla ou tomada, mas vem de algum lugar da natureza. Sempre que há um aquecimento econômico com o fantasma do blecaute ou do possível racionamento de energia. Nesse momento entram em campo os adeptos da energia nuclear que sempre querem mais e mais usinas, como se o lixo atômico que permanece ativo por 25 mil anos pelo menos e a impossibilidade de evacuar decentemente a população em casos de acidentes nucleares fossem assuntos para ecologistas chatos antipatriotas.

Opõe-se ao grupo dos pró-usinas nucleares os adeptos das grandes hidrelétricas, como a de Itaipú, na fronteira do Paraguai, ou a de Balbina, na Amazônia, por exemplo, que geram energia, mas a um custo sócio-ambiental tremendo. E não pensem que todo esse esforço de produção de energia é para melhorar o dia-a-dia do cidadão, como diz a propaganda, mas boa parte é desviada para indústrias altamente dependentes de energia.

Afinal, os ecologistas reclamam porque são do contra? Muito pelo contrário. Eles são a favor. A favor de programas de conservação de energia, que podem economizar até 20% da capacidade já implantada de geração de energia, o que, de cara, evitaria a construção de novas hidrelétricas, usinas nucleares ou termelétricas insustentáveis e poluidoras por um bom tempo. Também são a favor de se adotarem outras soluções energéticas, que podem não resolver no caso de grandes indústrias e de grandes centros urbanos, mas são perfeitamente viáveis para pequenas comunidades, áreas rurais, ilhas etc, como, por exemplo, a energia produzida a partir da biomassa, da energia solar, da energia eólica etc. Além de não serem poluentes, não precisa gastar com grandes linhas de transmissão e libera energia para atender aos grandes centros consumidores. Também são a favor das hidrelétricas que afogam florestas e sítios históricos e expulsam trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, que aproveitem melhor a calha dos rios e a correntezas, com o mínimo de alagamento.

As palavras-chave que estão faltando pra resolver esta questão energética são: descentralização das decisões; instrumentos para maior participação da sociedade na busca de soluções locais; e investir mais em pesquisas, município por município, para evitar que pequenos problemas se torne grandes, porque aí o assunto começa a ficar muito chato, com muito blablá de cada lado, e as pessoas têm mais o que fazer.

## 10. Terra Planeta Água

No dia 22 de abril, comemorou-se o Dia Mundial da Terra. É um bom motivo para se pensar na água, afinal, a superfície de nosso planeta é constituído por apenas 30% de terra firme. Os 70% restantes são de água. Mas, nem toda essa enorme quantidade de água está disponível para uso humano. Conforme pode ser visto no desenho, 97% são águas salgadas e apenas 3% são doces. Destes,. Apenas 0,6% são águas doces superficiais,, e, destas, um pouco mais da metade está disponível, nos lagos e rios. O que dá idéia bem clara da importância dos rios e lagos para a espécie humana, e ainda do quanto este líquido é precioso para nós, mais até que o petróleo.

Apesar disso, o que nossa espécie está fazendo com os rios? Poluindo com esgotos domésticos e industriais, retirando vegetação protetora das margens e mananciais, o que apressa seu assoreamento, envenenando com metais pesados e agrotóxicos, construindo em suas margens e modificando seus cursos, além de muitas outras agressões. É no mínimo um contra-senso, pois são estes mesmos rios que fornecem a pouca água doce disponível no planeta.

Quais seriam as outras alternativas? A dessalinização da água do mar, o que já vem sendo feito no Oriente Médio. O problema é que este é um processo caríssimo, só viável para os ricos países exportadores de petróleo, além de gerar enormes quantidade de sal, de difícil aproveitamento final. A outra possibilidade também é muito cara e de grande impacto térmico no meio ambiente. Trata-se dos transportes de icebergs das regiões polares até os locais de consumo. O que temos de fazer é muito simples: trabalhar com a natureza e não contra ela. Isso significa, entre outras providências, combater a poluição dos rios, impedir a ocupação de seus leitos e, principalmente, investir em reflorestamento

ecológicos, para recompor as matas protetoras das margens e dos mananciais dos rios. As matas funcionam como se fossem uma esponja, retendo cerca de 99,5% das águas das chuvas e liberando-as aos pouquinhos para o lençol freático, alimentando poços, nascentes, olhos d'água, minas, fontes que, por sua vez, formarão parentes, o ano todo, os rios que abastecem as populações e mantém as atividades econômicas, principalmente a agricultura.

Sem essa vegetação protetora, as águas das chuvas não penetram no solo, mas correm em sua superfície, provocando erosão e desmoronamento que, além da morte de inúmeras pessoas e perda de bens, causam a diminuição da fertilidade do solo, tornam cada vez mais caros os investimentos com barragens para conter o escoamento das águas, ressecam o solo, provocam sua desertificação, entopem os rios, que acabam inundando e causando sérios prejuízos, além de provocar a morte e extinção de espécies animais e vegetais, muitas delas sequer conhecidas ou classificadas pela Ciência. É como se destruíssemos livros, antes de abri-los.

O mar, por sua vez, não está em situação melhor. Ele é o maior dos habitats do planeta e o mais rico em forma de vida. As algas microscópicas, fitoplânctons que flutuam em sua superfície, estão na base de cadeia marinha. E, além disso, são elas as principais responsáveis pela produção do oxigênio necessário à vida no planeta, como conhecemos, e não a Amazônia, como muita gente pensa.

Mas, os mares e oceanos foram transformados em lixeiras nucleares e industriais, recebem milhares de litros de esgoto diariamente e têm seus ecossistemas destruídos. O óleo derramado no mar forma uma fina camada na superfície, o que inibe a fotossíntese dos fitoplânctons, dando um golpe mortal bem no início da cadeia alimentar, o que significa a morte de centenas e centenas de outros animais, além de diminuir a oferta de oxigênio no planeta.

Como é fácil perceber, tudo está interligado. Os rios, mares e oceanos, as florestas e o equilíbrio dinâmico do ciclo hidrológico fazem parte de um concerto da natureza, da qual participamos, no papel privilegiado de maestros da sinfonia. Não podemos, agora, abdicar dessa nossa posição, numa visão romântica de retorno a um tipo de vida primitivo, a pretexto de estar em harmonia com a natureza. Nossa harmonia depende exatamente, de assumirmos a importância do nosso papel. Fomos capazes de interferir na natureza para pior. Precisamos agora fazer o contrário. Uma coisa é certa: o planeta conseguirá sobreviver

sem nós, talvez um pouco mais feio e arranhado. O contrário, porém, não será verdadeiro. Nossa espécie não sobreviverá sem o planeta, Simplesmente não temos para onde ir. Nossas vias – e as das futuras gerações estão em nossas mãos.

## 11. Cidades Mal Planejadas

Em qualquer cidade do mundo, especialmente nas nossas, existem os bairros urbanizados e as favelas, implantadas contra a vontade dos governos, ao arrepio das leis, e sem planejamento, sem saneamento básico, sem infra-estrutura urbana. Alguns governantes pensam que este é mais um caso de polícia, quando deveriam desenvolver políticas públicas de urbanismo e uso do solo que contemplassem também aqueles que precisam morar mas estão fora do mercado, isto é, não dispõem de recursos para comprar ou alugar um lugar nos bairros urbanizados.

As regras de mercado visam o lucro, e isso é óbvio. A cidade é dividida em terras que o mercado pode vender e alugar e zonas não edificantes, que estão fora do alcance do mercado, como as áreas de preservação, encostas íngremes, margem de rios e lagoas, etc. É exatamente para as terras que estão fora do mercado que vão as pessoas que também estão fora do mercado, como os desempregados, sub-empregados, etc. Claro que, por trás da ocupação das áreas não edificantes, existe uma verdadeira indústria de invasão, onde não é de se estranhar encontrarmos maus exemplos de políticos ou candidatos a políticos, policiais, pastores e até traficantes, etc., todos à procura ou de dinheiro, votos, proteção. Mas estes aproveitadores só prosperam pois encontram um ambiente propício.

Alguns políticos, urbanistas e planejadores urbanos costumam ignorar o fato que, para cada novo empreendimento de luxo que é construído, surgirá em algum ponto próximo dali uma comunidade pobre 'não planejada', onde vão morar os empregados da construção civil e as empregadas domésticas, porteiros, etc. Ou os urbanistas acham que pessoas que ganham um ou dois salários mínimos vão concordar em perder mais da metade do salário todo mês em transporte para morar longe do local de trabalho?

Assim, as favelas não ocorrem por um acaso. Elas são 'fabricadas' nas pranchetas dos planejadores urbanos, no momento em que dividem as cidades apenas em duas partes:

áreas para o mercado e áreas não edificantes, sem prever uma terceira parte, destinada às pessoas que precisam morar, mas estão fora do mercado e precisam de terra de graça, ou a preços simbólicos. Claro, alguns poderão protestar que isso seria um tipo de socialismo e este é um país capitalista. Mas precisamos avaliar o que sai mais barato. Dar terra antes, em locais adequados, ou ter de gastar mais depois para levar infra-estrutura em comunidades de baixa renda instaladas de qualquer jeito em áreas de riscos, insalubres e de difícil acesso, como encostas íngremes, margem de lagoas, áreas de proteção ambiental ou de mananciais ou a montante destes, etc.

## **12. Doze Propostas Viáveis Para Melhorar o Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**

**1. Implantar o Royaltie Ecológico** – através da distribuição de recursos financeiros oriundos de 3% do ICMs devido aos municípios, e de percentual de 0,1% sobre taxas de águas e luz, para municípios que detenham áreas imobilizadas em unidades de conservação, mananciais de abastecimento público e tenham implantado o Sistema Municipal de Meio Ambiente para a gestão adequada dos recursos.

**2. Aumentar em 4 anos 50% do número de unidades de conservação** do Estado, priorizando a formação de corredores de fauna e flora com enfoque dirigido à conservação dos ecossistemas, buscando a preservação de no mínimo 20% de cada ecossistema presente no Estado e o combate ao desmatamento na Mata Atlântica, reduzindo em 20% a cada ano o número de queimadas, além de aumentar em 100% o número de novas RPPNs (Reservas Particulares de Proteção Natural), destinar no mínimo 10% do orçamento do setor ambiental para a implantação e incentivo à prática do ecoturismo no Estado, buscando a integração dos esforços do Governo Estadual com o Federal e Municipais e com as ONGs e iniciativa privada.

**3. Redução de 10% da poluição industrial a cada ano** através da criação de taxas justas proporcionais à poluição e ao dano causado, evitando que a poluição de uns poucos seja



pago por toda a sociedade. Capacitar e equipar a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) para implementar um programa de fiscalização estratégica dos poluidores industriais mais importantes, e efetivar a cobrança de 100% das multas ambientais devidas já no primeiro ano de governo. Rever e ampliar o Programa de Cooperação com a Alemanha (Feema/GTZ) para a capacitação institucional e treinamento em matéria de controle de poluição industrial. Rever e ampliar a cooperação com o BNDES e Firjan e a SEMA para a formação de consórcios empresárias visando atingir a meta proposta, permitindo às empresas poluidoras investirem até R\$ 150.000,00 para modernização de unidades de produção. Exigir o cumprimento da Lei 1898 / 91, que obriga as empresas de elevado potencial poluidor à realizarem Auditorias Ambientais anuais, um autêntico raio-X ambiental com custo zero para o Estado, e da Lei 2011 / 92, que obriga as grandes indústrias poluidoras a implementar Programa de Redução de Resíduos Perigosos, informar o lixo químico que produzem e o que fazem com ele.

**4. Reflorestar 1 milhão de árvores nativas a cada ano**, priorizando áreas ambientalmente frágeis e sujeitas à desertificação

através da criação da taxa sobre fontes emissoras de dióxido de carbono e inserção do Estado no mercado global em que a empresa de um país poderá cumprir seus compromissos com os padrões da Convenção Sobre Mudanças Climáticas investindo na redução de poluição em outro país. Os interessados deverão comprovar o plantio e a manutenção de 20 árvores nativas a cada ano para cada 1 tonelada de CO<sub>2</sub> emitida. Incluir o reflorestamento das encostas na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara como meta prioritária no PDBG II (Programa de Despoluição da Baía de Guanabara).

**5. Delimitar e demarcar 20 lagoas a cada ano** - destinar no mínimo 15 % dos recursos do FECAM (Fundo Estadual de Conservação do Meio Ambiente), sendo 5% destinado à convênios com universidades para a elaboração de projetos de captação de recursos em fundos nacionais e internacionais de proteção às áreas úmidas.

**6. Geração de 10 mil novos empregos através de atividades ambientais** em áreas carentes como reflorestamento, reciclagem, limpeza de canais, valões, encostas, através da

destinação de no mínimo 20% dos recursos do FECAM para projetos que visem geração de renda e postos de trabalho.

**7. Melhores condições de vida nas cidades** – destinar no mínimo 10% do orçamento do setor ambiental para investimentos em monitoramento e divulgação sobre a qualidade ambiental das águas e melhoria da qualidade do ar.

**8. Implantar um centro de triagem de animais silvestres** e realizar plano de fiscalização sistemática e permanente contra o tráfico de animais silvestres e para combater a crueldade contra os animais, especialmente em espetáculos.

**9. Promover uma ampla reforma do setor público ambiental** negociando empréstimos com organismos internacionais, como o Banco Mundial, para a criação de um sistema de gestão do meio ambiente e a descentralização da ação do Estado através da transformação das atuais Agências de Desenvolvimento em Agências de Desenvolvimento e Meio Ambiente, integradas com a criação e implantação dos consórcios e agências de bacias. Fortalecer o CONEMA e dar transparência ao FECAM, impedindo o uso político e eleitoreiro de seus recursos, que deverão ser repartidos paritariamente entre os órgãos públicos e ONGs. Ampliar os recursos orçamentários do setor ambiental, no mínimo repondo os 17% perdidos nos últimos dois anos.

**10. Aumentar para 1.500 homens, em 4 anos, o efetivo do Batalhão Florestal**, dando competência ao órgão para a lavratura de autos administrativos, ampliando a atuação do Batalhão em 34 postos no Estado

**11. Criar nos próximos 90 dias a Comissão pelo Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21** com a participação paritária dos órgãos de governo, ONGs e iniciativa Privada, com atuação horizontal, envolvendo todos os órgãos de Governo, cabendo à área ambiental do Governo revisar e implementar, à luz da nova Lei das Águas e com a participação do CONEMA, o ZEE – Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado, (financiado pela SAE) e os projetos financiados pelo (MMA/PNMA/BIRD) como o Macroplano de Gestão e

Saneamento Ambiental da Bacia da Baía de Sepetiba, Gestão Ambiental Integrada da Bacia da Ilha Grande, Projetos de Execução Descentralizada (PED) e o Plano Diretor Integrado Para o Vale do Paraíba do Sul. Revisar e ampliar o acordo negociado com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) para o levantamento do potencial hídrico do Estado.

**12. Dar cumprimento às Leis Ambientais**, em especial: Lei 2484 / 95, que criou o Fórum Estadual de Acompanhamento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – FADEG; Lei 1204 / 87, que institui o Comitê de Defesa do Litoral – CODEL; Lei 2393 / 95, que assegura às populações residentes em Unidades de Conservação, há mais de 50 anos, o direito real de uso das áreas ocupadas. Em contrapartida, estas populações beneficiadas se comprometem em preservar, recuperar e defender estas áreas; Lei 2661 / 96, que estabelece os critérios e os níveis mínimos para o tratamento do esgoto sanitário antes de seu lançamento em corpos d'água.

## **13. SOS Mata Atlântica Fluminense**

O Estado do Rio continua encabeçando a lista dos estados brasileiros onde a Mata Atlântica tem sido mais destruída, segundo a matéria da página 5. Estamos falando do ecossistema de maior biodiversidade de árvores do planeta com o maior número de espécies de fauna e flora em extinção. Mas se o assassinato da floresta não sensibiliza corações desenvolvimentistas, do tipo, ou é nós ou as plantas e os bichos, é bom lembrar que o preço que a população terá de pagar – e já está pagando – é muito alto.

O fim da Mata Atlântica pode significar o encarecimento crescente da água que chega em nossas torneiras em alguns casos e a escassês em outros, já que é a floresta quem garante o fluxo de água de mananciais de abastecimento. Significa ainda o aumento dos custos de produção no campo, com a necessidade de mais adubo para repor a fertilidade do solo e venenos para combate às pragas. Com o desmatamento, rompe-se o equilíbrio dos ecossistemas e as pragas rurais e urbanas invadem as plantações e as cidades. Como os mosquitos transmissores da dengue e da malária, por exemplo.

É a Mata Atlântica quem ajuda a segurar o solo no alto dos morros. Com o desmatamento e as queimadas provocadas por balões, as chuvas de verão passam a bater

direto no solo, desagregando suas partículas que descem com as águas para as partes baixas da cidade, entupindo galerias, canais, rios, lagoas, agravando os problemas de enchentes, com prejuízos a toda a população. Ao mesmo tempo, o desmatamento deixa vulnerável as encostas e desestabiliza as pedras no alto dos morros, sujeitando-as ao deslizamento e causando mortes e desastres que se repetem em todas as temporadas. Como se não bastasse, o desmatamento permite que os raios solares atinjam o solo, descontrolando e aquecendo o clima, o que significa mais gastos com ar-condicionado e ventiladores e maior desconforto com o calor. A paisagem também é afetada, a cidade fica mais feia, com morros cheios de capim colonião, os pássaros abandonam o lugar, e os turistas também. Ninguém se sente à vontade num lugar quente e sem vida.

Parece que nada disso ainda foi capaz de sensibilizar as autoridades e a população. O Estado do Rio de Janeiro está na berlinda, como o Campeão da Destruição da Mata Atlântica no Brasil e justifica-se aprovar com urgência uma Política Fluminense Para a Preservação e Recuperação da Mata Atlântica levando em conta, entre outros itens: a) criação e implantação do Royaltie Ecológico, para compensar financeiramente os municípios detentores de mata atlântica preservada; b) incentivo ao reflorestamento ecológico em áreas degradadas, com prioridade para a formação de corredores ecológicos entre unidades de conservação; c) capacitação de mão de obra e promoção do ecoturismo e do cultivo de palmito e outras espécies como fontes geradoras de renda e emprego em cidades do interior, vizinhas às unidades de conservação; d) cuidados efetivos com a Unidades de Conservação existentes e criação de novas, formando corredores ecológicos e incentivando a participação das ONGs na administração das áreas públicas das Unidades e da iniciativa privada na exploração comercial de restaurantes, bares, áreas de camping, hotéis, etc., gerando recursos dentro das próprias unidades para sua preservação. Priorizar estímulos à criação e implantação de Reservas Particulares de Proteção Natural (RPPNs); e) busca do apoio da opinião pública, através da informação regular e da educação ambiental formal, mostrando ser a preservação de interesse da sociedade; f) fiscalização eficaz, com a participação das ONGs, através de mutirões ecológicos remunerados e de brigadas ecológicas, formadas por jovens, que receberiam um salário mínimo por mês durante um ano e cuja participação contaria como prova e título em concurso público e para dispensa do serviço militar.

Enquanto uma Política semelhante a esta não é implementada, os órgãos do governo não deveriam autorizar nem tolerar qualquer tipo de desmatamento de Mata Atlântica, ainda que tivesse amparo legal. E mesmo as licenças já concedidas deveriam ser suspensas numa espécie de moratória para serem reexaminadas por uma Comissão Especial de Combate ao Desmatamento no Estado, que teria ainda a função de criar e implantar a Política de combate ao desmatamento.

Os ambientalistas poderiam contribuir através da divulgação, todo dia 27 de maio (Dia Nacional da Mata Atlântica), da versão fluminense do 'Prêmio Motosserra', a ser oferecido aos maiores poluidores e degradadores da Mata Atlântica no Brasil, certificando suas ações, omissões ou políticas que degradam a floresta. Mas para não falar que ambientalistas só sabem criticar, também seria concedido o 'Prêmio Mata Atlântica', para o reconhecimento das ações de pessoas, empresas e órgãos públicos, em busca da preservação e recuperação da Mata Atlântica e pela melhoria da qualidade de vida de todos.

## **14. Crime Anunciado Queima o Brasil**

Uma nova temporada de queimadas e incêndios florestais destruiu mais uma vez ecossistemas e unidades de conservação em todo o país. É um crime anunciado. O Brasil queimou no ano passado, queimou este ano, e queimará novamente na próxima temporada de estiagem entre agosto e outubro.

Então, por que o Ministério do Planejamento demorou tanto em repassar ao Senado o projeto de empréstimo do Banco Mundial para o PROARCO que vai possibilitar o uso de R\$ 24 milhões no programa de combate a incêndios e desflorestamento na região amazônica, por exemplo? Por que o plano de controle apresentado pelas ONGs não é colocado em prática?

Por que o governo brasileiro teve de ser pressionado pelo descontrole das queimadas e incêndios criminosos para só aí acelerar a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais, que foi sancionada em fevereiro do ano passado? Pela Lei de Crimes Ambientais, finalmente regulamentada, quem for processado pela prática de queimadas pode pegar de 2 a 4 anos de detenção. A multa atualmente é de R\$ 4,9 mil, mas pode

chegar a R\$ 50 milhões. Agora é tirar mais esta lei do papel. Será preciso esperar outra temporada de queimadas?

Mas acabar com as queimadas, todo mundo sabe, é mais uma questão de educação ambiental e extensão rural que de polícia. É preciso capacitar agricultores na utilização de novas técnicas de limpeza de pastagens em substituição ao uso do fogo, promover uma campanha educativa de combate às queimadas que alcance não só os moradores do campo, como também os turistas e caminhoneiros que trafegam pelas rodovias do país. É grande o número de incêndios florestais que começam na beira das estradas, provocados pelos motoristas. Nas áreas urbanas, promover a coleta de lixo principalmente junto às áreas de periferias e comunidades carentes. Sem alternativa de se livrar do lixo, acabam botando fogo que facilmente se alastra pelo capim seco até atingir o que resta dos remanescentes florestais.

Se todo mundo já sabe o diagnóstico, se o problema é por demais conhecido, se os recursos existem, então por que o Brasil tem de queimar novamente no ano que vem, e depois no outro, e no outro, até não haver mais ecossistemas para queimar?

## **15. Reciclagem de Idéias**

Lixo não existe. O que chamamos de lixo nada mais é que matéria prima misturada e fora do lugar. Uma vez esses materiais separados e – muito importante – limpos, deixam de ser chamados de lixo e voltam a ser recursos naturais, matérias primas. A idéia é boa e ecologicamente sustentável e tem funcionado bem em pequena escala. Então, por que não funciona direito em grande escala? Por que ainda há tanta resistência por parte dos serviços tradicionais de limpeza pública e da própria sociedade?

Por vários motivos, todos perfeitamente solucionáveis, se houver vontade política, leia-se, maior pressão da sociedade. O principal deles é o mito que reciclagem dá lucro. O maior lucro da reciclagem não é financeiro, mas social e ambiental. Emprega mão-de-obra não especializada, aumenta a vida útil dos atuais vazadouros, poupa recursos naturais e energia, etc. Lucro mesmo, financeiro, não dá. Mas quem disse que lixo tem de dar lucro? Ninguém exige que a coleta do esgoto dê lucro, por exemplo. Mesmo assim, é possível melhorar um pouco mais, pois os preços dos materiais recicláveis, como metais, plástico,

vidros e papéis estão muito baixo, desestimulando novas experiências de coleta seletiva. Conseguir isso é relativamente fácil. Basta uma legislação que obrigue, por um lado, e crie estímulos tributários por outro, para que as indústrias se responsabilizem pelas embalagens que produzem. Hoje, não basta que as embalagens sejam recicláveis. É preciso exigir que as indústrias se responsabilizem também pelo seu retorno ao processo produtivo.

Um bom exemplo de que é possível melhorar é o caso do alumínio. O Brasil tem apresentado os melhores índices do mundo de retorno de embalagens de alumínio. Não é por que o brasileiro é mais consciente ambientalmente ou limpo que o europeu, o canadense ou o norte-americano. Mas porque o preço da reciclagem do alumínio compensa!

Também tem contribuído para atrasar a reciclagem a idéia, em nossa sociedade, que associa lixo à sujeira, à coisa morta, que queremos longe da gente. A reciclagem está associada à vida, devolvendo à natureza e ao processo produtivo materiais e recursos que estavam sendo desperdiçados. Por isso os sistemas tradicionais de coleta de lixo tem conseguido dominar as políticas públicas no país. Eles simplesmente se propõem a coletar, transportar e dar destino final ao lixo. Ou seja, tira o problema da porta do cidadão. E pronto. Já a reciclagem exige que o cidadão, a dona de cada, o empresário participe, separe em sua casa ou na empresa os materiais secos (papel, plástico, metal e vidro) dos molhados (restos de comida, cascas de fruta, papel usado, etc.). Dá mais trabalho. Exige que “mexa” no lixo.

## **16. Denúncias Ambientais que Não Podem Calar**

A preservação do planeta não é uma tarefa fácil, mas um grande problema se torna menor quando nos dispomos a resolver os pequenos problemas que estão ao nosso alcance. O Planeta que desejamos ver preservado é formado de milhares de pequenas partes, que inclui desde a árvore em frente de casa ao nosso País. Assim, os ambientalistas costumam dizer que é preciso pensar globalmente e agir localmente.

Olhando de perto, aqui para este nosso pequeno pedaço de mundo, vemos que o Brasil, longe de um ambiente inteiro, anda dividido em muitos pedaços agredidos. O fato dos problemas ambientais não ocuparem mais as manchetes dos jornais, não

significa que tenham sido resolvidos. Revendo algumas matérias publicada no Jornal do Meio Ambiente no último ano, constatamos que, longe de uma solução, os problemas ambientais estão se agravando, clamando, exigindo de cada um de nós mudanças de atitude, participação, solidariedade e cidadania.

Espero que o Prêmio Global 500 da ONU para o Meio Ambiente, que estarei recendo em Tóquio, no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, contribua de alguma forma para ampliar a voz dos ambientalistas quanto aos enormes desafios que a humanidade ainda tem pela frente.

### **Biodiversidade**

A primeira denúncia é em relação à preservação da biodiversidade, que vai muito mal em nosso país. Segundo estudo do WWF, realizado a partir de dados coletados junto aos chefes das unidades de conservação, em abril de 1998, revela que a área efetivamente protegida no Brasil é muito menor do que o indicado nas estatísticas oficiais: as 86 unidades de conservação federais de uso indireto estudadas protegeriam, somadas, 1,85% do território nacional; mas, descontando-se os parques e reservas em situação precária, o total protegido de fato cai para apenas 0.4%. Isso coloca o Brasil bem abaixo da média mundial, que é de 6%.

### **Saneamento**

A falta de saneamento continua sendo, de longe, o maior problema ambiental do Brasil. Pesquisa realizada pela ABES e pelo IBGE mostrou que 70% das internações em hospitais públicos são devidos a doenças causadas pela falta de saneamento básico. A taxa de mortalidade infantil é de 58 em cada 1.000 habitantes (em Cuba, por exemplo, é de 14 em cada 1000 habitantes e na Argentina de 29 em cada 1000 habitantes). Trinta por cento das mortes de crianças com menos de um ano de idade são por diarreia. Apenas 30% da população brasileira é atendida por redes coletoras. Ou seja, cerca de 75 milhões não dispõem de serviços de esgotos. O volume de esgotos tratados é extremamente baixo, com apenas 8% dos municípios apresentando unidades de tratamento. A coleta de lixo atinge menos de 50% da população urbana. Apenas 3% do lixo tem disposição final adequada;



34% é acumulado a céu aberto e 64% é jogado nos rios. O Governo Federal cortou aproximadamente R\$200 milhões de recursos do orçamento para saneamento básico.

### **Desperdício**

Ainda segundo o IBGE, continuamos sendo o país do desperdício e da sujeira. Dos 4.425 municípios brasileiros, 78% dispõem de serviço de limpeza pública, 86% lançam o lixo coletado em lixões a céu aberto, apenas 49 possuem aterros sanitários e 31 possuem usinas de compostagem, que nem sempre funcionam, devido a projetos inadequadas ou problemas de manutenção. A coleta domiciliar de lixo atinge menos de 50% da população urbana. O Brasil produz cerca de 5 milhões de toneladas de papel por ano, das quais apenas 30 % são reciclados (Holanda, Dinamarca, Espanha e Israel reciclam em torno de 70% de seu papel). Por dia, jogamos no lixo de nossas casas 90 mil toneladas de materiais como papel, metais, vidros, plástico, etc. Desse total desperdiçado, não reciclamos nem um décimo.

### **Queimadas**

O Brasil continua batendo recordes de queimadas. O megaincêndio de Roraima no ano passado mostrou a incapacidade do Poder Público em agir de forma consistente. De acordo com as estimativas do Governo do Estado de Roraima a devastação chegou a 40.000 km<sup>2</sup> de áreas abertas (campos, cerrados, pastagens etc.) e aproximadamente 10.000 Km<sup>2</sup> de florestas, cerca de 22% da área total do Estado. Os dados do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa e da ONG Ecoforça, de Campinas/SP, indicam que o número de queimadas no centro-oeste subiu 220% em 1998, em relação ao ano de 1997. Esse índice foi baseado em rastreamentos noturnos do satélite NOAA 12. Dados do Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento - PROARCO, sob responsabilidade do INPE e IBAMA, apontam um crescimento acentuado dos focos de incêndio no País. Comparando-se os dados dos meses de setembro a outubro de 1997 com os mesmos meses de 1998, os focos detectados passaram de 52.025 para 84.363, o que significou um incremento de 60%.

## **Amazônia**

A Amazônia perde 16 mil Km<sup>2</sup> por ano de florestas. O INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulga dados que mostram que desmatamento na Amazônia Legal Brasileira atingiu no período 94/95 seu recorde histórico. Em um ano foram eliminados 2.905.900 hectares de florestas, montante superior à soma das áreas do estado de Sergipe e do Distrito Federal e o dobro da média anual verificado no período anterior (92/94). Esse número é, ainda, cerca de 37% superior ao da média anual do período 78/88, a chamada década da destruição, que motivou a enorme mobilização internacional pela proteção da Amazônia. Com os novos números a área total desmatada na Amazônia atinge 51 milhões de hectares, mais do que o dobro da área do estado de São Paulo de florestas eliminadas do mapa. Segundo o IBAMA, existem hoje na Amazônia 3.000 madeireiras. Quase a totalidade delas exploram a madeira de forma predatória. Sem cuidado com a preservação e derrubando todo o tipo de árvore, o estrago é grande. Hoje, ainda segundo o IBAMA/AM, existem apenas seis madeireiras que exploram a madeira da selva utilizando técnicas de manejo florestal.

## **Desertificação**

O desmatamento desenfreado e as práticas erradas de uso do solo fazem com que a cada minuto, 12 hectares de terra virem deserto no mundo. Segundo estudos feitos pela ONU, há mais de 10 milhões de refugiados ambientais, ou seja, pessoas que foram obrigadas a migrar para outros países devido à seca e à perda da fertilidade do solo. Aproximadamente 180 mil quilômetros quadrados de terras brasileiras, a maior parte delas na região nordeste, estão virando deserto. Apesar disso, os planos de combate à desertificação até agora não saíram do papel. Em alguns estados do Nordeste, o intenso desmatamento provocou mudanças climáticas que evoluíram para um grau de desertificação visto somente no continente africano. As informações divulgadas na reunião revelam um grau de desertos na ordem de 63% na Paraíba, 52% no Ceará, 36% no Rio Grande do Norte, e ¼ em Pernambuco.

## **Legislação Ambiental**

E se não bastasse tudo isso, o Governo Federal ainda promoveu retrocessos na legislação ambiental brasileira no ano de 1998, como os vetos presidenciais à Nova Lei de Crimes Ambientais, abrandando crimes como fazer ou usar fogo em florestas e outras formas de vegetação sem tomar as devidas precauções para evitar a sua propagação. Em julho, o Presidente Fernando Henrique assinou o Decreto nº 2.661/98 que não prevê proibição para queima próxima às Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal e, quanto às unidades de conservação, estabelece proibição de uso do fogo apenas a 50 metros a partir dos aceiros. Em agosto, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.710 que debilitou a efetividade da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) por um período que pode alcançar seis anos. A MP concede a empreendimentos danosos ao meio ambiente a possibilidade de celebrarem "termo de compromisso". Durante a vigência do acordo ficam suspensas as sanções administrativas. Na prática, a MP permite que tais empreendedores cultivem seu passivo ambiental por até seis anos, já que a vigência do termo de compromisso é prorrogável pelo mesmo período fixado. Em novembro, o Governo Federal altera redação da Medida Provisória (MP) nº 1.736-31, que vem sendo reeditada desde 1996, promovendo alterações significativas na Lei nº 4.771/65 (Código Florestal) fragilizando os instrumentos legais de proteção de ecossistemas florestais e do Cerrado localizados em propriedades rurais privadas, propiciando o incremento na taxa de desmatamento, principalmente na Amazônia Legal. Agora, os fazendeiros poderão desmatar, na Amazônia, áreas que antes seriam destinadas à implantação da reserva legal e, no caso daqueles que já desmataram tais áreas, poderão ser desobrigados de executar sua recomposição. As áreas de reserva legal em região coberta por Cerrado foram reduzidas de 50% para 20%. Além disso, propriedades que mantêm a reserva legal implantada e protegida poderão pedir sua redução e, conseqüentemente, desmatá-la, pois passam a poder computar as áreas de preservação permanente cobertas por florestas (margem de cursos d'água, topos de morro, terrenos com alta declividade, entorno de nascentes e lagoas) no percentual total de reserva legal.

### **Cortes no Orçamento**

A política ambiental sofreu um duro corte orçamentário em função do ajuste fiscal e do acordo com o FMI. O PROBIO, financiado em 50% com doação do GEF, teve seu orçamento cortado em 87,5%; o Plano Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), foi praticamente liquidado através de cortes de 90% e o PNMA (Programa Nacional do Meio Ambiente), que dependeria de empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) foi cortado em 100%, ou seja, acabará extinto.

## **17. Uma Chance Para a Natureza**

A criação de unidades de conservação, como parques, reservas e áreas de proteção, tem sido um instrumento muito utilizado pelo poder público para preservação da biodiversidade da Mata Atlântica, manguezais, restingas, campos de altitude, etc. O Rio de Janeiro, por exemplo, já teve cerca de 97 por cento do seu território coberto por florestas, reduzidas, hoje, a apenas, 20, 24 por cento da área original, segundo o Atlas de Remanescentes Florestais da S.O.S. Mata Atlântica, que continuam sendo agredidos, segundo o mesmo documento. Entre 1985 e 1990, o estado perdeu 30.579 hectares da Mata, 1.072 de restingas e 101 de manguezais. Cada hectare equivale a um campo de futebol oficial. As principais causas do desmatamento foram a expansão agropecuária e demanda turística na zona litorânea.

Estão preservados em parques, reservas e áreas de preservação do Rio de Janeiro aproximadamente 2600 quilômetros quadrados, a cerca de 28 por cento remanescentes de vegetação natural, o que é muito pouco, considerando-se que são vitais para manter a regularidade do clima, os lençóis freáticos que abastecem a população, o desenvolvimento do turismo, enfim, a qualidade de vida humana. Além disso, nestas últimas testemunhas verdes da nossa antes exuberante natureza, vivem milhares de espécies de plantas e animais ameaçados de extinção, se quer estudadas, onde pode estar a solução para doenças como AIDS, câncer, além de abrigarem comunidades tradicionais, como os povos caiçaras, que se constituem em verdadeiras " bibliotecas " vivas de conhecimentos sobre esses ecossistemas, tão ameaçados de extinção quanto o habitat que ocupam.

O problema é que, mesmo nas áreas já declaradas como unidades de conservação, a natureza não tem a garantia de estar de estar protegida. Por falta de recursos públicos- e de vontade política- para efetiva preservação dessas áreas, e apesar de toda a legislação ambiental, elas têm permanecido, com raras exceções, praticamente abandonadas. Não passam de " parques de papel".

E este é um drama muito sério para os ambientalistas. Ao mesmo tempo que, por um lado, reivindicam a criação de novas áreas preservadas em lei, dada a baixa representatividade do atual Sistema de Unidades de Conservação no Estado do Rio, por outro, reconhecem a incapacidade do poder público de cuidar sequer das áreas já existentes. Desde 1992, os Defensores da Terra (ONG fundada e presidida durante 10 anos pelo autor), com o patrocínio da iniciativa privada e apoio de ONGs locais, mantém a campanha "Vamos Tirar a Natureza do Papel", além de mover ação judicial no Ministério Público contra o estado, pelo abandono de parques e reservas. Mas só isso não basta .

Os ambientalistas reconhecem que o estado, sozinho, não dará conta da tarefa, principalmente faltam recursos para remédios nos hospitais, merenda nas escolas, armas para a polícia, etc. Por isso, a co-gestão da administração das unidades de conservação, com a participação de ONGs, universidades, prefeituras e iniciativa privadas, pode ser uma saída para preservar as atuais unidades e ainda amplia-las, com a criação de novas áreas. Isso exige avançar de uma visão onde o estado todo - poderoso, paternalista, cuida de tudo que é do interesse público, para a visão de um estado estimulador e coordenador de esforços de preservação da sociedade organizada. Parte do princípio de que é dever de todos cuidar do patrimônio ambiental da humanidade, e não apenas do poder público.

As ONGs e as universidades, com o auxílio das prefeituras, comunidades locais, especialmente dos povos tradicionais e o patrocínio de proprietários rurais, empresários do ramo do turismo e da iniciativa privada, reúnem condições para assumir a co-gestão, com o estado, dessas unidades de conservações, hoje abandonadas, garantindo a pesquisa, educação ambiental, vigilância permanente contra incêndios, elaboração e execução de planos diretores, implantação de atividades de desenvolvimentos sustentável que garantam o auto-sustento das unidades, etc. Enfim, implantar efetivamente as unidades de conservação, tirando-as do papel. Em vez de constituírem, como ocorre hoje, em

verdadeiros entraves, que imobilizam partes de significativas de territórios municipais, as unidades de conservação poderão se transformar para o desenvolvimento local.

Isso pode ser uma solução para o problema das unidades de conservação existentes, atualmente abandonadas, mas não resolve o problema da necessidade de se criar novas áreas preservadas.

O estado do Rio, por exemplo, possui ainda boa parte de seu território recoberto por vegetação natural remanescente, onde novas unidades de conservação poderiam ser criadas, como a região ao norte do Rio Paraíba do Sul, entre os limites com os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, o litoral norte do estado, a partir da região de Cabo Frio, a faixa que vai do litoral até da divisa com Minas Gerais, atravessando a Serra do Mar, onde as altitudes são menores, entre os municípios de Nova Friburgo e Santa Maria Madalena e ao longo do Vale Paraíba do Sul, Oeste da Serra do Mar, entre outras, segundo o Dossiê da S.O.S. Mata Atlântica, de 1992.

Muitos proprietários rurais com consciência preservacionista, por sua vez, apesar de possuírem áreas naturais preservadas e se esforçarem para mantê-las assim, não têm interesse em ceder suas áreas ao poder público, pelo simples motivo de que ele já não cuida direito das áreas que possui.

Tramita hoje na Assembléia Legislativa um projeto de lei que pode solucionar este problema, já que autoriza estados e municípios a criarem as reservas particulares do patrimônio natural, a exemplo do que já existe na legislação federal. O objetivo principal é formar contínuos florestais, zonas de amortecimento dos parques e reservas públicas, corredores da fauna e flora, sem onerar ainda mais os cofres públicos com custosas desapropriações que acabam nunca acontecendo.

A pedido do proprietário rural, o estado ou as prefeituras poderão criar, no todo ou em parte da propriedade, uma reserva particular do patrimônio, recebendo em troca isenção de impostos, além de outros incentivos. O proprietário poderá cancelá-la mais tarde, se quiser, desde que justificado e assegurada a proteção ambiental. Também poderá permutar suas áreas naturais por dívidas com o poder público. O esforço de preservar as áreas naturais deixa, assim, de ser um ônus para seu proprietário e passa a ser um bônus.

## 18. Povo do Aventureiro

O Povo do Aventureiro é uma comunidade de caiçaras que vive há cerca de 200 anos na Praia do Aventureiro, em plena Reserva Biológica da Praia do Sul, no lado oceânico da Ilha Grande, em Angra dos Reis, no litoral do Estado do Rio de Janeiro, uma região de grande beleza natural, que reúne, em cerca de 3.600 hectares, diversos ecossistemas em excelente estado de preservação. Conhecer sobre o Povo do Aventureiro é aprender um pouco sobre a cultura caiçara, traço comum que une centenas de comunidades hoje marginalizadas e entregues à própria sorte. E mais. É também conhecer sobre os ecossistemas que habitam, verdadeiros paraísos de beleza natural. Seria como viver num paraíso, não fossem os inúmeros problemas que ameaçam os caiçaras do Aventureiro.

Vivendo quase sempre isolados, em regiões de praias, florestas, lagoas, rios cristalinos, sem infra-estrutura ou instrumentos de trabalho sofisticados, os caiçaras tiveram de se adaptar ao meio ambiente ao longo de sucessivas gerações. Dessa adaptação resultou um conjunto de saberes e um jeito próprio de lidar com os recursos naturais que tem garantido a sua preservação. A relação preservacionista que mantêm com a natureza não vem de nenhuma consciência ecológica tradicional, mas é uma exigência de preservação da própria subsistência da comunidade. Sem luz elétrica, não há geladeiras e portanto, não há como fazer estoque de alimentos. A natureza é a sua 'geladeira'. Quanto mais preservada estiver, maior a garantia de alimentos no futuro.

Sua cultura caracteriza-se pela tradição e é transmitida pela prática cotidiana e pela oralidade, através dos rituais de festas religiosas, longas 'prosas', canções e cirandas. Assim vão perpetuando o conhecimento sobre técnicas de pesca, caça e agricultura, qual a melhor época de extrair os recursos naturais, como construir moradias e embarcações, o que se pode ou não comer, qual a melhor maneira de consumir os alimentos, que erva cura e qual mata, etc. Junto a esse conhecimento sobre o dia-a-dia, também são transmitidos valores morais, religiosos, estéticos, saberes que compõem a Cultura Caiçara.

A Reserva Biológica da Praia do Sul, no lado oceânico da Ilha Grande, no litoral do Estado do Rio de Janeiro - Brasil, parece um pedaço do paraíso. Num trecho relativamente pequeno, cerca de 3.600 hectares, reúne-se o que há de melhor, mais especial e preservado de cinco ecossistemas diferentes: mata atlântica, restinga, manguezal, lagoas e litoral

rochoso, onde se destacam duas lagoas de águas limpas e rios, como o Capivari, que possui grau zero de poluição, desde a nascente até a foz, um caso cada vez mais raro hoje em dia.

Não é só a riqueza natural do lugar que impressiona, mas também a importância histórica da Reserva. Ali encontram-se sítios arqueológicos com mais de 3.000 anos, com sambaquis e oficinas líticas, onde os índios pré-históricos preparavam suas lanças e ferramentas de caça e pesca. Curioso foi os arqueólogos terem desenterrado um esqueleto pré-histórico, de um indivíduo masculino, que possuía um metro e oitenta de altura, o que contraria a tese de que os índios eram baixinhos.

O Povo do Aventureiro já chegou a ter 150 famílias, hoje reduzida para menos de 50, devido, em parte, às restrições determinadas pela legislação ambiental que criou a Reserva Biológica da Praia do Sul, categoria mais restritiva de unidade de conservação existente na legislação brasileira, onde nem mesmo pesquisadores podem entrar sem permissão especial, que dirá servir de moradia a pescadores e agricultores, como os caiçaras. As leis ambientais brasileiras são relativamente recentes, e ainda estão em processo de amadurecimento. São leis restritivas, mais voltadas para a preservação da fauna e da flora. Hoje, a consciência ambiental já avançou a ponto de considerar o ser humano também como parte do ecossistema. Se antes a presença humana na natureza era vista unicamente como fator de agressão ambiental, hoje essa presença pode significar fator de preservação, como o caso dos caiçaras. É apenas questão de tempo para que a legislação venha a incorporar definitivamente essa mudança de conceito. Chico Mendes contribuiu bastante para acelerar tal processo. Sua luta deu origem a primeira unidade de conservação, as Reservas Extrativistas, criada para a preservação do ser humano não-indígena. No Estado do Rio de Janeiro, a Lei 2.393 (20/04/95) garante os direitos dos povos tradicionais viverem nas unidades de conservação do Estado, desde que já residam no local há mais de 50 anos e mantenham relação de preservação com o ecossistema. Já é um bom começo. Esta lei foi escrita pelo autor e apresentada pelo Deputado Estadual Carlos Minc (PT/RJ).

Antes da criação da Reserva, os caiçaras do Aventureiro pescavam nas lagoas, sempre que o mar ‘engrossava’ e impedia a saída dos barcos, o que invariavelmente acontece e chega a durar, às vezes, meses. Era nas lagoas que eles se ‘safavam’, segundo suas próprias palavras. Hoje, essa pesca é proibida, assim como a caça de subsistência e mesmo o desmatamento para plantio de roça. Não se trata de um desmatamento em grande



escala, mas pequenos cortes e queimadas no meio da floresta que, após a colheita de três ou quatro safras é abandonada, permitindo a recuperação total da floresta. Pesquisas científicas realizadas no local comprovaram que a técnica de ‘agricultura de toco’, ou coivara, não só não destrói a floresta como contribui para o aumento da biodiversidade. Em locais que se imaginava ser de mata primária, os pesquisadores encontraram no subsolo uma camada homogênea de dez centímetros de carvão, o que demonstrou que a área já havia sido uma antiga roça caiçara.

Outro fator que tem ameaçado a cultura caiçara no Aventureiro é o verdadeira invasão de pessoas de fora da comunidade, com cultura e hábitos diferentes, nas épocas de feriados prolongados, como carnaval, por exemplo. Embora proibido pela legislação ambiental, os freqüentadores sempre encontram um jeito de acampar nos quintais ou se abrigarem nas próprias casas dos pescadores. O Poder Público não dispõe de recursos para impedir a ‘invasão’. A questão é sobretudo conceitual. À luz da legislação ambiental, esses invadores são tão ilegais quanto os próprios caiçaras, o que gera uma cumplicidade entre eles absolutamente falsa e ilusória. Os caiçaras são atraídos pela fonte extra de renda e inventam desculpas para justificar a presença, como se fossem parentes distantes em visita à comunidade. Por ser proibido, essa ocupação não é planejada, como uma atividade tradicional de turismo. Não há banheiros públicos ou locais para lixo e o tipo de pessoa atraída para tais condições de precariedade e ilegalidade não são exatamente aquelas mais acostumadas a respeitar limites e obedecer regras. São comuns entre os caiçaras histórias de turistas tomando banho nus, fumando maconha ou usando outros tipos de drogas, fazendo sexo ao ar livre, etc. Em épocas, como carnaval, por exemplo, já se chegou a contar mais de 1.000 pessoas no Aventureiro, um impacto relevante para uma comunidade que não ultrapassa 150 pessoas.

Esse impacto também se dá sobre os recursos naturais, já que é preciso alimentar uma população adicional muito superior à usual, forçando os caiçaras a pescarem além do normal e a lançarem mão de seus estoques agrícolas, obrigando-os, mais tarde, a terem de comprar o que antes tinham no fundo do quintal, isso sem falar nas verdadeiras montanhas de lixo, deixadas para trás. O impacto sobre os jovens caiçaras também é considerável, já que se recusam a aceitar a própria cultura, envergonham-se de serem caiçaras, como se

fosse sinônimo de atraso, o que provoca uma pressão extra sobre os recursos naturais, já que tendem a acumular estoques para atingir o mesmo poder de consumo que os ‘turistas’.

## **19. Caça Ecológica – Aberração Ética**

O principal argumento usado pelos caçadores, auto-intitulados ecológicos, para matar suas presas é a necessidade de evitar a superpopulação de uma determinada espécie – naturalmente a que vai ser caçada. Trata-se de um sofisma, baseado numa meia verdade, É verdade que há necessidade de se manter o controle das espécies silvestres. A superpopulação provoca falta de alimentos, doenças, desequilíbrios ecológicos ou podem prejudicar não apenas um grupo ou outro de indivíduos, mas todas a espécie. Entretanto não é verdade que a melhor forma de se efetuar esse controle populacional seja através da caça.

O equilíbrio ecológico numa cadeia alimentar acontece naturalmente, primeiro, se houver vegetais, gramínias e plantas em abundância, suficiente para alimentar os seres primários, ou vegetarianos. Estes seres, como cavalos, cervos, coelhos etc., fazem as funções de agricultores e jardineiros, mantendo os vegetais sempre produtivos.

Os seres vegetais, por sua vez, podem aumentar muito de número consumirem toda a vegetação, o que provocaria a morte de todas por falta de alimentos. A natureza, então, estabeleceu seu próprio esquema de controle. Para isso existem os animais carnívoros. Eles mantêm as populações de seres vegetarianos sempre num determinado equilíbrio. Exemplo desses carnívoros são a onça, a águia, cobras etc. Uma característica importante desse equilíbrio natural é que o número de indivíduos é proporcional entre si, ou seja, existe muito mais vegetais que animais vegetarianos, e muito mais animais vegetarianos que animais carnívoros, formando um tipo de pirâmide alimentar. Isso quer dizer que, ao avistarmos uma onça num determinado ecossistema, significa que naquele lugar existem muitos animais vegetarianos e muitas plantas. A onça na verdade, não é um ser isolado dentro daquele contexto, mas uma componente de uma estrutura só, formada por plantas, bichos vegetarianos, bichos carnívoros. Quando os fazendeiros queimam as florestas para plantar pastos para o gado, automaticamente destróem as possibilidades de alimentos para a onça. Com fome, este animal invadirá as fazendas.

A forma de se evitar o desequilíbrio é assegurar a existência de ecossistemas do tamanho necessário para suportar a existência dos animais silvestres. Essa é a primeira providência se alguém quiser mesmo manter os controles populacionais dos animais naturais de uma determinada região onde esteja havendo superpopulação.

A caça, chamada “ecológica” ou esportiva, não passa de mais de um abuso de nossa espécie com as outras do planeta. Um verdadeiro crime, no caso muito mais grave que o cometido por caçadores que fazem isso para comer ou explorar comercialmente. Matar por esporte, primeiramente, não é esporte, é selvajaria mesmo. Sadismo, para ser mais preciso. O conflito que se estabelece não é entre caçadores e ecologistas, mas entre seres humanos desprovidos de qualquer ética ou sensibilidade com os outros seres do planeta, como se fossem senhores absolutos da vida, e nós seres humanos normais. Não se trata, portanto, de uma afronta apenas aos seres ditos “inferiores”, mas à própria espécie humana, envergonhando-nos e colocando-nos numa situação de inferioridade ética e moral muito abaixo de qualquer outro ser vivo do planeta.

Felizmente, ainda há tempo. Os caçadores podem constituir-se em aliados importantes, caso pretendam mesmo auxiliar os ecologistas a controlar as superpopulações e contribuir na recuperação do equilíbrio ecológico. Em vez de armas de fogo, deveriam usar máquinas fotográficas, elaborar mapas minuciosas sobre a ocorrência e número de animais, a fim de se estabelecer um plano de manejo do ecossistema, onde haja o mínimo possível da interferência humana, o suficiente da interferência humana, o suficiente para se restabelecer o equilíbrio natural. Do ponto de vista esportivo, vencedor seria aquele que conseguisse identificar a melhor presa, fotografá-la, mapear sua posição fazer um diagnóstico das condições de sobrevivência e situação do seu ecossistema, sem tocar na presa, e sem ser notado por ela. E mais. Depois de tomada as medidas de manejo e reequilíbrio natural, voltar, o mesmo local e fotografar novamente a presa. De campeões da morte, estas pessoas se tornariam campeões da vida.

## **20. O Nuclear de Joelhos**

O Japão vasa radioatividade, esconde da população e pede perdão de joelhos. E se fosse no Brasil? Como as autoridades reagiriam na comunicação do acidente? E os

hospitais, estariam preparados para atender aos acidentados ou para fazer exames de radioatividade?

Nos anos 50, a população de Tokaimura, cidade Japonesa onde ocorreu um grave acidente nuclear, envolvendo o setor de reprocessamento de urânio, no último dia 30 de setembro, chegou a pensar que tinha sorte de ser a sede da indústria nuclear do Japão. Quase meio século depois, porém, as pessoas perceberam o custo que tiveram que pagar por isso. Hoje, a população de Tokaimura faz filas nos hospitais para se submeterem a testes de radiação. A população está furiosa com o fato das autoridades terem demorado para dar o alarme. "O acidente aconteceu do lado da casa das pessoas e, mesmo assim, demorou muito até que medidas de emergências fossem tomadas", informou o morador Tomi Oshiro. A população acredita que o Governo minimizou o perigo para não causar pânico, segundo noticiou o Jornal O Globo de 03/09/99. Os técnicos japoneses foram a público e se ajoelharam, literalmente, diante de uma população atônita e pediram perdão pelos erros cometidos, conforme mostrou a reportagem da TV Record.

E no Brasil? Existem complexos nucleares não só em Angra dos Reis, mas em Resende, também no Rio de Janeiro, e ainda em São Paulo (Aramar), Minas Gerais (Poços de Caldas), Bahia (Caitité), Ceará (Itataia). Existem ainda mais de 2.500 fontes radioativas usadas em equipamentos de uso medicinal, como o que provocou o acidente de Goiânia, espalhadas em todo o território nacional, milhares de aparelhos de uso industrial para medição de soldas, fontes radioativas no gás e petróleo extraído no Brasil (muito pouca gente sabe disso), etc. O acidente do Japão não poderia ocorrer no Brasil, já que aqui os 'containers' possuem uma dimensão geométrica que impedem serem carregados com urânio além da quantidade que ameacem a segurança. Mas imaginemos um outro caso de um hipotético mas não improvável acidente grave. Estarão os hospitais preparados para atender a população vítima de radiação, ou mesmo para atender aqueles que precisam fazer exames para saber se foram contaminados? A resposta todos já sabemos, é negativa. Seria um desastre como, aliás, já foi em Goiânia. Não só os profissionais médicos estão despreparados tecnicamente, como os hospitais não dispõem dos meios para realizar os testes de radioatividade e atender acidentados e muito menos as prefeituras e Defesas Civil estão preparadas para agir em casos como estes. O Brasil sequer tem uma lei que trate adequadamente dos resíduos radioativos!

E apesar disso, estamos assistindo Angra II em processo de licenciamento para operar a partir do ano que vem e Angra III a caminho, onde já se gastaram 1,4 bilhões de dólares e ainda faltam 1,7 bilhões para concluir. E ainda tem a usina de enriquecimento de urânio de Aramar que está sendo transferida para Resende. Estarão incluídos nestes custos os gastos com equipamento e capacitação de médicos, hospitais, Defesa Civil, melhoria de infra-estruturas de transporte e para informar adequadamente e evacuar a população o caso de acidentes? A resposta também é negativa. Durante o VII CGEN (Congresso Geral de Energia Nuclear), ocorrido em Belo Horizonte, de 1 a 3 de setembro, o Prefeito de Angra dos Reis, Castilho, cobrou duramente das autoridades nucleares maiores investimentos no social e na reforma e manutenção da Rio-Santos, principal rota de fuga no caso de um acidente nuclear.

E a política de comunicação do Governo diante de crise e acidentes nucleares? Nascido no berço da ditadura militar como um dos setores estratégicos de segurança nacional, e com claras intenções bélicas e armamentistas (quem não lembra da pá de cal que o então Presidente Collor jogou no poço de testes de uma futura bomba nuclear brasileira?), a cultura do setor ainda parece mais voltada para 'cautela para não evitar pânico', que é o outro nome do 'nada a declarar', que para políticas pró-ativas de comunicação, como exige uma sociedade democrática. A quem cabe informar à população no caso de acidente nuclear? Aos próprios técnicos e autoridades do setor. Até que eles decidam entre o que é 'incidente' e 'acidente', quem sabe o que pode acontecer? Para o Greenpeace, o acidente no Japão é mais um indicador de que a recente decisão do governo brasileiro de concluir as obras de Angra II é um erro. A entidade ambientalista lembra que esta é uma tecnologia cara e perigosa e um acidente nuclear teria conseqüências desastrosas para o meio ambiente e para a população. "Não adianta dizer que os padrões de segurança estão sendo cumpridos, porque falhas humanas acontecem", diz Ruy de Goes da Campanha de Energia Nuclear do Greenpeace Brasil.

Sem dúvida que os ecologistas são sensíveis à necessidade de produção de energia para se garantir o crescimento econômico (leia-se geração de empregos e renda) e a qualidade de vida da população. É preciso que o país invista em novas fontes de energia para evitarmos o que ocorreu em 11 de março deste ano, quando as Regiões Sul, Sudeste e parte da Centro Oeste do país foram vítimas do maior blecaute ocorrido no Brasil.

Entretanto, fico imaginando se, em vez de investir 3,1 bilhões de dólares (mais de 6 bilhões de reais) para fazer mais uma usina nuclear, o Brasil estivesse investindo em pesquisa e implantação de usinas de energia eólica, solar e de biomassa, num país de ventos constantes e fortes como no Ceará (Fortaleza), Rio grande do Sul (ao longo do litoral junto à Lagoa dos Patos) e Rio de Janeiro (região de Cabo Frio), de sol o ano todo e com uma produção de biomassa seis vezes maior que os países do chamado Primeiro Mundo. Diante de um quadro como este, investir em mais e mais hidrelétricas, em usinas a gás que aumentam o efeito estufa e em energia nuclear, a mim me parece no mínimo um contrasenso e um desperdício. Entretanto, tenho consciência que minhas 'certezas anti-nucleares' são apenas tese, que ainda não foram debatidas com a sociedade como deveria. Por isso, acho que a decisão sobre Angra III deveria ser referendada num plebiscito nacional, pois além de ecologista, considero-me sobretudo um democrata.

## **Parte 2**

# **De Olho na Imprensa**

**(entra foto do autor)**

## Parte 3

# Alguns Comentários

### 1. AGIRAZUL

Vilmar: Parabéns pelo prêmio!! O conjunto do teu trabalho merece a indicação e o recebimento do prêmio (que certamente vai ajudar na manutenção das iniciativas em andamento!). Saudacoes, João Batista Santafé Aguiar, Jornalista - Editor do AgirAzul e AgirAzul na Rede - Pangea Associação Ambientalista - Caixa Postal 1222 - 90001-970 Porto Alegre, RS Brasil Fone/Fax 051 241-2904 e-mail: [agirazul@pobox.com](mailto:agirazul@pobox.com) web: [www.agirazul.com.br](http://www.agirazul.com.br)

### 2. ALEXANDRE NOGUEIRA

Vilmar, foi com grande alegria que soube, ontem, da sua escolha para o Global 500, sem dúvida o maior reconhecimento internacional para os que atuam defendendo as causas do meio ambiente. Sem dúvida a escolha foi merecida. Seu trabalho didático, pioneiro e de excepcional qualidade e atualidade a frente do Jornal do Meio Ambiente, e as suas idéias mais do que atuais sobre como devemos atuar no desenvolvimento sustentável foram agora reconhecidos, e como!. Nada mais justo. Um forte abraço do Alexandre (Assessoria de Segurança e Meio Ambiente da INB)

### 3. ARTHUR SOFFIATI - ECOLOGISTA E PROFESSOR

Meu caro Vilmar, todos nós, que lutamos com seriedade em defesa do meio ambiente, pela construção de um mundo mais justo, mais livre, mais limpo, mais belo e no qual se estabeleçam relações sadias entre a natureza humana e a natureza não-humana, sentimo-nos premiados com o seu merecidíssimo **Global 500**. Com seu costumeiro ar de paciência, você percorre todo o Estado do Rio de Janeiro, vai a todo recanto, está atento a tudo, aguça o olhar para todos os problemas a serem resolvidos, ao mesmo tempo não centralizando tudo em suas mãos. Bem ao contrário, você tem a incrível capacidade de reconhecer quem é quem em cada lugar, estimulando os que já lutam há muito tempo, quer esmoreçam quer não, e os novos talentos. Você é, sozinho, uma verdadeira rede, recebendo e distribuindo,



atento a manguezais, lagoas, restingas, florestas (a Mata do Carvão e o Parque do Desengano mandam felicitações), rios, animais, gente sofrida, trabalhadores e tantos mais que tecem e teia do mundo. Não posso me sentir ausente da homenagem que você receberá, muito menos me conformaria em não contribuir com meu depoimento. Que você tenha sempre muita disposição para inserir as lagoas fluminenses na Convenção Ramsar, para conseguir a proteção efetiva dos manguezais, para tirar do papel nossas unidades de proteção ambiental e para criar outras. Se o **Global 500** saiu para você, saiu para todos nós. Parabéns. - **Arthur Soffiati, ecologista e professor** - soffiati@folha.censa.com.br

#### **4. AROLDO PARAGUASSU**

Mais que um orgulho fazer parte desse grupo que acredita que tudo pode ser melhor é perceber o quanto ele cresce dia-a-dia. Gente como o VILMAR BERNA fazem a diferença quando se precisa de exemplos de que estamos no caminho certo. O reconhecimento merecido pelo seu esforço vai ser sempre uma bandeira a mais a levantar na hora de contagiar outros brasileiros. **Aroldo Paraguassú** - SDS da Tribo (aparaguassu@vouga.com.br)

#### **5. ASPOAN (ASSOCIAÇÃO POTIGUAR AMIGOS DA NATUREZA)**

Prezado Vilmar Berna, parabéns pelo importante prêmio Global 500. Temos a certeza de que o merecido reconhecimento internacional do seu trabalho servirá de exemplo para o fortalecimento do ambientalismo brasileiro. Os integrantes da Associação Potiguar Amigos da Natureza também sentem-se honrados, uma vez que periodicamente orientam-se pelas informações divulgadas no Jornal do Meio Ambiente. Um abraço, SOLON FAGUNDES  
Presidente solonfagundes@iname.com

#### **6. ASSOCIAÇÃO MICO-LEÃO-DOURADO**

Querido Vilmar, fiquei muito feliz que você tenha sido outorgado com o Global 500, parabéns mesmo. Vejo agora suas iniciativas em Tóquio: de novo parabéns, principalmente pelas baleias!!!! O governo brasileiro deveria te premiar pelo tanto que você facilitou o trabalho deles!!!! De novo congratulações e te ajudaremos a carregar a

responsabilidade que significa um Global 500!!!! Abraços, Denise Marçal Rambaldi  
rambaldi@ax.ibase.org.br)

## **7. BRAZILIAN RIGHT WHALE PROJECT/PROJETO BALEIA FRANCA - IWC/BRASIL**

Ilustre Vilmar, muchísimas gracias pela força no tocante às baleias; certamente o teu agito será mais um importante ponto de apoio ara as pressões que estamos tentando aplicar nos japoneses & cia. Grande abraço e mais uma vez parabéns pelo merecido reconhecimento ao teu trabalho, José Truda Palazzo, Jr., President Brazilian Right Whale Project/Projeto Baleia Franca - IWC/BRASIL PO Box 5087, 88040-970 Florianópolis - SC - BRASIL <http://www.via-rs.com.br/iwcb>  
Brazilian\_wildlife@zaz.com.br

## **8. CARLOS FREDERICO B. LOUREIRO**

PARABÉNS, COMPANHEIRO VILMAR! Qual o significado de um prêmio como o Global 500 da ONU para quem milita na área ambiental? Há, indiscutivelmente, dois sentidos principais. Um primeiro refere-se ao estímulo pessoal que é receber um prêmio oferecido por uma entidade que tem seu valor institucional reconhecido pelos diversos segmentos sociais (em maior ou menor escala), e que em seu ritual de escolha, simbolicamente põe em evidência o mérito e a qualidade da prática e das atividades de uma liderança. Isso, independente de ser um prêmio nacional ou internacional, muito ou pouco comentado ou divulgado. No caso do Global 500 a satisfação individual é plena, pela importância deste em âmbito mundial e por sua respeitabilidade, seja junto aos governos ou às organizações da sociedade civil.

O outro sentido que vejo é o mais relevante. Um prêmio só tem significado social quando seus objetivos estão voltados para a promoção de iniciativas individuais ou coletivas que ajudem na melhoria da qualidade das relações existentes na sociedade, indo além de homenagens pontuais à vaidade de alguns poucos “escolhidos” e do cumprimento a formalidades oficiais. O Global 500, dentre outros da mesma linha, é um estímulo efetivo para uma prática cidadã e comprometida com a construção de uma sociedade sustentável.

Vilmar, a sua escolha foi muito justa. Você representa um grupo de ambientalistas que não desiste de lutar pelos ideais do movimento, por um cidadão emancipado que possa definir a qualidade da vida cotidiana, pela associação da justiça ecológica com a social e por uma ação militante que articule competentemente a dimensão da denúncia, da pressão e do confronto político com a realização das parcerias para a viabilização de necessárias melhorias imediatas.

Em um contexto de retração da vida coletiva, de ênfase no pragmatismo acríptico e de individualismo exacerbado, a entrega de prêmios como o Global 500 a pessoas que não param de sonhar e que têm a certeza de que há uma alternativa histórica para a sociedade, é um alento, um vigoroso “recarregador” das energias utópicas, solidárias e justas do ambientalismo, em sua vertente mais crítica e emancipatória, pautada em uma nova ética na relação Sociedade-Natureza.

Parabéns a quem é parte constituinte da história viva do movimento ambientalista no Brasil! - **Prof. Carlos Frederico B. Loureiro** - Professor da Faculdade de Educação da UFRJ - Coordenador do Curso de Pedagogia da FE/UFRJ - Sub-Coordenador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental – FE/UFRJ - Militante ambientalista

## 9. CLOVIS BENVENUTO

Caro Vilmar, parabéns mais uma vez. É importante ter um brasileiro laureado. Somos muito mal considerados pelo primeiro mundo, mas de vez em quando escapa...tem de reconhecer...tem de compor... Considero que as bandeiras levantadas e defendidas contribuirão para a melhoria de vida do planeta. No meu canto, continuo com meu trabalho árduo, tentando ordenar os nossos "restos" . São muitos. Sei que o trabalho é imenso, porém conto com o apoio de ambientalistas como você, que preocupado com o "nós" sabe que a solução é global. Meu trabalho em geral é em prol da saúde pública e do meio ambiente, porém estou preocupado. Aquela baleia caçada também sucumbirá, inclusive de maneira menos útil, se envenenada por contaminantes não controlados e tratados. Hoje, matar uma baleia considero um sacrilégio, porém deixa-la morrer por quebra de sua cadeia alimentar ou por envenenamento é muito pior. Pense nisso. A

poluição drástica das águas, do mar, talvez chegue mais rápido, que a mudança de mentalidade dos povos considerados selvagens por sobreviverem da caça. É o outro lado da questão. Precisamos pensar o planeta, propondo um novo meio de vida. Será que dá? Um grande abraço Clóvis (benvenut@teknobank.com.br)

## 10. COMPANHEIROS DAS AMERICAS

Caro Vilmar, prêmio mais do que merecido. Abraço, **Ronald Hees** - Companheiros das Americas, Est. do Rio/Maryland - hees@urbi.com.br

## 11. CONSERVATION INTERNATIONAL

Querido Vilmar, parabéns pelo Premio "Global 500"! De fato, o mais importante é que você agora tem mais responsabilidade, com um pouquinho mais de autoridade, para que suas palavras possam ser ainda mais lidas e ouvidas. Abraços, Haroldo Castro (h.castro@conservation.org)

## 12. ECOA

Prezado Vilmar, Parabéns pelo prêmio. Alcides Faria *ECOLOGIA EM NOTÍCIAS* - Campo Grande/MS - E-mail: ecoa@msinternet.com.br

## 13. ECOBRASIL

Prezado Vilmar, mais do que merecido depois de todos estes seus anos de batalha. PARABENS !!!! Vamos colocar mensagem em nosso Website. **Roberto Mourão** - ECOBRASIL Associação Brasileira de Ecoturismo - Rua Visconde de Pirajá 605 Compl. 608 - 22410-003 Rio de Janeiro, RJ - Tel.: 021 512-4187 Fax: 021 512-7002 - E-mail: roberto@ecobrasil.org.br - Website: www.ecobrasil.org.br - EcoNews: econews@ecobrasil.org.br

## 14. ECOPRESS

Vilmar. Parabéns pelo Global 500. Você merece!!! Acredito que prestigiar um profissional e idealista que milita na área utilizando para isto os meios de comunicação e fazendo deles seus aliados para a difusão de uma cultura em prol da vida tem que ser valorizado e preservado a todo o custo. Pessoas como você são um estímulo e um exemplo de esperança

de que é sempre momento de lutar por algo melhor. Abraços - **Sandra Sinicco** – Ecopress - sandra@informare.com.br - 011 258 0077 Fax 256 5600 - Rua Itápolis, 1480 – Pacaembu - São Paulo/SP/Brazil - www.informare.com.br

Parabéns Vilmar !! Sua premiação reconhece o persistente trabalho de alguém que de fato se preocupa com o meio ambiente, e que não é ou tenta ser a "estrela da vez"! É uma honra para todos nós, ambientalistas que trabalham a sério, o seu prêmio. Abraço,  
**Aron Belinky - ECOPRESS**

### **15. EDUARDO VIOLA - PROFESSOR**

Caro Vilmar, parabéns pelo seu muito merecido Global 500!! A qualidade e dinamismo do jornal que você construiu são notáveis. Forte abraço, **Eduardo Viola** - Department of International Relations and Center for Sustainable Development University of Brasilia - C.P. 04359 - Brasilia, DF 70910-970 – BRAZIL- Phone: 55-61-3442669 - Fax: 55-61-3445684 - E-mail: [eduviola@linkexpress.com.br](mailto:eduviola@linkexpress.com.br)

### **16. EMBAIXADA DOS EUA NO BRASIL**

Prezado Vilmar Berna, juntamos nossa voz à da comunidade ambientalista do Estado do Rio de Janeiro, e o parabenizamos pelo prêmio recebido por você. O significado desse prêmio, a dimensão exata de seu merecimento, suas qualidades e realizações alcançadas nessa área. Continue na Luta. O objetivo, nobre e serve ao engrandecimento do nosso planeta e de cada um de nós, no presente e para o futuro. Atenciosamente, Paul Kozelka e Magali Bastos ([mrbrio@usia.gov](mailto:mrbrio@usia.gov))

### **17. ESCRITÓRIO BAHÁ'Í DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (EMAD)**

Vilmar, o Escritório Bahá'í de Meio Ambiente – EMAD vem por meio desta parabenizá-lo pelo recebimento do Prêmio Global 500 das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Sem dúvida, com este Prêmio, mais uma vez o nosso país é colocado em destaque junto as outras tantas iniciativas importantes na área ambiental ao redor do mundo, abrindo novas e desafiadoras oportunidades para que todos nós possamos, juntos, trabalharmos para o

melhoramento das condições de vida do nosso planeta. Atenciosamente, Ava Araujo -  
Secretária Executiva - emad@brnet.com.br

## **18. FALA BICHO**

Quando li, hoje, na Coluna do Boechat do jornal O Globo que o meu querido amigo havia recebido um prêmio da ONU por seu trabalho junto ao Meio Ambiente, fiquei imensamente emocionada. Todos, que militam na área, o conhecem por sua competência em dirigir as causas que abraça em defesa dos nossos ecossistemas. Particularmente, tenho um algo mais a falar. Por ser Presidente de uma ONG direcionada somente a causa da fauna, sempre tive em voce, Vilmar, um aliado e um cúmplice no combate aos crimes contra nossos animais.

Você nunca se importou se a causa era da ararinha azul, de um cachorro, de cavalos, de tartaruga marinha ou outro animal qualquer, como manda a nossa Lei de Crimes Ambientais. O seu exemplo deverá servir para certos ambientalistas das áreas governamentais que, com possibilidade de modificar tantas situações, se omitem e só querem saber dos “animais silvestres” como se, somente eles, fizessem parte da fauna. Este motivo me emociona muito e é, com um prazer enorme, que faço coro dos aplausos ao seu trabalho. Amigo, você merece e quando estiver lá no Japão, recebendo este reconhecimento, tenha certeza que estaremos daqui lhe desejando todo sucesso do mundo. -

**Sheila Moura** - Presidente da Sociedade Educacional “Fala Bicho” sheilamoura@airnet.com.br

## **19. FUNDAÇÃO ÁGUA VIVA**

Meu caro Vilmar, fiquei muito contente em saber que você foi agraciado com o Prêmio Global 500. No imenso mar de notícias que mais incitariam ao desânimo do que à esperança, saber que um lutador como você recebe um destaque dessa importância, traz alegria e vontade de continuar nesta briga desesperada por um mundo menos imundo.

Lembro-me dos primeiros contatos que tivemos e de sua intenção utópica de fazer, do **Jornal do Meio Ambiente**, um periódico que atendesse a todo o Brasil; um veículo da causa ambiental que não fosse bairrista, mesmo que o bairro puramente carioca deste Brasil, já seja um mundo em si; sua vontade de, ao mesmo tempo, divulgar notícias e federar esforços, favorecer contatos, provocar intercâmbios. Pois a u-topia (na etimologia: sem lugar) , com o trabalho de equipe que você soube coordenar, desceu do espaço

indeterminado que está acima das nuvens do sonho, para todos os recantos concretos onde se deve enfrentar problemas ambientais. Afinal, já faz tempo que, mensalmente, recebo um pacote de exemplares do **Jornal**, para distribuir aos companheiros catarinenses; e que constato, mês após mês, que o conteúdo e a apresentação da publicação estão melhorando. Claro que não posso dizer (mas outros dirão) os detalhes do seu combate diário pela causa ambiental, já que a distância não deixa enxergar os pormenores, por mais que estejamos ombro a ombro, com tantos outros, a perseguirmos os mesmos objetivos.

Meus parabéns para Você e toda a equipe, com grande destaque para Sueli, e um abraço Verde-maduro do **Christian** - Christian Guy Caubet - Fundação Água Viva (Florianópolis, SC) - Ex-Representante Titular das ONG's da Região Sul no CONAMA(96-98) - Atual Representante Suplente das ONG's no Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (98-00)

## **20. FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO**

Vilmar, Parabéns! Receba o abraço do pessoal da Fundação O Boticário. Milano  
MiguelM@Boticario.com.br

## **21. FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA**

Vilmar, em nome da Fundação Vitória Amazônica e em meu próprio, gostaria de parabenizá-lo não só pelo prêmio mas principalmente pelo uso que dele está fazendo. Como outros antes de você (só para citar uma - Mary Allegretti) você não esqueceu que a luta é coletiva e aproveitou a oportunidade para lutar ainda mais por nossos ideais. Um abraço e continue - Muriel Saragoussi - Fundação Vitória Amazônica (fva@internext.com.br)

## **22. FUNDACION ECOLOGICA UNIVERSAL**

Parabens, Vilmar. Recibe desde Buenos Aires nuestras mas sinceras felicitaciones por el buen trabajo que estas desempeñando por el cuidado de nuestro medio ambiente.  
Cordialmente, Liliana Hisas - Fundacion Ecologica Universal - FEU Buenos Aires (1041) - Argentina

### **23. GAÚCHA ECOLOGIA**

Eta gaúcho que deu bom esse... Coisa de loco TCHE!!!! Vilmar, parabens pelo GLOBAL 500. E's o primeiro jornalista brasileiro a receber o premio! Ja estas na obrigacao de uma entrevista para o Gaucha Ecologia. Grande abraco, **Roberto Villar**

### **24. GERT R FISCHER**

Posso chama-lo de colega global 500, agora. Meus cumprimentos. Entre os globais 500 brasileiros, o primeiro foi Chico Mendes em 1988, em 1989 foi o Gert R Fischer, em seguida por minha indicação foram laureados Minc, Raulino Reitz, Roberto klein. Também o cacique Paiakan é G-500. Meus cumprimentos. Não espere muito com o recebimento dessa láurea. Para mim trouxe mais problemas que alegrias. O Chico foi morto fisicamente, mas outros colegas laureados foram mortos de outra forma: não mais lhes permitindo participar economicamente do sistema perverso que reina em algumas aldeias brasileiras, e desta forma, também foram matados. **GERT**

### **25. GREENPEACE**

Grande Vilmar, gostaria de te dar os parabens pelo premio. Voce merece porque tem feito um trabalho serio e constante em favor do entendimento das causas ambientais por uma parcela cada vez maior da sociedade. Nos do Greenpeace estamos felizes por voce! Um abraço, Renato Guimaraes - Gerente de Comunicação/Communications Manager - Greenpeace Brasil - Rua dos Pinheiros, 240 - Cj. 12/32 – Pinheiros 05422-000 - São Paulo/SP - Tel: (+5511) 3069-8562 - Celular/Mobile: (+5511) 9900-7796 - Fax: (+5511) 282-5500

Parabéns, Vilmar, pelo prêmio. Audiência com o Imperador??? Voce tá impossível. Um abraço, Paulo Adario - International Amazon Campaigner - Greenpeace - Manaus Tel (092) 642-8867 paulo.adario@dialb.greenpeace.org

### **26. GRUPO BRASIL DE TODAS AS CORES**

Caros Membros do Grupo Brasil de Todas as Cores, Temos a grande alegria de contar, entre nossos membros, com o VILMAR BERNA, ambientalista do Rio de Janeiro, que



acaba de ganhar o Prêmio Global 500. É assim de forma silenciosa aos holofotes da grande mídia que brasileiros comuns como nós e especiais como o VILMAR estão fazendo acontecer as primeiras grandes ondas de transformação rumo à construção de uma sociedade com qualidade de vida digna para todos. Parabéns Brasil! Parabéns Vilmar! Parabéns gerações de amanhã! Márcio Bezerra - Grupo Brasil de Todas as Cores  
<http://www.geocities.com/Heartland/Valley/5990/brasil.html>

### **27. GUSTAVO SOUTO MAIOR - BRASÍLIA**

Prezado Vilmar, deixo registrado o meu parabéns pela sua indicação - muito justa, por sinal - para o Prêmio Global 500. Nessa nossa sociedade que tão pouca importância dá à questão ambiental, questão essa que é decisiva para o nosso futuro, é com grande satisfação e destaque que vemos a atuação de pessoas como você, que se dedica a uma causa tão nobre. Mais uma vez, parabéns! Um abraço, do Gustavo Souto Maior

### **28. INSTITUTO BAÍA DE GUANABARA**

Parabéns Vilmar Berna! Em nome do Instituto Baía de Guanabara quero parabeniza-lo pela conquista do Premio Global 500 da ONU. Um abraço - **Dora Negreiros** – Superintendente - Instituto Baía de Guanabara - Rua Maestro Felício Toledo 495 sla 1108 - Centro Niterói RJ CEP: 24030-102 - [guanabay@ax.apc.org.br](mailto:guanabay@ax.apc.org.br) - <http://www.ability.com.br/ibg>

### **29. INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O CIDADÃO**

Caro Vilmar, parabéns! Você merece! Um abraço, Ricardo Neves. [ricardoneves@itcd.com.br](mailto:ricardoneves@itcd.com.br)

### **30. JEAN-PIERRE LEROY**

Caro Vilmar, parabens. A sua incansável batalha pela informação que mantém viva a indignação e a esperança de um outro mundo, construção que começa bem aqui, na nossa casa. Um cordial abraço, Jean-Pierre Leroy ([jpierre@192.168.100.1](mailto:jpierre@192.168.100.1))

### **31. LIGA DE PREVENÇÃO DA CRUELDADE CONTRA O ANIMAL**

Prezado Vilmar, A Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal - MG parabeniza-o

pelo merecido prêmio Global 500. Abraço. Edna Cardozo Dias

### **32. LUISA FALKENBERG**

Prezado Vilmar, foi com a maior satisfação que recebi a notícia sobre a escolha de teu nome como homenageado com o Prêmio Global 500 da ONU para o Meio Ambiente. No meu entender ele significa o reconhecimento pelo teu trabalho sério, responsável e sempre presente nas questões ambientais. São pessoas como tu que fazem a real defesa do meio ambiente. Parabéns! Um grande abraço. - Luisa Falkenberg

### **33. MARI GEMA (CUIABÁ-MT)**

Que bom que existem pessoas como você! Você é um fator de disseminação de idéias, ideais e atitudes... Parabéns Grata pelo esforço e fé Uma abraço, Mari Gema (Cuiabá-MT) (sinplant@zaz.com.br)

### **34. MAURÍCIO ANDRÉS – ESCRITOR, EX-PRESIDENTE DA FEPAM**

Prezado Vilmar, parabens pelo merecido premio!! O trabalho pioneiro de disseminação da consciência ecológica desenvolvido pelo Jornal do Meio Ambiente vem colaborando para a transformação cultural, sem a qual as mudanças não tem consistência. A sua coragem para enfrentar riscos em prol da luta ecológica e o entusiasmo para levar adiante essa causa servem de referência para todos. O espaço aberto pelo Jornal do Meio Ambiente é um respiradouro no qual os ambientalistas brasileiros nos inspiramos. Que este reconhecimento seja para você fonte de energia para continuar sempre!!! Um grande abraço, **Maurício Andrés**

### **35. MOVIMENTO ARTICULADO DE MULHERES DA AMAZÔNIA**

Prezado Vilmar, queremos parabenizá-lo pelo prêmio Global 500 da ONU para o Meio Ambiente e agradecer o material gentilmente socializado por você. Um abraço amazônico. MAMA (Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia) - Concita Maia - Secretaria Executiva mama@mdnet.com.br>

### **36. OUVIDORIA AMBIENTAL - SP**

Caro Vilmar, fiquei muito contente com a notícia de que você havia ganhado o Prêmio Global 500 da ONU. Esse prêmio só é dado a pessoas realmente engajadas na questão ambiental e que a levam com seriedade e coerência. Junte-se agora a outras importantes personalidades que chegaram onde você chegou, como Fabio Feldmann e Davi Copenawa. Parabéns. Conte comigo quando precisar. Um forte abraço Hilário Baptista (hbaptista@uol.com.br) - Ouvidoria Ambiental - Secretaria de Estado do Meio Ambiente - São Paulo

### **37. PARABÓLICAS/INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL**

Olá Vilmar, parabéns pelo prêmio Global 500. É muito bom ver os amigos ter o trabalho reconhecido. Da equipe do Parabólicas, Maura e Marco maura@socioambiental.org Instituto Socioambiental

### **38. PARQUE NACIONAL DA TIJUCA**

Vilmar, meus parabéns pelo prêmio. Não sabia que você estaria no Japão, mas me sinto bem representada. Espero poder ajudá-lo e gostaria de obter sua ajuda para uma proposta de economia ambiental em UC's. Num futuro próximo, enviarei maiores detalhes. Um grande abraço da amiga, Sônia Peixoto (slpeixoto@uol.com.br)

### **39. PARTIDO VERDE**

Caro Vilmar Berna, tudo bem. Parabéns pelo prêmio Global 500. Você é o nosso novo Chico Mendes (claro que sem o final trágico). Um grande abraço, Rogerio Portanova - Secretário de Organização ([portanew@ccj.ufsc.br](mailto:portanew@ccj.ufsc.br))

### **40. PAULO BRAGA - LONDRES**

Grande Vilmar... Parabéns meu amigo... você merece o nobel da ecologia. Fico feliz em tê-lo como amigo e desfrutar suas inteligentes observações. - **Paulo Braga** - Oxford Forestry

Institute South Parks Roads Oxford – UK OX1 3RB

#### **41. PROMANEJO**

Prezado Vilmar, parabens pelo Premio recebido. E sempre bom saber que brasileiros estão recebendo homenagens, a nível mundial, que envolvem a proteção ambiental. - Antonio Carlos Hummel (hummel@amazonet.com.br) - Coordenador Técnico do ProManejo

#### **42. REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO**

Caro Vilmar, lhe escrevo para parabenizá-lo por este formidável prêmio que engrandece o nosso país. Suas mensagens são de enorme importância e sua audácia nos emociona pois é disto que precisamos: ação! Um super abraço, Paulo Diaz - paulodiaz@ax.apc.org > Home Page EALatina: <http://www.redetec.org.br/ealatina>

#### **43. REDE DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

Parabens pelo prêmio, precisamos em nosso país de mais pessoas que tenha o mesmo comportamento que tens. abraços, e aproveite esses momentos de sucesso absoluto. Parabens, Cristiano Cardoso Gomes - E-mail: [crisol@netpe.com.br](mailto:crisol@netpe.com.br) Agricultura Sustentável: [www.ufrpe.br/~agrisust](http://www.ufrpe.br/~agrisust)

#### **44. RENCTAS**

Parabéns!! Mais uma vitória para o Movimento Ambientalista. Você mereceu, é um dos grandes ambientalistas que conhecemos. Seu trabalho tem contribuído muito para as nossas conquistas. Valeu Vilmar!! receba as congratulações de todos da equipe da RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres - Denner Giovanini

#### **45. ROSE MARY - PANTANAL**

Parabens Vilmar, aqui no Pantanal estamos felizes por você ! - Rose Mary - Centro de Ação Ambiental do Pantanal ([camalote@pantanalnet.com.br](mailto:camalote@pantanalnet.com.br))

#### **46. ROTARY CLUB**

Até que enfim te reconheceram, pelo amplo trabalho que tem realizado. Nós da Holambra lhe desejamos boa viagem, e boa sorte. Abraço, Adolfo Lenzi Jr.

#### **47. SEBASTIÃO ALVES – ECOS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS**

Parabens Vilmar, ficamos muito feliz com sua conquista e queremos continuar incentivando para que outros possam seguir seu exemplo. É por uma dessas que a gente acredita valer a pena continuar lutando. Parabens meu grande amigo e sucesso. Verdes e floridas palmas para Voce e toda sua equipe. ECO`S Informações Ambientais - **Sebastião Francisco Alves** - E-mail: sfalves@tropical.com.br

#### **48. SEBRAE/RJ**

Caro Vilmar, sou de opinião que o prêmio é bem merecido, já que você é um dos melhores guerreiros ambientalistas que eu conheço. Parabéns pelo prêmio e pelo aproveitamento da oportunidade para criar melhores condições de segurança para as nossas baleias. Um abraço do Mario Margutti (Margutti@sebraerj.com.br)

#### **49. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE NITERÓI**

Vilmar 500 ou Vilmar Global, os que conhecem você de verdade sabem que é mais do que justa esta escolha. Os que conhecem você superficialmente, também sabem disso. Os que conhecem você vagamente, também. Os que quase não o conhecem, idem. Os que só ouviram falar de você, também. E, agora, quem, por acaso, não tinha ouvido falar de você, por certo vai tomar conhecimento de que é um privilégio para o Mundo, tê-lo como terrestre, para a América do Sul, tê-lo como sulamericano, para o Brasil, tê-lo como brasileiro, para o Rio, tê-lo como carioca, para São Gonçalo, tê-lo como gonçalense, para Niterói, tê-lo como morador e cidadão, para nós, tê-lo como amigo... e para sua família, tê-lo como pai e esposo - **Fernando Guida** - Secretário

#### **50. SÉRGIO AUGUSTO GONDIM PINHEIRO**

Parabéns, Sr Vilmar, desde 1996 venho acompanhando o seu trabalho no *Jornal do Meio Ambiente* graças à distribuição gratuita na UFRJ e gostei muito de saber de sua premiação. Abraços, Sérgio Augusto Gondim Pinheiro - tel 485-1754 e-mail sktuy5671@uol.com.br

## **51. TITO ROSEMBERG**

Querido Vilmar, parabéns pelo, enfim, reconhecimento! A notícia do prêmio me encheu de alegria, principalmente porque enfim reconhecem a luz que é tua e que ninguém mais pode surrupiar. Não posso esconder que fico feliz por saber também que eu estava certo quando te dizia que és um bravo combatente do Bem, uma luta ingrata que não ajuda a pagar o aluguel. Mas talvez agora esta situação mude e enfim possas recuperar um pouco do prejuízo de tantos anos a serviço de uma causa difícil como a melhoria da qualidade de vida de um povo sofrido como o brasileiro. Eu mesmo sou um daqueles cuja fibra não foi forte o bastante para segurar a peteca. Depois de tantas lutas e tão poucas vitórias pendurei minhas chuteiras para seguir este infinito aprendizado que faço pelo mundo, cigano sem rumo em busca de algumas respostas para o sofrimento humano. Espero que tenhas aproveitado esta viagem ao Japão para aumentar teu círculo de admiradores, e ganhar mais força para poderes seguir nesta tua iluminada trajetória. Estarei no Brasil em breve e te ligarei assim que chegar para poder dar-te ao vivo o meu abraço cheio de admiração, respeito e carinho. Saudades do seu amigo de sempre, Tito

## **52. UERJ**

Vilmar Berna tem sido um dos pilares de sustentação das questões ambientais / sociais do estado do Rio de Janeiro nos últimos 10 anos. Para mim, o convívio e o debate de inúmeras questões que afligem a sociedade e a natureza do Rio de Janeiro, ao longo dos anos com o Vilmar, tem sido sempre um contínuo aprendizado e desenvolvimento de novas soluções técnicas, econômicas, mesmo políticas na busca do tão almejado desenvolvimento sustentável. A Educação Ambiental, visando a informação e o desenvolvimento da cidadania do verde tem sido seu principal instrumento e objetivo como ambientalista. Inúmeras são as suas contribuições nesta área. Neste sentido, Vilmar Berna, sem dúvidas é uma referência na questões ambientais no estado do Rio de Janeiro. - **David Zee**

(zee@uerj.br)

### **53. UFF - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Prezado Vilmar Berna, nós, da Assessoria de Comunicação Social da UFF, estamos orgulhos pela sua premiação na edição 98 do prêmio Plano Global 500, da ONU. É um orgulho para Niterói e uma honra para o Brasil. **Lucília Machado** (garlmme@vm.uff.br)

### **54. UNIVERSIDADE LIVRE DA MATA ATLÂNTICA**

Caro Vilmar, recebi a notícia do seu Prêmio com grande satisfação. Isto nos entusiasma ainda mais para trabalhar pela nossa causa. Sou co-fundador e diretor da UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, Insituição sem fins lucrativos, fundada no ano passado pela OFM-Ordem dos Frades Menores (franciscanos), UNIPAZ-Universidade da Paz, dirigida pelo Prof. Pierre Weil e por um grupo de profissionais de diversas áreas, com o objetivo de investir na melhoria de vida das Comunidades Atlânticas (cidades, vilas e povoados da Mata Atlântica), através da educação socio-ambiental e do apoio à projetos eco-responsáveis. Sediada num antigo Convento Franciscano, fundado em 1654, em Cairú, santuário ecológico na costa da Bahia. Seguindo a holística, a UMA vê o homem como parte integrante e indissociável da natureza e investe na sua qualidade de vida. A UMA Editora, publica a Revista Holística Transdisciplinar META, editada pela UNIPAZ, com o apoio da UNESCO, e, brevemente estará lançando, em português, o livro "Estado do Mundo", do Worldwatch Institute, dentre outros títulos. Poderá conhecer META na Home Page da UNIPAZ (<http://www.unipaz.org.br>). Teremos o maior prazer de publicar informações sobre o seu trabalho na META. Abraço fraternal, **Eduardo Athayde**

### **55. WWF**

Caro Vilmar, parabéns pelo Global 500. Voce merece. Fiquei particularmente feliz porque finalmente alguém que ganha o premio é alguém que eu já conhecia antes. Antes de ter se tornado famoso. - Um abraço, Paulo Lyra

## Sobre o Autor

Vilmar Berna nasceu em 11/10/56, em Porto Alegre (RS) e mora em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Em 1999, foi homenageado pela ONU com o Prêmio Global 500 de Meio Ambiente, como único representante ambientalista da América do Sul. No Brasil, apenas dezoito brasileiros possuem o Global 500, incluindo os já falecidos Chico Mendes, Betinho e Margareth Mee.

Como ambientalista, Vilmar tem tido uma ampla atuação em defesa do meio ambiente. Ajudou a fundar inúmeras entidades como as ONGs (organizações não-governamentais) ambientalistas, sem fins lucrativos, Univerde e Defensores da Terra, Apedema/RJ (Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro), Fórum Brasileiro de ONGs de Meio Ambiente e Rede Nacional das ONGs da Mata Atlântica. Atualmente, preside o Conselho Consultivo da Coopernatureza – Cooperativa Multidisciplinar de Serviços Ambientais e Reposição Florestal, com sede no Estado do Rio de Janeiro, da qual também foi fundador.

Contribuiu como Consultor da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sendo responsável pela elaboração de inúmeros projetos de lei em meio ambiente, transformados em Lei no Estado; consultor ambiental da Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro); coordenador do curso de educação ambiental para o setor ONGs/Entidades de Classe como parte do programa Reconstrução Rio (Feema/Multicoop); coordenador do setor de Educação Ambiental e Projetos Comunitários da Companhia de Limpeza da Prefeitura de Niterói (RJ) e Diretor de Meio Ambiente na Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

Como jornalista, Vilmar fundou e edita desde janeiro de 1996 o *Jornal do Meio Ambiente* considerado pelos ambientalistas como o principal veículo de meio ambiente do país. O site do Jornal, na internet, é de longe o de maior conteúdo sobre assuntos ambientais no Brasil, o que tem atraído a média de 10 mil acessos ao mês. Fundou a Ecomídias - Associação das Mídias Ambientais do Brasil e diversas redes que



democratizam a informação ambiental através da internet e fortalecem a troca de informações entre os internautas interessados nas questões ambientais.

Vilmar é também escritor, com 10 livros publicados pela Editora Paulus, entre os quais, *O Desafio do Mar*, em 9ª edição, *Tribunal dos Bichos*, *Ecologia Para Ler, Pensar e Agir*, *É Possível Ser Feliz* (editado também na Venezuela) e a coleção de 5 livros *Conversas Para Quem Não Tem Tempo* (também editado no México).

**Linha direta com o autor:**

Tel/fax: (021) 610-2272

Correio eletrônico: vilmarberna@jornal-do-meio-ambiente.com.br

Home page: <http://jornal-do-meio-ambiente.com.br>